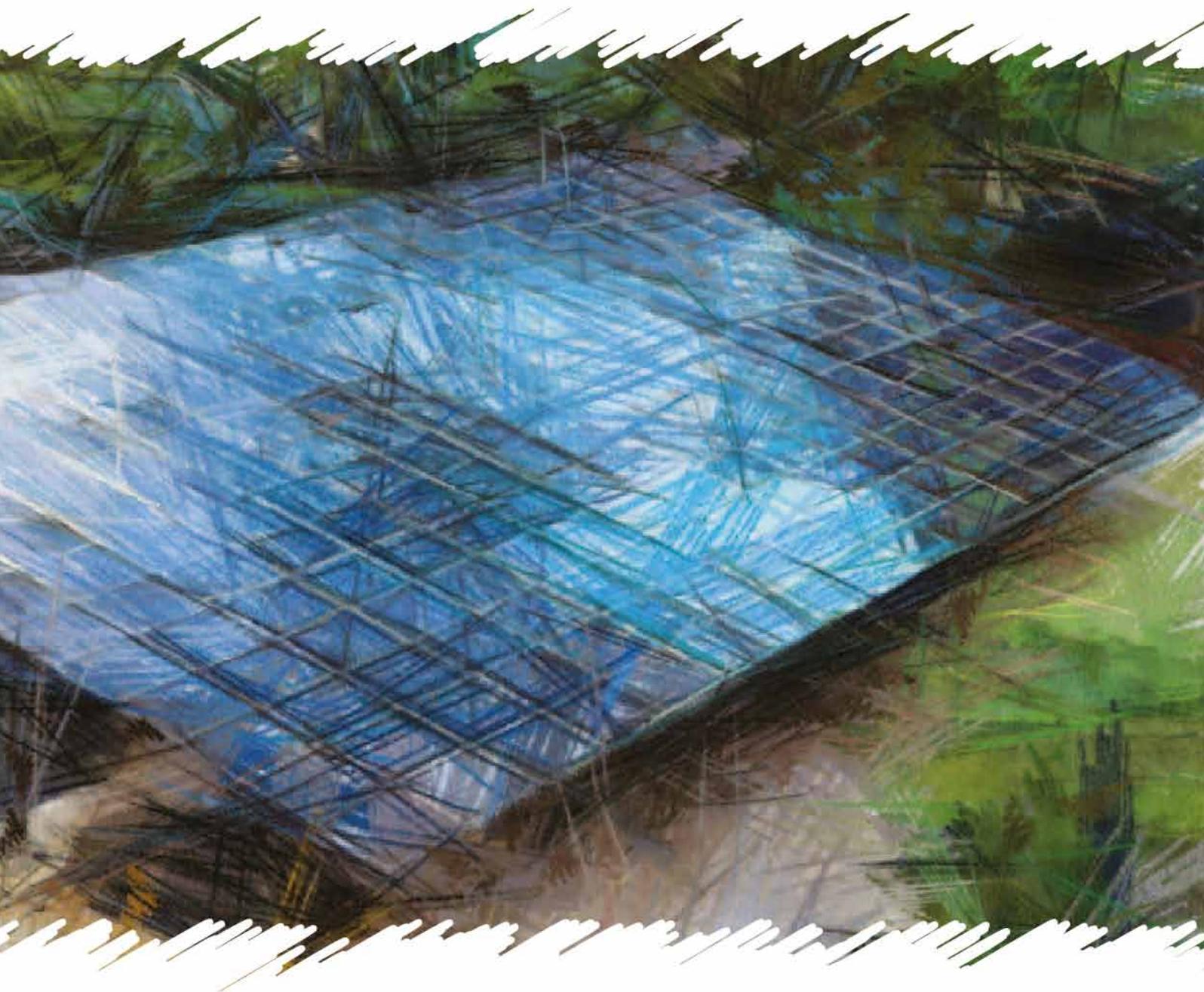




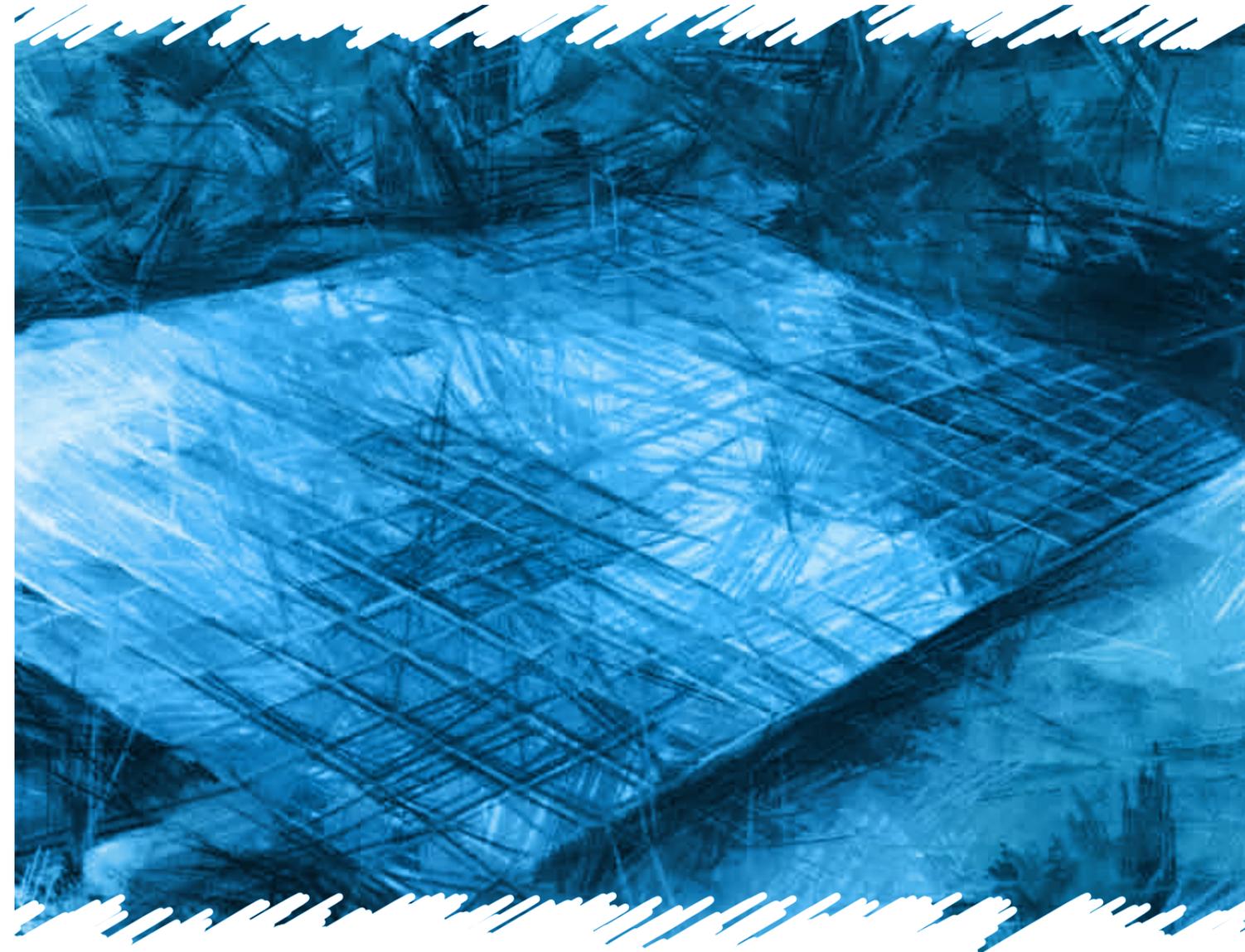
Eletrobras



**Relatório Anual e
de Sustentabilidade 2014**



Eletrobras



Relatório Anual
e de Sustentabilidade
2014



Foto original: Alexandre Marchetti (Itaipu Binacional)

Apresentação

A energia da inovação e da eficiência

Fazer mais com menos. Criar competitividade em processos e potencializar o crescimento com eficiência e inovação. Como a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, acreditamos que as ações de sustentabilidade – não só em questões relacionadas ao meio ambiente, mas também à geração de valor para todos os nossos públicos de interesse – são uma alavanca para nossos negócios.

É dessa forma que a companhia vem trabalhando ao longo de sua história e, especialmente em 2014, ano em que promoveu o aprimoramento de suas práticas empresariais, pautadas pela ética, transparência e responsabilidade social e ambiental.

Por isso, mais do que apresentar os resultados do trabalho desenvolvido por nossas empresas ao longo do ano, este relatório tem como objetivo auxiliar no estabelecimento de um plano de ação para futuros projetos e ações que envolvam a governança da sustentabilidade, avaliando os aspectos mais relevantes para a perenidade do negócio sob o ponto de vista tanto da empresa quanto da sociedade.

Boa leitura!

Cenário mundial e o modelo inovador da Eletrobras

O mercado de energia está caminhando para uma transformação causada pela busca por alternativas mais limpas e pela diversificação nas formas de geração. De acordo com um estudo realizado pela consultoria suíça **RobecoSAM** para o seu anuário de sustentabilidade 2015, as empresas do setor precisam integrar o uso de energias renováveis a sua matriz de fornecimento e ampliar sua visão de negócio para o gerenciamento da energia. A necessidade agora se concentra no desenvolvimento de modelos inovadores de negócio e que possam gerar novas fontes de crescimento, já adequadas ao novo ambiente político e econômico.

A busca por soluções sustentáveis por meio dos avanços tecnológicos está transformando o setor elétrico. A matriz de geração elétrica deve se tornar cada vez mais diversificada e a geração distribuída deve ser ampliada e fortalecida. Neste sentido, a

Eletrobras se orgulha de seu diferencial de ser uma empresa com foco na geração limpa e de estar em sintonia com o Plano Decenal de Expansão de Energia (**PDE**) do Ministério de Minas e Energia (MME), que apresenta importantes sinalizações para orientar ações e decisões para a expansão da oferta de energia elétrica.

Segundo o **PDE 2023**, a energia solar terá 3.500 MW de capacidade instalada no Brasil em 2023. O primeiro leilão de geração de energia elétrica pela fonte solar ocorreu em outubro de 2014, quando foram vendidos 31 projetos que contemplam 889,66 MW de potência, representando 202,3 MW de garantia física. Assim, nada mais natural que, ao olhar para 2030 utilizando o nosso Plano Estratégico como referencial, a geração de energia por fonte solar tenha se tornado parte importante do portfólio das empresas Eletrobras. (*GRI 1.2*)

Destaques 2014



Linhão de Belo Monte

Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronorte vencem o leilão da linha de transmissão da usina de Belo Monte.



Renovações das Concessões

As empresas Eletrobras pleiteiam junto à Aneel indenizações complementares dos ativos de geração e transmissão, cujas concessões foram renovadas, R\$ 9,41 milhões em 2014, com R\$ 995 milhões já reconhecidos pelo órgão regulador.



Diretoria de Regulação

Alinhada às diretrizes estratégicas da companhia, a nova diretoria é criada para viabilizar uma orientação geral e única para as empresas Eletrobras em assuntos regulatórios.



Expansão Internacional

Início da operação dos primeiros aerogeradores do Parque Eólico Artilleros, no Uruguai, com 65 MW de capacidade instalada.



Programa de Compliance

Implantação do Programa de Compliance nas Empresas Eletrobras, atendendo às leis brasileira e norte-americana anticorrupção.



Aquisição Celg-D

Eletrobras adquire 50,93% das ações ordinárias da Celg Distribuição S.A. (Celg-D).



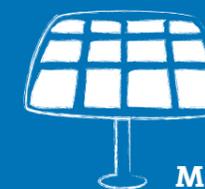
Leilão de Geração

A Eletrobras Furnas amplia sua capacidade de geração ao adquirir a concessão da usina hidrelétrica Três Irmãos com 808 MW de capacidade instalada.



Acréscimo na geração, transmissão e distribuição

A Eletrobras contribui, direta ou indiretamente, para o acréscimo de 2884 MW à capacidade instalada da matriz elétrica brasileira, 4903,5 km de linha para os sistemas de transmissão e registra aumento de 138 mil clientes em suas operações de distribuição.



Megawatt Solar

Na Eletrobras Eletrosul, entra em funcionamento a usina Megawatt Solar, com 1,0 MW de capacidade instalada.



Sementes de manacá
foto original: Jorge Caobro (Eletrobras)

Sumário

Mensagem do Presidente	11
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	15
Sobre o Relatório	17
Processo de Materialidade	21
Compromissos e metas	27
Perfil Corporativo	31
Gestão e Governança	45
Desempenho nos Negócios	83
Desempenho Econômico-Financeiro	121
Desempenho Social	129
Desempenho Ambiental	177
Tabela IBASE	199
Índice Remissivo GRI 3.1	205
Relatório de Asseguração	221
Glossário, Fale conosco, Informações Corporativas	225



Hidrelétrica em construção
Foto original: José Luis (Eletrobras Furnas)

Mensagem do Presidente

Um novo jeito de caminhar

Inovar, ao contrário do que possa parecer, nem sempre é reinventar a roda ou traçar novos caminhos. Há que se mudar, principalmente, o jeito de caminhar. É olhar pela primeira vez o que se vê todo dia sem ver. Embora pareça um simples gesto, não é, pois nós banalizamos o olhar, como escreveu certa vez o escritor mineiro Otto Lara Resende.

Nada mais prejudicial ao espírito de inovação que o costume à banalidade. É preciso exercitar a capacidade de se distanciar e ver como determinado processo que é feito todo dia, há anos, pode ser diferente, mais dinâmico, moderno e econômico. É olhar para todas as instâncias da vida e perceber que o mundo muda e mudamos com ele. As mudanças podem ser difíceis se não acompanharmos o compasso da vida. Ou absolutamente produtivas, se estivermos na mesma sintonia.

Apesar de ainda não termos conseguido reverter totalmente os resultados financeiros negativos dos últimos períodos, a Eletrobras vem se adaptando aos novos tempos, reduzindo custos, investindo em melhorias e enfrentando com foco e determinação os desafios. O ano de 2014 trouxe ainda um novo desafio: uma crise hídrica sem precedentes, que além de afetar o abastecimento de água para milhões de brasileiros, prejudicou também a geração de energia elétrica por nossas hidrelétricas.

No último ano, foram investidos R\$ 11,4 bilhões, divididos entre geração (R\$ 6,3 bilhões), transmissão (R\$ 4,0 bilhões), distribuição (R\$ 728 milhões) e demais (R\$ 370 milhões), representando aproximadamente 78% do total orçado de R\$ 14,7 bilhões. Do realizado até dezembro, R\$ 6,3 bilhões foram aplicados em empreendimentos corporativos, nos quais a Eletrobras possui responsabilidade integral, e R\$ 5,1 bilhões referiram-se às participações proporcionais nas Sociedades de Propósito Específico (SPE). Foram acrescentados ao sistema interligado, em conjunto com seus parceiros, 2.884 MW em geração e 4.904 km de linhas de transmissão.

As empresas de distribuição da Eletrobras obtiveram um acréscimo de aproximadamente 138 mil clientes. Além disso, ao longo do ano, foi realizado o processo de aquisição do controle acionário da empresa de distribuição do estado de Goiás, Celg-D, cuja última etapa foi concluída no início de 2015. A concessionária é responsável pelo atendimento de 237 municípios – mais de 98,7% do território goiano – que atende a 2,61 milhões de unidades consumidoras e abrange uma área de concessão de 336.871 km².

Ao fim de 2014, a Eletrobras possuía em construção cerca de 21.611 MW de capacidade instalada na geração e 10.907 km de linhas de transmissão, incluindo a participação de seus parceiros. Dentre os empreendimentos de geração em construção, entraram em operação neste ano as novas unidades geradoras das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, a hidrelétrica de Batalha e as eólicas Rei dos Ventos 1, Rei dos Ventos 3 e Miassaba 3. No segmento de transmissão, o destaque foi a conclusão das obras do sistema de transmissão das usinas hidrelétricas do Rio Madeira.

Outra importante conquista foi o início da implantação do Programa de Compliance das Empresas Eletrobras, em adequação à lei brasileira anticorrupção (Lei 12.846/2013) e em complemento às adaptações já realizadas ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) norte-americano, reforçando os controles internos e externos da companhia. Dessa forma, nossos públicos de interesse podem ter mais tranquilidade quanto à transparência dos processos da Eletrobras. Todos ganham com isso.

O ano de 2014 foi profícuo para a Eletrobras em termos de reconhecimento. Pela terceira vez consecutiva, a empresa foi listada no *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, índice composto por 86 empresas, sendo apenas 17 brasileiras e somente três destas do setor de energia elétrica, selecionadas dentre as que adotam as melhores práticas de desenvolvimento sustentável. Além disso, pelo oitavo ano seguido, a Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

É por acreditar no desenvolvimento sustentável como elemento fundamental para a perenidade do nosso negócio que, em 2014, ao concluirmos a elaboração do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, incluímos a sustentabilidade como um de nossos valores. A atuação sustentável das empresas Eletrobras, indissociável de nossa estratégia, reforça o nosso compromisso com o **Pacto Global**, do qual somos signatários desde 2006.

Uma das dimensões de nossos negócios em que a inovação, ou o “novo jeito de caminhar”, mais podem ser percebidos é na questão da eficiência energética. Pois podemos resumi-la exatamente assim: uma nova forma de fazer os processos de sempre de maneira mais econômica e eficiente. Ela está no DNA da Eletrobras, afinal, por nos dedicarmos tanto a gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, temos a real dimensão de quanto se gasta em esforço humano e financeiramente para que cada um de nós possa usufruir desse bem tão importante quanto escasso.

Os reconhecimentos obtidos, os obstáculos enfrentados e os instrumentos de gestão que estamos implantando nos levam a acreditar que este novo jeito de caminhar a que nos propomos é o único caminho possível para preparar a Eletrobras para o desafio de ser, até 2030, uma das maiores empresas de energia limpa do mundo. Um caminho que percorremos com muito trabalho e transparência, lado a lado com nossos colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas e comunidades impactadas por nossos negócios.

JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO

Presidente da Eletrobras

(GRI 1.1, GRI 1.2, GRI 2.9, GRI 3.10)

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2014 foi marcado por desafios que, mais uma vez, graças à visão de futuro que sempre fez parte de nossa trajetória, foram superados. Assim, a Eletrobras tem transformado os desafios em novas oportunidades de negócios, maximizando o retorno, tanto para a sociedade quanto para os seus acionistas.

Em sintonia com os ideais sustentáveis, a Eletrobras continua a investir fortemente em novos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia limpa e renovável, norteadas por princípios como a confiabilidade, segurança e qualidade, proporcionando ganhos importantes ao Brasil.

Exemplo disso é a ampliação do leque de atuação da Companhia, agora com participação em operações internacionais, contribuindo, assim, para a integração eletro-energética da América Latina. Nesse sentido, para o próximo ano, está prevista a conclusão de seus primeiros empreendimentos internacionais, ambos no Uruguai: o parque eólico Artilleros (65MW) e a linha de transmissão que vai interconectar os sistemas elétricos brasileiro e uruguaio.

Ademais, a Eletrobras é responsável pela maior parte da geração e transmissão de energia elétrica no País, quer seja com empreendimentos em operação ou em construção, contribuindo para o abastecimento de toda a população brasileira.

As conquistas alcançadas comprovam a seriedade do desenvolvimento das estratégias estabelecidas para todos os segmentos da Companhia, possibilitando a realização de novos investimentos. Conquistas essas que foram calcadas na busca contínua pela excelência, cumprindo sempre o papel de proporcionar o melhor para a sociedade.

Por fim, destaco que os 53 anos de história a Eletrobras são a convicção de que a Companhia fortalecer-se-á, cada vez mais, reforçando sua capacidade de gestão e de liderança no mercado de energia elétrica, e buscando, sempre, ser referência em sua área de atuação.

MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN

Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras

(GRI 1.1, GRI 1.2, GRI 2.9)



Sobre o Relatório

Seguindo seu compromisso de transparência, por mais um ano a Eletrobras publica o Relatório Anual e de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) em sua versão 3.1. Aqui, você encontrará todos os destaques de 2014, dados econômicos, sociais e ambientais da empresa, abrangendo os princípios do Pacto Global e o modelo de balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). (GRI 3.2, GRI 3.6, GRI 4.12)

As informações contidas neste relatório, publicado anualmente, consideram todas as 16 empresas Eletrobras, com exceção da Celg Distribuição (Celg-D), que teve seu processo de aquisição concluído em janeiro de 2015. Mas, vale ressaltar que os dados financeiros da Celg-D relativos ao último trimestre de 2014 foram consolidados nas Demonstrações Financeiras da Eletrobras. Para que os dados deste relatório pudessem ser comparáveis e compatíveis com as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração, esses números foram mantidos. No caso dos demais indicadores, a Eletrobras optou pela não inclusão dos números referentes à Celg-D neste relato e trabalha para consolidá-los à base existente já no próximo ciclo. (GRI 2.9, GRI 3.3, GRI 3.6, GRI 3.7, GRI 3.8, GRI 3.10, GRI 3.11)

Com nível B+ de aplicação¹, todos os dados e informações aqui relatados passaram pela **asseguração** da KPMG Brasil e estão relacionados às operações das empresas Eletrobras no país no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014. (GRI 2.5, GRI 3.1, GRI 3.5, GRI 3.6, GRI 3.13)

Para a construção de um relatório com informações consistentes e alinhadas às expectativas dos **stakeholders**, a Eletrobras levou em conta a análise de materiais, consulta e entrevistas com os principais públicos de interesse da companhia. A Eletrobras espera que todos os seus públicos de interesse – ou **stakeholders** (listados abaixo) – utilizem o relatório como fonte de informações sobre as empresas. (GRI 3.5, GRI 4.15)

A comunicação com esses públicos é fundamental para a elaboração do relatório e contribui para a criação de espaços de interação, estimulando a troca de experiências, oferecendo informações sobre os negócios, divulgando valores, condutas e procedimentos das empresas, em relação aos diversos **stakeholders** envolvidos e suas expectativas.

O processo de engajamento com as partes interessadas é alinhado com a estratégia de negócios da companhia, que valoriza e busca

¹ Para que o nível de aplicação B da GRI seja cumprido é necessário que sejam relatados todos os indicadores de perfil corporativo, ao menos 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada categoria de indicadores (ambiental, direitos humanos, sociedade, responsabilidade pelo produto, práticas trabalhistas e econômico), além da forma de gestão para cada uma dessas categorias (GRI 3.5).

aprimorar as práticas de bom relacionamento com seus públicos internos e externos, devidamente normatizadas em documentos como o Código de Ética, Manual de *Compliance* e as políticas das empresas Eletrobras. Como mecanismos para identificar a percepção dos grupos de **stakeholders** relevantes para suas operações, a empresa utiliza os dados de sua Pesquisa de Clima, os Canais de Ouvidoria, Portal da Eletrobras, além de canais interativos como Twitter e Facebook. (GRI 4.14, GRI 4.15)

Stakeholders Eletrobras

- Colaboradores/ Familiares
- Investidores/ Acionistas/ Analistas de mercado
- Comunidades
- Sociedade
- Imprensa/ Formadores de opinião
- Parceiros/ Patrocinados/ Fornecedores
- Governo/ Parlamentares/ Órgãos Reguladores
- Clientes/ Consumidores das Distribuidoras

(GRI 3.5, GRI 4.14)



Para conhecer as políticas da Eletrobras, acesse www.eletrobras.com > Sustentabilidade > Governança Corporativa > Instrumentos de Gestão e Políticas

Integração e alinhamento

Em 2014, a Política de Comunicação Integrada das Empresas Eletrobras passou por revisão para se tornar a Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse das Empresas Eletrobras. Representantes das áreas de

comunicação de todas as empresas se reuniram em workshops para atualizá-la e inserir diretrizes de engajamento alinhadas com as melhores práticas de mercado. (GRI 4.15, GRI 4.16)



Processo de Materialidade

A determinação dos temas materiais representa uma base de evolução constante para o processo de relato da empresa. Ela contribui para identificar as demandas dos **stakeholders** de forma transparente e com mais eficiência. Além disso, esse processo de priorização ajuda a determinar a relevância de diversos temas que influenciarão as decisões e ações estratégicas da organização.

Para o ciclo de 2014, o estudo envolveu a análise de diversas fontes, como a Ouvidoria, Canais de Comunicação com Investidores, Encontro com Fornecedores, Pesquisa de Clima, demandas da imprensa, reuniões da Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), ferramenta de RepRisk (usada para identificação de riscos socioambientais) e avaliação das melhores práticas do mercado.

Um ponto importante nesse processo foi a realização de um workshop com os especialistas em sustentabilidade de todas as empresas. O objetivo do encontro foi a análise do conteúdo apurado e que resultou na priorização dos temas de maior importância para empresas Eletrobras neste ciclo de relato. (GRI 3.5, GRI 4.16)

Com base nas análises descritas, foram elencados 17 temas, sendo sete deles considerados materiais e dez potencialmente materiais. Todos os temas passaram pela revisão e aprovação do Comitê de Sustentabilidade e aparecem na seguinte ordem de importância:

Temas materiais

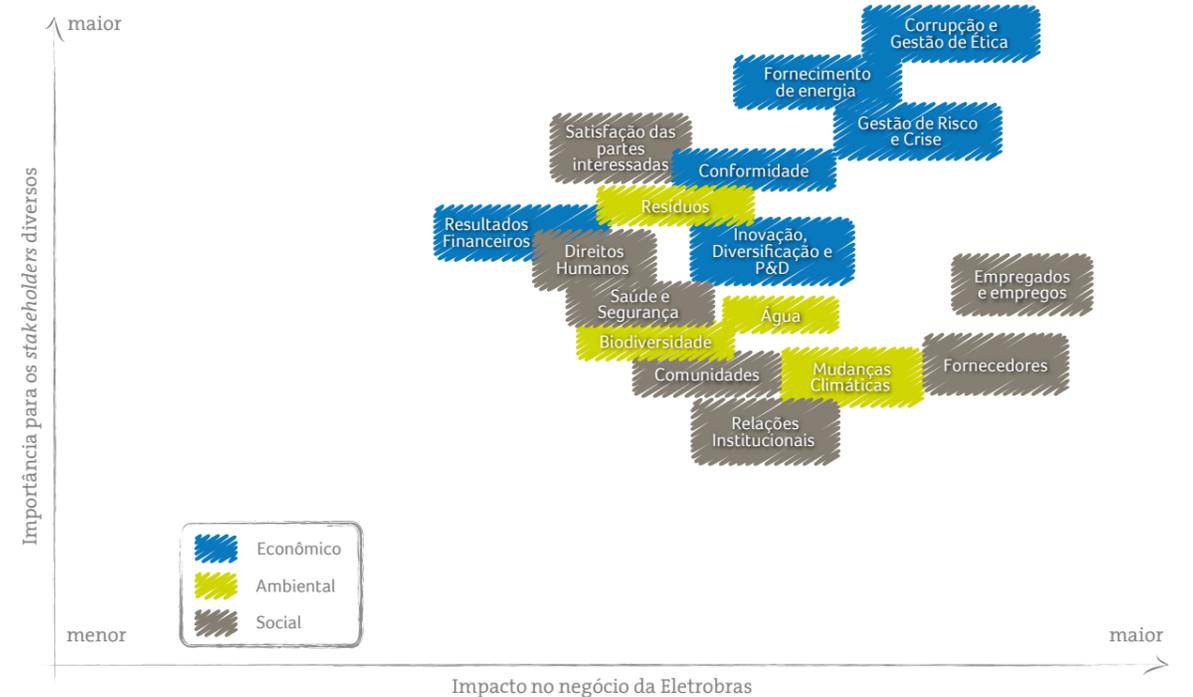
- Corrupção e Gestão da Ética
- Fornecimento de Energia
- Empregados e Emprego
- Gestão de Risco e Crise
- Conformidade
- P&D+I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) e Diversificação
- Água

Temas potencialmente materiais

- Satisfação das partes interessadas
- Mudanças Climáticas
- Saúde e Segurança
- Biodiversidade
- Comunidades
- Resíduos
- Direitos Humanos
- Relações Institucionais
- Resultados financeiros
- Fornecedores

(GRI 3.5, GRI 4.16, GRI 4.17)

Matriz de materialidade da Eletrobras

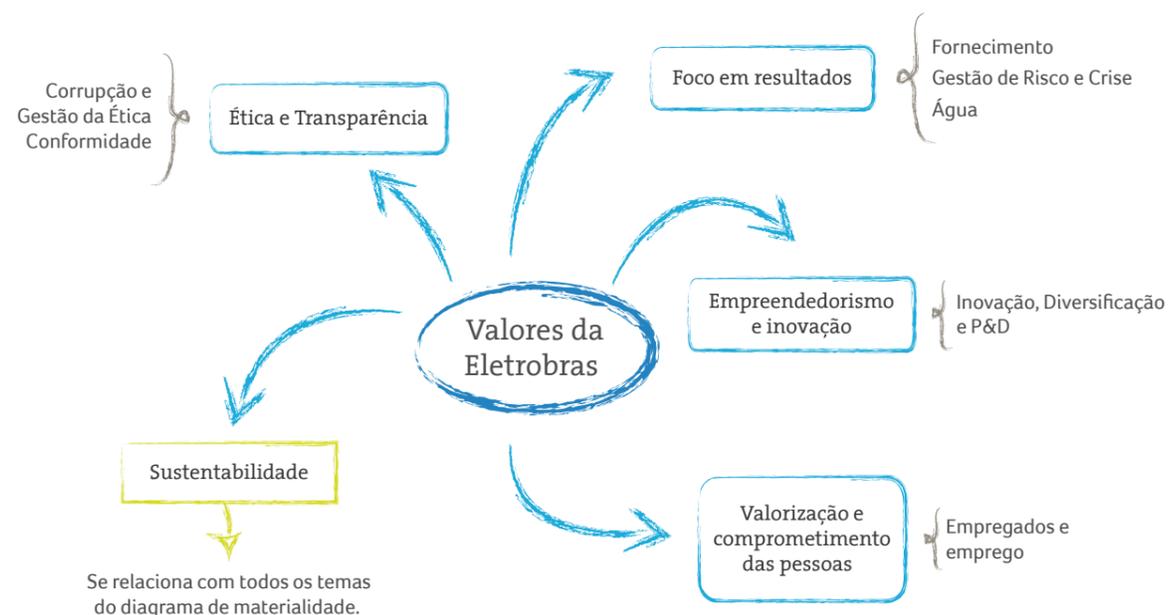


(GRI 3.5)

A priorização deste ano trouxe um foco maior para os temas relacionados a aspectos econômicos e sociais. Com base nesse estudo de materialidade, a Eletrobras identificou os principais temas do ano de 2014 e que serão tratados de forma mais detalhada ao longo deste relatório.

Os temas materiais e os Valores da Eletrobras

Os temas materiais elencados pelo estudo de materialidade se relacionam com os Valores da Eletrobras (veja mais em Perfil). O Plano Estratégico Integrado das Empresas Eletrobras estabelece a Visão, a Missão, os Valores e o posicionamento estratégico da companhia. Os temas priorizados para o ano de 2014 possuem relação com os valores da empresa e com o cenário político e econômico do país. (GRI 3.5, GRI 4.16, GRI 4.17)



(GRI 4.8, GRI 4.16)

Foco em resultados

Com o objetivo de ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C² de forma competitiva e rentável, esse valor permeia a cultura e as práticas da organização, exigindo uma elevada capacidade de formular, implantar e monitorar indicadores e metas de efetividade. Nesse sentido, os temas fornecimento, água, gestão de risco e crise conectam-se a 'Foco em Resultados' pela sua importância para a perenidade do negócio. Os três temas também se destacam pelo cenário atual do Brasil, onde energia e água são assuntos críticos e amplamente discutidos nas esferas política, social e ambiental.

² Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização.

Empreendedorismo e inovação

Antecipar e aproveitar oportunidades, assumir riscos e implantar transformações. A postura para mudança e para a melhoria permanente cria na Eletrobras uma grande disponibilidade para gerar novas ideias e novos conhecimentos. Por meio de pesquisa e desenvolvimento a empresa pode se destacar, gerando valor e perenidade ao negócio.

Ética e transparência

Integridade e respeito são valores que permeiam os negócios das empresas Eletrobras. A ética e as práticas anticorrupção são assuntos que se tornam cada vez mais importantes em empresas do porte da Eletrobras, em especial aquelas de economia mista e capital aberto. A gestão de risco e o cumprimento das obrigações legais sempre fizeram parte da estratégia de negócio da Eletrobras e os **stakeholders** sinalizaram este assunto como um item essencial para o relato.

Valorização e comprometimento das pessoas

Comprometimento e valorização são itens essenciais para a criação de um ambiente propício ao crescimento pessoal e profissional. Esses princípios norteiam a gestão da Eletrobras no que tange as práticas de gestão de pessoas e devem ser constantemente monitoradas pela companhia.

Sustentabilidade

Este conceito está diretamente ligado às ações da empresa nas dimensões econômica, social e ambiental e influencia na rentabilidade e na manutenção do negócio. Ao incluir este valor em sua estratégia, a Eletrobras se mostra preparada para reafirmar seu compromisso com todos os públicos de interesse e comprometida com diversas práticas associadas ao desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a eficiência energética.



Compromissos e metas

Compromissos e metas

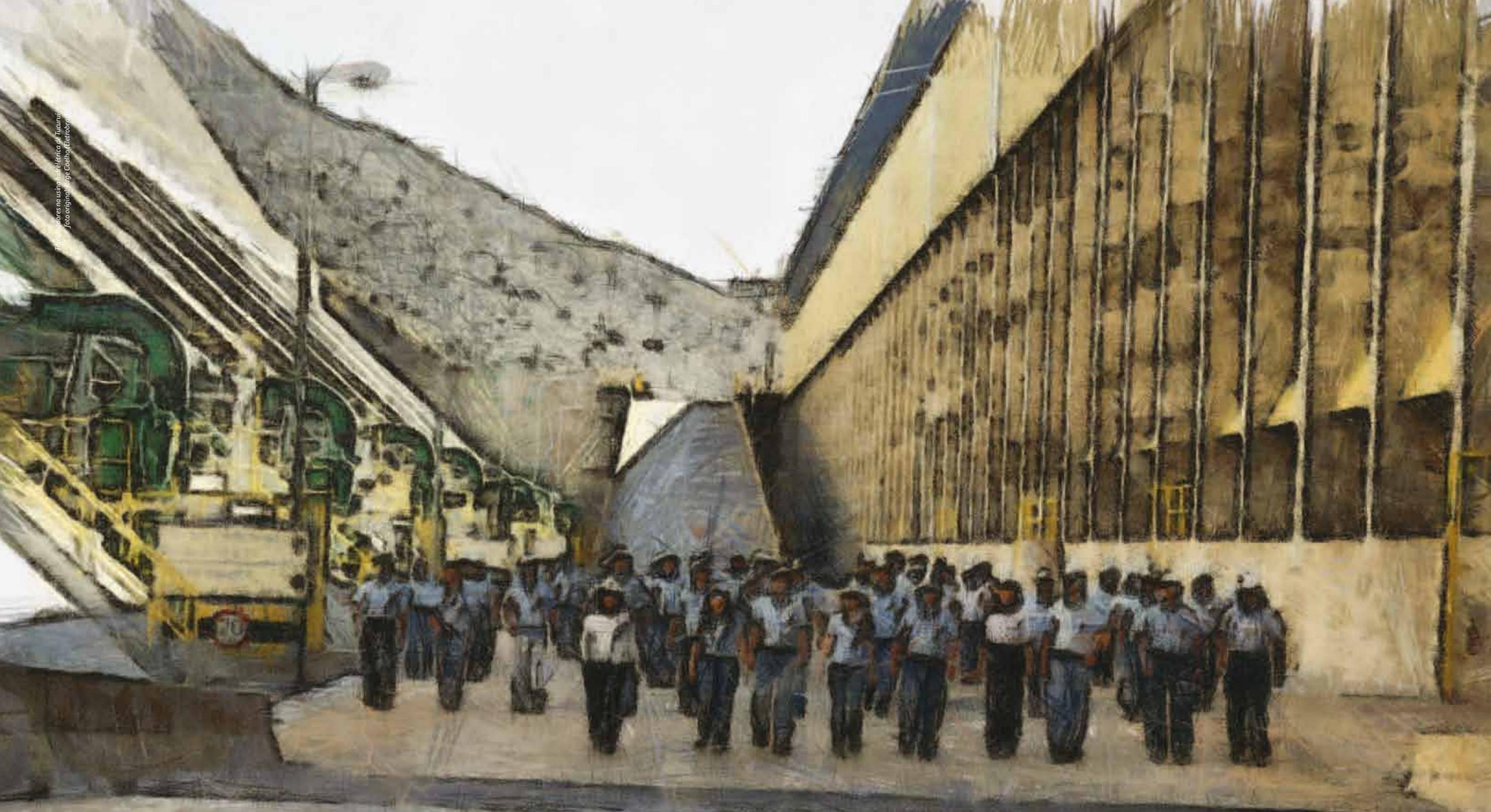
(GRI 1.1, GRI 1.2)

META / COMPROMISSO	DESEMPENHO	JUSTIFICATIVA
NEGÓCIO		
Para 2013, a previsão de gastos em programas de investimentos e expansão foi da ordem de R\$ 13, 7 bilhões. Em 2014, essa meta foi parcialmente atingida, pois a Eletrobras não alterou sua programação de investimentos com a realização de 83,5% do orçamento previsto.	Parcialmente atingida	Em 2014, foram investidos R\$ 11,4 bilhões, divididos entre geração (R\$ 6,3 bilhões), transmissão (R\$ 4 bilhões), distribuição (R\$ 728 milhões) e demais (R\$ 370 milhões), representando aproximadamente 78% do total orçado de R\$ 14,7 bilhões.
Entrada em operação comercial da linha de transmissão para interconexão Brasil-Uruguai (390 km) e da subestação associada.	Parcialmente atingida	As obras continuaram em 2014 e a linha de transmissão entrou em operação em abril de 2015.
Implantação do Parque Eólico Artilleros (65MW), localizado no Departamento de Colônia, Uruguai.	Atingida	O parque encontra-se em fase de construção e os oito primeiros aerogeradores entraram em operação em dezembro de 2014, com 16,8 MW de capacidade instalada.
Conclusão e apresentação ao Conselho de Administração do estudo que analisou modelo de negócio de distribuição e proposta de alternativas para o cenário atual.	Atingida	O estudo elaborado pelo banco responsável foi concluído e entregue ao Conselho de Administração.
Redução das perdas por meio de ganhos de energia vindos da conclusão dos projetos iniciados no segundo semestre de 2013 e implantação de um conjunto de ações para redução das perdas elétricas com o desenvolvimento do Projeto Energia +.	Atingida	No ano de 2014, as empresas distribuidoras da Eletrobras diminuíram suas perdas globais, tendo uma redução consolidada de 0,87%, quando comparado a dezembro de 2013, de 30,68% para 29,81%.
GOVERNANÇA		
Estruturar as práticas de governança e gestão das empresas Eletrobras sobre suas SPE , consolidadas no Manual das SPE .	Atingida	O Manual foi elaborado em 2014.
SOCIAL		
Continuidade do plano de incentivo ao desligamento (PID) programados para o decorrer de 2014 nas empresas Eletrobras e início do processo na Eletrobras Eletronuclear, com término previsto para 2015.	Atingida	O PID teve continuidade 2014 quando ocorreu o desligamento de mais 557 colaboradores. O total de empregados desligados nas empresas Eletrobras desde a implantação do Plano acumula 4.778 de voluntários. O PID continuará em andamento em 2015 na Eletrobras Eletronuclear.
Elaboração do 2º Plano de Ação Empresarial para melhoria do Clima Organizacional com base nos resultados da 3ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional de 2013.	Atingida	Foi elaborado o Plano de Ação Empresarial para melhoria do Clima Organizacional, com a participação de empregados da Eletrobras holding .
Avaliação dos empregados em competências e metas de equipe e elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) como parte do 2º Ciclo Unificado do Sistema de Gestão do Desempenho (SGD).	Parcialmente Atingida	O Eletrobras Cepel, a Eletrobras holding , CGTEE, a Eletronorte e a Eletrosul finalizaram a avaliação dos empregados e as demais empresas estão em andamento.
Utilização de parte dos valores investidos em bolsas para o Programa Ciência Sem Fronteiras para o Sistema Eletrobras.	Atingida	Parte dos valores foram utilizadas no Sistema Eletrobras.

Metas e compromissos futuros

(GRI 1.1, GRI 1.2)

COMPROMISSO/META	PRAZOS
NEGÓCIO	
Implantação de 3.180 km de Linhas de Transmissão e acréscimo de 9.140 MVA de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Desse total, 15% das Linhas e 54% da potência serão de atuação própria das empresas Eletrobras e o restante por meio de parcerias em SPE .	Até o final de 2015
Desenvolver carteira de projetos relacionados à venda de serviços de eficiência energética.	Até 2016
Implantar carteira de projetos de Geração contratados, equivalente a 22,6 GW	Até 2019
Implantar carteira de projetos de Transmissão contratados, equivalente a 12.423 km de linhas de transmissão.	Até 2019
Prospectar oportunidades de negócios de Geração – Novos Negócios: Gás, Biomassa, Solar.	Até 2019
ECONÔMICO	
Investir R\$ 26 bilhões em empreendimentos de geração de energia elétrica renovável.	Até 2019
Obter valor remanescente para indenizações em ativos de GT decorrentes da renovação das concessões aprovada pela Lei 12.783/13.	Até 2019
SOCIAL	
Implantar o plano de mobilidade inter e intra empresa Eletrobras.	Dezembro de 2016
Implantar modelo unificado de remuneração variável (Participação nos Lucros e Resultado) das empresas Eletrobras.	Até 2016
AMBIENTAL	
Desenvolver estudo para avaliar o impacto das mudanças climáticas nos negócios das empresas Eletrobras.	Até 2016
Reduzir progressivamente o uso de combustíveis fósseis em fontes móveis rodoviárias.	Até 2019
Redução de 6,6% de fontes móveis (Escopo 1) e de 3,6% de consumo de energia elétrica (Escopo 2).	Até 2015



Perfil Corporativo

Quem somos

Empresa de economia mista e capital aberto, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) foi criada em 1962 e hoje se coloca como a maior companhia de capital aberto do setor de energia elétrica da América Latina. A Eletrobras atua nos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização por meio de 16 empresas: Eletrobras **holding**, CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima e metade do capital de Itaipu Binacional. Além disso, a **holding** controla o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel) e a Eletrobras Participações S.A. (Eletrobras Eletropar). Em janeiro de 2015, foi concluído o processo de aquisição do controle acionário da Celg-D. *(GRI 2.1, GRI 2.2, GRI 2.3, GRI 2.6, GRI 2.7, GRI 2.8, GRI 2.9)*

Controladora de empresas de geração, transmissão, distribuição e detentora de uma das matrizes mais limpas do mundo para a geração de energia elétrica, a Eletrobras tem sede em Brasília (DF) e escritório central no Rio de Janeiro (RJ). Seu maior acionista é o Governo Federal (54,46% das ações ordinárias) e a empresa possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), de Madri e de Nova Iorque. *(GRI 2.2, GRI 2.3, GRI 2.4, GRI 2.5, GRI 2.6, GRI 2.7)*

Com capacidade instalada total de geração de 44.156 MW, a Eletrobras é a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira e tem uma participação de 33% do total da capacidade instalada do país. Cerca de 91% dessa capacidade instalada vem de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa, o que faz da Eletrobras uma das maiores do mundo em geração de energia limpa e renovável e a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda mais limpa e renovável do mundo. *(GRI 2.2, GRI 2.5, GRI 2.7, GRI EU1)*

A Eletrobras possui uma malha de linhas de transmissão de abrangência nacional, com aproximadamente 60.502 km, equivalente a 48% do total do país em sua rede básica³, em alta e extra-alta tensão. (GRI 2.2, GRI 2.7, GRI EU4)

No segmento de distribuição, considerando os ativos da Celg-D, a Eletrobras cobre uma área correspondente a 31% do território brasileiro distribuindo energia elétrica a mais de 6,6 milhões de consumidores, por meio de uma rede de distribuição com mais de 464 mil km.

A Eletrobras também trabalha de forma constante na busca de fontes alternativas de energia e na criação de novos modelos de negócio, como as participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) e operações no exterior (Lei nº 11.651/2008)⁴. (GRI 2.2, GRI 2.3, GRI 2.6, GRI 2.7, GRI 2.8, GRI EU4)

Fortalecimento internacional

O ano de 2014 marcou o fortalecimento da atuação internacional da Eletrobras. Destaca-se o avanço da parceria, na SPE Rouar S.A., com a empresa estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE). Em janeiro de 2014, foram iniciadas as obras do parque eólico Artilleros (65,1 MW), localizado em Tarariras, departamento de Colonia, a cerca de 170 km de Montevidéu. Em dezembro de 2014, entraram em operação 16,8 MW dos 65MW previstos para o Parque Eólico Artilleiros. A conclusão das obras e a entrada em operação comercial completa dos 31 aerogeradores estão previstas para o primeiro semestre de 2015. (GRI 1.2, GRI 2.7, GRI 2.5)

Além disso, o Conselho de Administração aprovou, no final de 2014, o aporte de US\$ 100 milhões ao longo de dois anos, para iniciar a construção da hidrelétrica Tumarín, na Nicarágua. O empreendimento tem capacidade instalada de 253 MW e vai gerar, em média, 1.184 GWh/ano, o que deverá significar cerca de 21% da demanda da eletricidade da Nicarágua em 2019, quando as obras devem estar concluídas. Ela também substituirá parte da energia elétrica de fonte térmica a óleo, dominante no país, contribuindo para uma matriz energética mais limpa e renovável. (GRI 1.2, GRI 2.7, GRI 2.5)

A Eletrobras em números

44.156 MW
de capacidade instalada

175 GWh
de energia elétrica
gerada em 2014

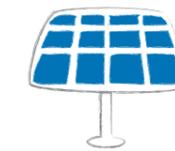
47 usinas
hidrelétricas, sendo:



- 15 usinas de responsabilidade integral
- 19 usinas de responsabilidade integral operadas sob regime de O&M
- 4 usinas com propriedade compartilhada
- 8 usinas com participação por meio de SPE
- 1 usina sob regime de O&M



2 usinas
nucleares



1 planta
de energia fotovoltaica



126 usinas
termelétricas, sendo:

- 125 usinas de responsabilidade integral
- 1 usina com participação por meio de SPE



14 usinas
eólicas, sendo:

- 3 usinas de responsabilidade integral
- 11 usinas com participação por meio de SPE

60.502 km
de linhas de transmissão
na rede básica⁵



464.685 km
de linhas de distribuição



138 mil novos clientes

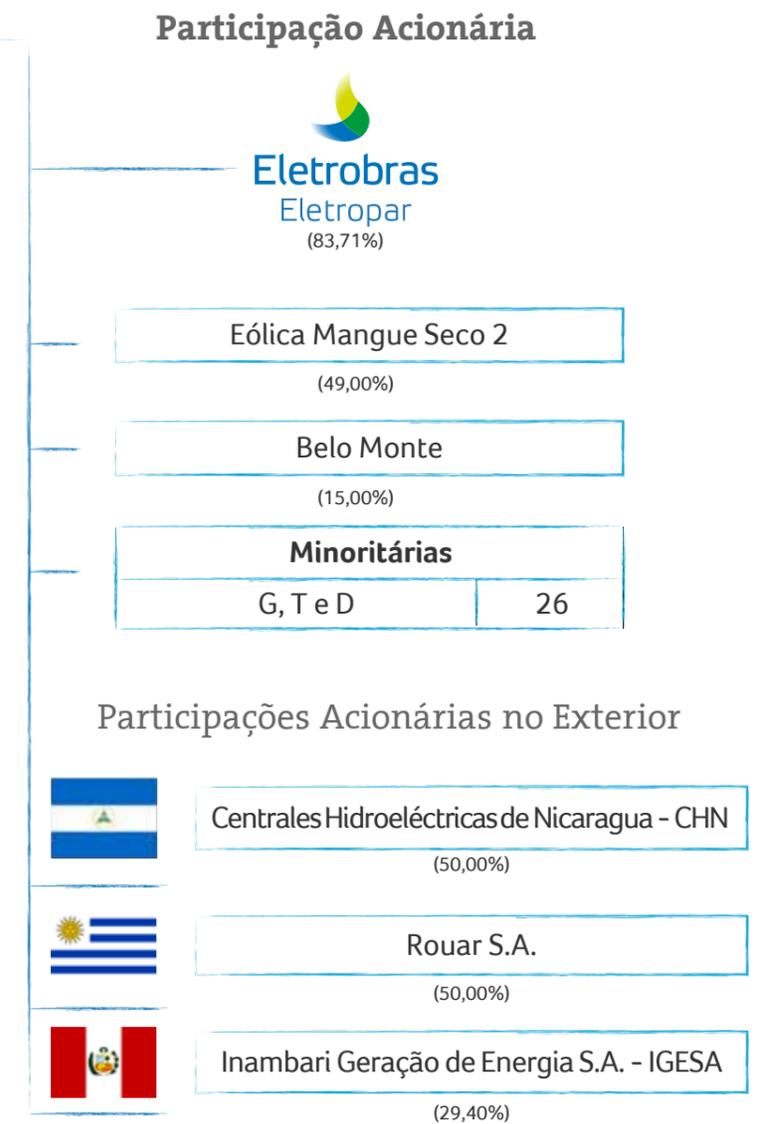
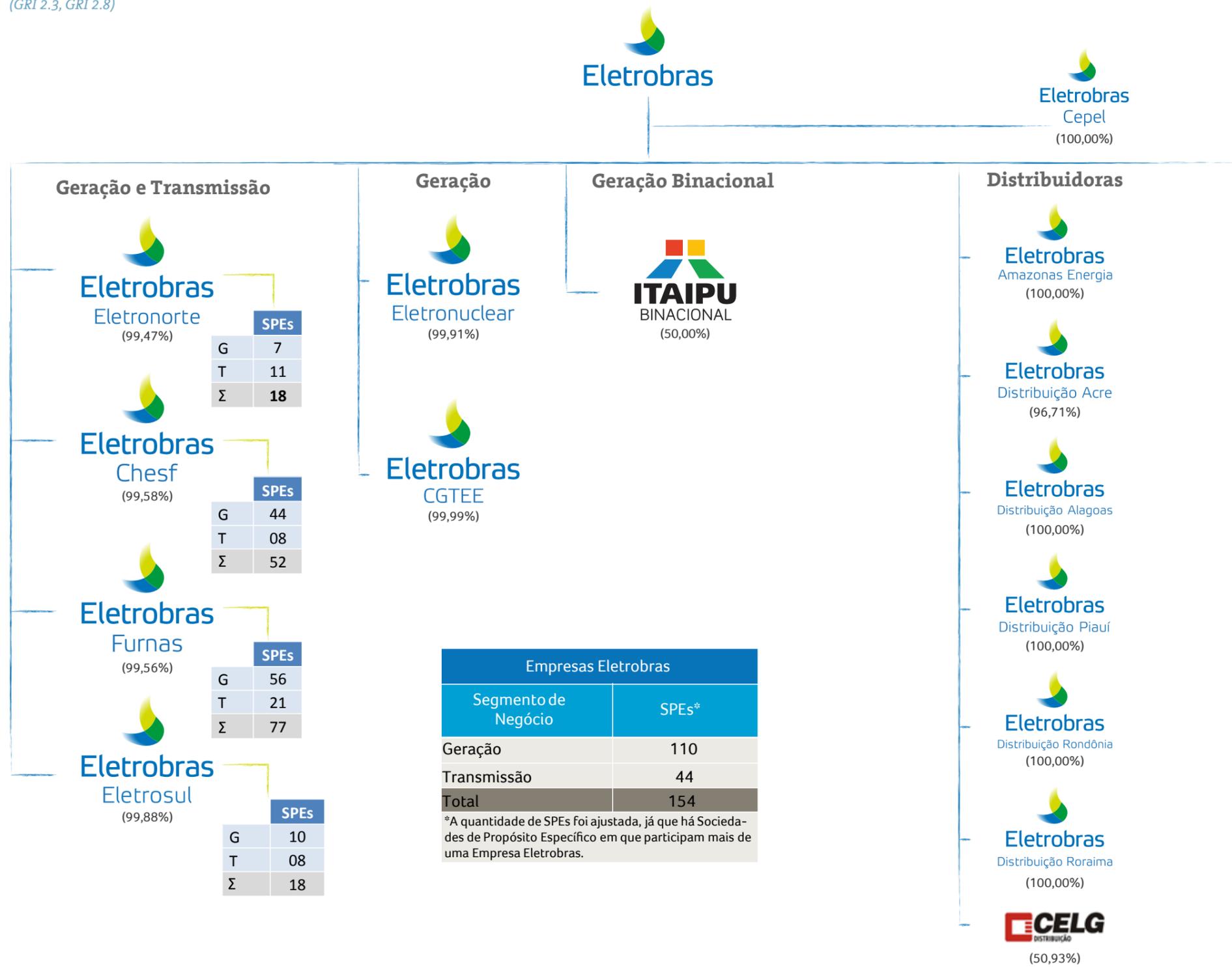
(GRI 2.8)

Saiba mais sobre as empresas Eletrobras no site www.eletrobras.com

³ A rede básica inclui somente as tensões entre 230 e 750 kV.

⁴ Segundo o site: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/medidasprovisorias/2008-17576.pdf>

⁵ A rede básica inclui somente as tensões entre 230 e 750 kV.



Relações com Investidores

Seguindo seu valor de ética e transparência, a Eletrobras realiza reuniões na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) regionais do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Porto Alegre, Florianópolis e Fortaleza) a cada seis meses, em um total de 14 reuniões anuais.

Além disso, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores realiza, também a cada seis meses, *roadshows* na Europa e nos Estados Unidos para apresentar a empresa aos investidores estrangeiros. Todos os anos, acontece em Nova Iorque o Eletrobras Day e, em Madri, o Fórum Latibex. A empresa também participa de diversos eventos e seminários promovidos por bancos internacionais no Brasil e no exterior, com a presença dos principais analistas e investidores, tanto da área de *equity* como de *debt*. (GRI 4.16)

Nossas Demonstrações Financeiras estão disponíveis para download no site da empresa, em: www.eletrobras.com/elb/ri/demonstracoesfinanceiras

Composição acionária

Com práticas alinhadas ao Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI) e ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações da Eletrobras são negociadas em três mercados: Bolsa de Valores de São Paulo (ELET3 e ELET6), onde está listada no Nível 1 de Governança Corporativa, na Bolsa de Madri (XELTO e XELTB), por meio do Programa Latibex, e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE EBR e EBR-B), onde negocia American Depositary Receipts (ADR).

Em 31 de dezembro de 2014, a empresa registrava 31.477 acionistas, 97% residentes no Brasil, 3% espalhados por 31 países, e o capital social totalizava R\$ 31.305 milhões. Nesse período não foi registrada nenhuma mudança na estrutura do capital social da Eletrobras e, no fechamento do ano, o valor de mercado da empresa atingiu R\$ 8.479 milhões. (GRI 2.8, GRI 2.9)

Canais de contato para investidores

Telefone: 55 (21) 2514-6333 - E-mail: invest@eletrobras.com
Fale com RI: www.eletrobras.com.br/elb/ri

Participações e representações

A Eletrobras busca fazer parte das principais iniciativas voluntárias reconhecidas no Brasil e no exterior. (GRI 4.12)

- **Pacto Global** (2006).
- Princípios de Empoderamento das Mulheres (Womens Empowerment Principles) (2010).
- Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2010).
- 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2013).
- Declaração de Compromisso sobre Mudanças Climáticas (2012).
- Programa na Mão Certa – Instituto Childhood Brasil (2010).
- Programa Brasileiro do Greenhouse Gas Protocol – **GHG Protocol** (2008).
- Agenda Ambiental da Administração Pública (2012).
- Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCE EPC) – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (GVces), em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro – BVRio (2014).
- Plano Trinacional de Enfrentamento a Violência – Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes – PAIR – Mercosul (2010).
- Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME) (2011).
- Certificado de Adesão à Gestão Transparente (2014).⁶
- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (2003).

(GRI 4.12)

A Eletrobras **holding** e a Itaipu Binacional assinaram, junto com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, um termo de compromisso relativo às diretrizes de conduta empresarial para multinacionais recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2014. Neste termo, a Eletrobras e demais empresas signatárias comprometeram-se a:

- Seguir os princípios de conduta empresarial responsável recomendados pelas diretrizes em todas as suas atividades;
- Auxiliar na promoção das diretrizes, sempre que possível;
- Colaborar e dialogar com o Ponto de Contato Nacional (PCN) em relação a eventuais alegações de inobservância das diretrizes relacionadas às suas atividades.

⁶ Organização não governamental portuguesa de combate à corrupção e estímulo à transparência das organizações.

O relacionamento com a União e a discussão e participação em políticas públicas é amparada pelo Estatuto Social da companhia, onde se destacam a cooperação na formulação da política energética do país, a promoção e apoio a pesquisas de interesse do setor energético, o desenvolvimento de programas de normatização e padronização técnica no setor elétrico, de eletrificação rural e de atividades de orientação aos consumidores, o compromisso com a formação de pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, a colaboração técnica com empresas e órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia e a participação em programas de estímulo a fontes alternativas de geração de energia.

A Eletrobras tem ampla interface com a Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**) na discussão da regulamentação setorial. Em 2014, além das ações relativas às indenizações com a renovação das concessões nos termos da Lei 12.783/2013, a companhia teve uma grande atuação em diversas audiências públicas. Podemos destacar a Audiência Pública 054/2014, em que se discutiu os limites mínimos e máximos do Preço de Liquidação de Diferenças. *(GRI SO5)*

As empresas também apoiam importantes iniciativas do Governo Federal e gerenciam programas e fundos setoriais que atendem às mais diversas áreas do setor elétrico. Eles são direcionados à universalização do acesso à energia elétrica, à eficiência energética, ao desenvolvimento

sustentável e à consolidação e expansão da ciência e tecnologia no país, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), o **Luz Para Todos**, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Ciência sem Fronteiras. *(GRI SO5)*

As empresas Eletrobras também participam de discussões de importantes temas ao integrar diversas entidades, destacando-se entre elas:

- Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
- Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
- Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)
- Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM)
- Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (**ABRADEE**)
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib)
- Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE)

- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)
- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
- Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN)
- Associação Brasileira dos Geradores Térmicos (Abraget)
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Câmara de Comércio Americana (Amcham)
- Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIBiogás-ER)
- Centro para Inovação e Competitividade (CIC)
- Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF)
- Comissão de Integração Elétrica Regional (Bracier)
- Comissão de Integração Energética Regional (CIER)
- Comissão de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Copron)
- Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB)
- Comitê Brasileiro de Eletricidade (ABNT/Cobe)
- Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME)
- Comitê Brasileiro do **Pacto Global** (CBPG)
- Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP)
- Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigre)
- Comitê Permanente para Questões de Gênero do MME e Empresas Vinculadas
- Conseil International des Grands Réseaux Électriques (CIGRÉ)
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Conselho Mundial da Água (CMA)
- Fórum Nacional da Gestão de Ética das Empresas Estatais
- Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico Brasileiro (FMASE)
- Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)
- Global Sustainable Electricity Partnership (GSEP)
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Instituto Nacional de Investidores (INI)
- Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei)
- Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas da América Latina (Ideal)
- International Electric Research Exchange (IERE)
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)
- International Energy Agency (IEA)
- International Hydropower Association (IHA)
- Operador Nacional do Sistema (ONS)
- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi)
- Rede Latino-americana e do Caribe para a Eficiência Energética (Red-LAC-EE)
- Section of the Latin American Nuclear Society (IAS)
- Sustainable Energy for All
- World Association of Nuclear Operators (WANO)
- World Energy Council (WEC)
- World Nuclear Association (WNA)
- World Water Council (WWC) – Seção Brasil

(GRI 4.13)

A Eletrobras também participa de discussões no Congresso Nacional. Em 2014, participou de audiências sobre a construção da Usina Nuclear Angra III e avaliação e impactos da MP 597/2012⁷ e MP 605/2013⁸, que altera os objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Prêmios e reconhecimentos

Em 2014, a Eletrobras reforçou sua reputação como empresa sustentável e de destaque entre os grandes agentes do setor elétrico. O posicionamento e as iniciativas da Companhia em alinhamento com o seu compromisso com os interesses sociais, as melhores práticas de gestão, governança e desenvolvimento sustentável resultaram em reconhecimentos por parte da sociedade e de instituições nacionais e internacionais. Dentre os principais, destacam-se:

- 🏆 **Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index:** listada pela terceira vez consecutiva. A empresa é referência, conquistando nota cem, a nota máxima, nos seguintes segmentos: Política Antitruste, Códigos de Conduta, Conformidade, Corrupção e Suborno, Gerenciamento de Risco e Crise, e Resultados, Sistemas de Medição e Riscos Relacionados à Água.
- 🏆 **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA):** a Eletrobras integra o índice pela oitava vez consecutiva.
- 🏆 **Companhias mais sustentáveis do Setor Elétrico Mundial:** listada entre as companhias mais sustentáveis do setor elétrico pelo anuário da RobecoSAM chamado *The Sustainability Yearbook*.
- 🏆 **Reconhecimento ao Procel:** a Eletrobras recebeu um prêmio de reconhecimento pelos 30 anos de execução do Procel – Programa de Conservação de Energia Elétrica durante o World Summit of Regions for Climate, realizado em outubro, em Paris, França. O evento é organizado pela R20, entidade parceira da Eletrobras em projetos envolvendo energias renováveis e LED para a iluminação pública.
- 🏆 **Marca valiosa:** a Eletrobras é, pelo segundo ano consecutivo, a única empresa do setor elétrico presente na lista das “50 Marcas mais Valiosas do Brasil”, divulgada pela consultoria BrandAnalytics, em parceria com a revista *ISTOÉ DINHEIRO*.
- 🏆 **Marcas de Melhor Prestígio:** Campeã no setor de energia, a Eletrobras subiu 50 posições e aparece em 64º lugar no ranking geral de “As 100 Marcas de Melhor Prestígio no Brasil”, da revista W A revista destaca as marcas que mais ganharam posições no ranking em 2014, entre as quais a Eletrobras, que se consolidou graças a quesitos como o que avalia compromissos sociais e ambientais, no qual aparece em 21º lugar entre as 100 empresas.
- 🏆 **Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC):** Reconhece as distribuidoras mais bem avaliadas em pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**). A Eletrobras Amazonas Energia foi vencedora pela categoria

“melhor Distribuidora da região Norte em 2014”. A Eletrobras Distribuição Acre também foi reconhecida pela premiação, na categoria Índice **Aneel** de Satisfação do Consumidor.

- 🏆 **Selo Verde 2014:** As empresas Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Rondônia e CGTEE venceram o prêmio Gestão Socioambiental Responsável concedido pelo Instituto Chico Mendes. O prêmio é considerado o maior nacional, no segmento ambiental.
- 🏆 **Certificação Empresa Cidadã:** As empresas Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Alagoas e Eletronuclear ganharam o prêmio Empresa Cidadã. Criado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) em 2002, o projeto objetiva incentivar a elevação da qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de organizações de todos os portes, segmentos e regiões do Brasil.
- 🏆 **Prêmio ABAP (Associação Brasileira de Agências de Publicidade) de Sustentabilidade:** A Eletrobras Eletronuclear recebeu o prêmio de melhor projeto de Comunicação Institucional com a campanha “Rota da energia nuclear”.
- 🏆 **Melhores da revista ISTOÉ DINHEIRO:** A publicação divulgou o ranking com as mil maiores empresas do Brasil, no qual a Eletrobras aparece na 23ª posição. Além disso, ela traz a Eletrobras Eletrosul na quinta colocação entre as melhores empresas do setor de energia do país e como terceira colocada nos quesitos recursos humanos e governança corporativa.
- 🏆 **Prêmio ABERJE 2014:** A Eletrobras Furnas recebeu o prêmio da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial com o programa Furnas Educa (melhor programa de relacionamento com a sociedade – região Sudeste).
- 🏆 **Prêmio Ozires Silva:** A Itaipu Binacional recebeu o prêmio na categoria Empreendedorismo Ambiental na Educação, (modalidade empresa de médio e grande porte), com o projeto “Água: conhecimento para gestão”, parceria entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI).
- 🏆 **Grandes Grupos do Valor:** A Eletrobras está na 24ª posição entre os 200 maiores grupos empresariais do país, segundo índice da revista *Valor Grandes Grupos*, do jornal *Valor Econômico*.
- 🏆 **Maior do setor elétrico:** A Eletrobras foi a empresa do setor elétrico que obteve a maior receita em 2013, atingindo R\$ 23,8 bilhões, contra R\$ 14,6 bilhões da segunda colocada. A informação consta do anuário Valor 1000, que faz um raio X das maiores empresas brasileiras por setor.

A relação completa de prêmios e reconhecimentos obtidos pelas empresas Eletrobras está disponível em: www.eletrobras.com/premiosereconhecimentos (GRI 2.10)

⁷ Trata da tributação (ou isenção) sobre a Participação nos Lucros e Resultados da empresa (PLR).

⁸ Permite o uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar descontos nas contas de luz das indústrias e dos consumidores residenciais.

Planta de mudas nativas no horto da usina de Marimbondo
foto original: Paulo Martins (Eletrabras Furnas)



Gestão e Governança

Preparada para novos desafios

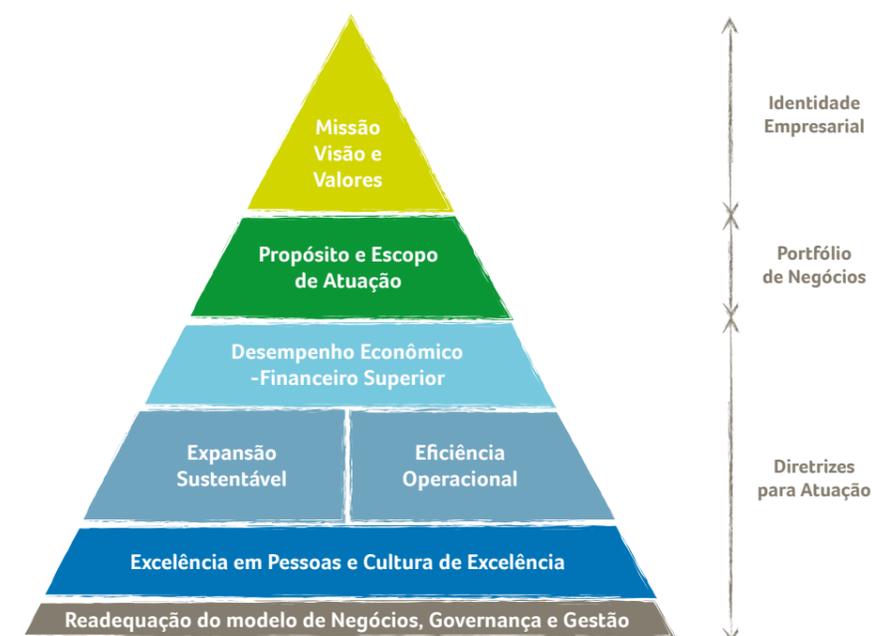
As empresas Eletrobras concentraram ainda mais seu foco na melhoria contínua, acelerando o aprimoramento que já se vinha buscando na construção de uma empresa cada vez mais eficiente para atender a demanda dos contratos afetados pela Medida Provisória 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013 e a opção pela prorrogação das concessões por 30 anos.

Para isso, foi iniciado em 2012 o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o quinquênio 2013-2017, publicado em 2013, refletindo uma tomada de posição imediata da Eletrobras perante o novo ambiente de negócios do setor elétrico brasileiro, por meio do foco na redução ainda maior de seus custos em relação às suas receitas, na reestruturação de seus processos empresariais e na otimização dos esforços entre as suas empresas.

O PDNG 2014-2018, publicado em 2014, da mesma forma que seu antecessor, colocou em prática um realinhamento estratégico apoiado em pilares voltados à eficiência operacional, expansão sustentável e novo modelo de governança e gestão, possibilitando a retomada do ritmo do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras e viabilizando o desenvolvimento dos Planos de Negócios e Gestão (PNGs) de cada uma delas para o mesmo quinquênio.

O PDNG 2014-2018 prevê investimentos da ordem de R\$ 60,8 bilhões, um crescimento de 16,03% em relação ao quinquênio 2013-2017. Desse total, cerca de R\$ 44,8 bilhões (73,68%) estão previstos para a expansão do parque de usinas e linhas de transmissão, e R\$ 5,0 bilhões (8,22%) para a expansão na distribuição de energia. Para a modernização e manutenção dos ativos de geração, transmissão e distribuição serão investidos R\$ 9,3 bilhões, dos quais 80,64% referem-se a geração e transmissão. (GRI 1.2)

Também no ano de 2014 foi concluída a elaboração do Plano Estratégico das Empresas Eletrobras (PE) 2015-2030, a partir da revisitação da versão anterior referente ao horizonte 2010-2020. No processo de elaboração desse plano, foram avaliados diversos cenários, as atratividades dos negócios no mercado de energia, as potencialidades existentes nas empresas Eletrobras e as aspirações de nossos acionistas. Foram elaboradas ainda projeções para apoiar as decisões quanto ao portfólio de negócios, a revisão da identidade empresarial (missão, visão e valores) e o estabelecimento de diretrizes, objetivos e estratégias para o período de 2015-2030. Estão ainda sinalizados nesse plano os parâmetros para elaboração de um PDNG para o quinquênio 2015-2019, onde serão detalhadas metas e os projetos para o alcance dos objetivos descritos nesse plano estratégico. Os principais componentes deste plano estão representados na figura a seguir em uma visão de conjunto: (GRI 1.2, GRI 4.8)



Missão, Visão e Valores (GRI 4.8)

Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Valores

- Foco em resultados
- Ética e transparência
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Sustentabilidade

Atributos da Visão:

 Energia limpa	 Acionistas
<ul style="list-style-type: none"> • Manter foco em fontes de energia limpas • Manter baixos índices de emissão de GEE¹ 	<ul style="list-style-type: none"> • Atingir níveis de rentabilidade (TSR)² comparáveis às melhores empresas do setor elétrico
 Mercado	 Públicos de interesse
<ul style="list-style-type: none"> • Se posicionar entre as 10 maiores empresas em valor de ativos e capacidade instalada 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar visando atender as expectativas dos principais <i>stakeholders</i> e construir imagem e reputação superior

1) Gases de Efeito Estufa;

2) Total *Shareholder Return*: ganho auferido pelo acionistas (preço final da ação + dividendos)/preço inicial da ação

Os grandes balizamentos estabelecidos para condução do portfólio dos negócios da empresa estão descritos a seguir:

Geração e Transmissão

São os negócios principais, onde a companhia atuará prioritariamente por meio de SPE na construção de novos ativos, mantendo seus compromissos de responsabilidade social e ambiental nos empreendimentos nos quais atua, e ainda na operação e manutenção de seus ativos. Além da construção, a expansão em G e T considera também a aquisição de ativos. Permanece o foco na geração de energia limpa (fontes hídrica, nuclear, eólica e solar) e na geração térmica a gás natural. Em relação à fonte solar fotovoltaica, a empresa está atenta aos atuais incentivos governamentais que visam o barateamento do custo deste tipo de geração, tanto em sua modalidade centralizada quanto na modalidade distribuída, e avaliará participar nos futuros leilões de contratação de energia deste tipo de fonte. No que diz respeito às novas tecnologias de geração, tais como correntes marinhas e marés, elas serão objeto de pesquisa e desenvolvimento e farão parte da carteira de experimentos da companhia.

Internacionalização em Geração e Transmissão

A empresa atuará de forma mais expressiva nos negócios de geração e transmissão fora do país, sempre com taxas de retorno maiores que as obtidas no Brasil e com foco nas Américas do Sul e Central, e ainda em algumas regiões do continente africano.

Distribuição

A companhia atualmente estuda o seu reposicionamento neste negócio.

Serviços

Atuação para estruturar o negócio de prestação de serviços com ênfase na operação e manutenção de usinas hidráulicas e dos ativos de transmissão. Está incluída ainda nesse segmento a prestação de serviços de eficiência energética e telecomunicações.

Diretrizes para Atuação: Descrição

Para cumprir sua Missão e realizar a sua Visão de Futuro, no período de 2015 a 2030, a Eletrobras deverá orientar a sua atuação por meio de 5 Diretrizes Estratégicas: *(GRI 1.2)*

Desempenho Econômico-Financeiro Superior

Aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos e a adequação da estrutura financeira ao novo modelo de gestão empresarial das empresas Eletrobras.

Expansão Sustentável

Manutenção da liderança das empresas Eletrobras no setor elétrico brasileiro e uma atuação mais expressiva no exterior, além

do desenvolvimento de um portfólio de experimentos de modo a sustentar a sua competitividade.

Eficiência Operacional

Desenvolvimento de planos de revitalização e efficientização de ativos para atendimento aos parâmetros regulatórios e a adoção das melhores práticas.

Excelência em Pessoas e Cultura da Excelência

Aperfeiçoamento do modelo de Gestão de Pessoas nas empresas Eletrobras.

Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão

Mudanças face ao novo contexto regulatório no setor elétrico brasileiro. Elas englobam temas como a revisão da lógica societária, o fortalecimento de estatutos, a adequação da estrutura organizacional das empresas Eletrobras, readequação de processos e sistemas e gestão sustentável dos recursos financeiros.

O desdobramento deste Plano se dará com a emissão anual pela Eletrobras **holding** do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) com horizonte quinquenal, iniciando no quinquênio 2015-2019, que fornecerá as diretrizes básicas para o Plano de Negócios e Gestão (PNG) de cada uma das empresas Eletrobras, de onde serão obtidos os parâmetros básicos para o Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) a ser assinado entre a Eletrobras **holding** e cada uma das empresas Eletrobras. Nos próximos anos seguiremos com passos ainda mais acelerados rumo à competitividade, integração, eficiência e sustentabilidade.

Desempenho Empresarial

A Eletrobras possui contratos de metas de desempenho empresarial com as suas empresas controladas. O CMDE, firmado desde 2010 com abrangência quinquenal e revisão anual, está alinhado com o Plano Estratégico e o PDNG e estabelece metas nas dimensões econômico-financeira, operacional e socioambiental para cada uma das empresas Eletrobras e para a Eletrobras **holding**, por meio de um Painel de Indicadores.

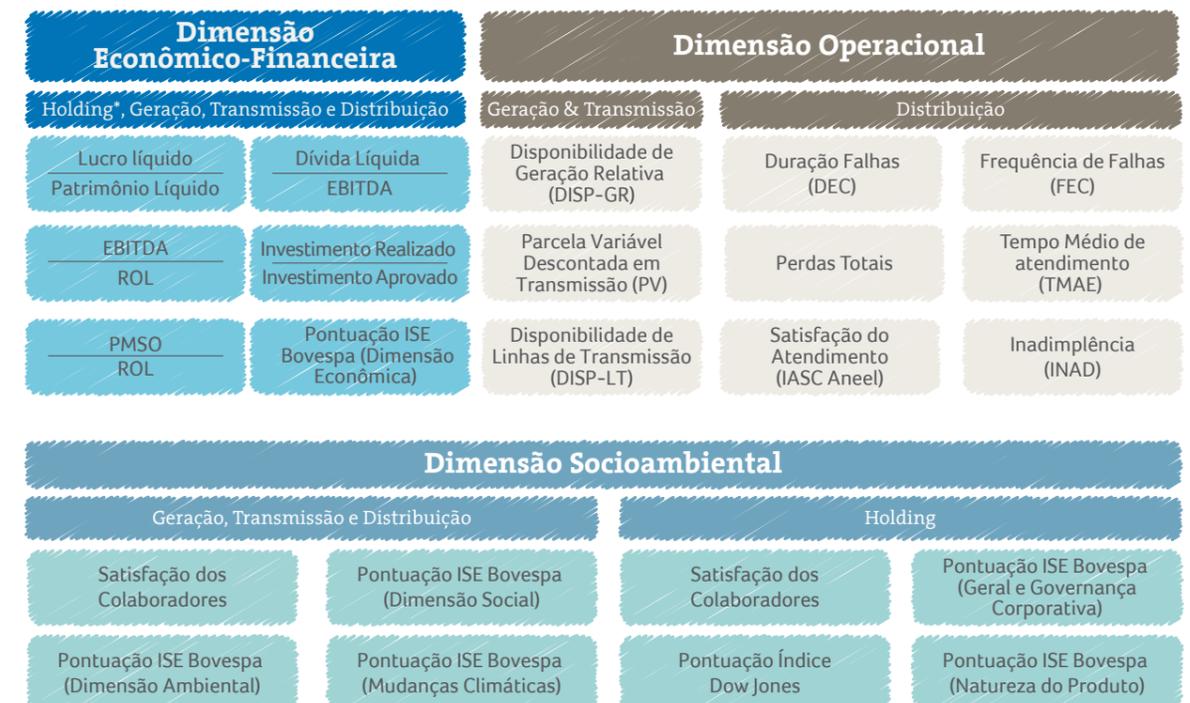
Painel de indicadores do CMDE

As metas e indicadores associados são definidos na Eletrobras **holding** pela Diretoria Executiva e apreciados pelo Conselho de Administração da companhia, de acordo com a relevância dos resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados para o quinquênio e as premissas estabelecidas para cada empresa.

O monitoramento dos resultados obtidos frente às metas estabelecidas é realizado mensalmente por empresa e publicado em relatórios mensais apreciados pelas Diretorias e Conselhos de cada empresa. Para cada indicador, é sinalizado no Painel de Indicadores, o status do desvio do resultado obtido em relação à meta estabelecida. Ao final de cada exercício é apurado para cada empresa o índice ponderado de cumprimento de metas indicando o grau de adimplência global às metas estabelecidas para aquele período.

Adicionalmente ao monitoramento dos resultados alcançados, a Eletrobras **holding** realiza o monitoramento das iniciativas e projetos estabelecidos no Plano de Negócios das Empresas Eletrobras, indicando o avanço das atividades definidas em cronograma, e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso do projeto.

Nesse contexto estão incluídos todos os projetos, corporativos ou em parcerias por meio de **SPE**, em andamento nas empresas Eletrobras relacionados à expansão da geração, transmissão e distribuição. Por sua natureza e relevância, o Atraso Médio e a Taxa Interna de Retorno (TIR) desses projetos são adicionalmente monitorados e apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração por meio de relatórios mensais.

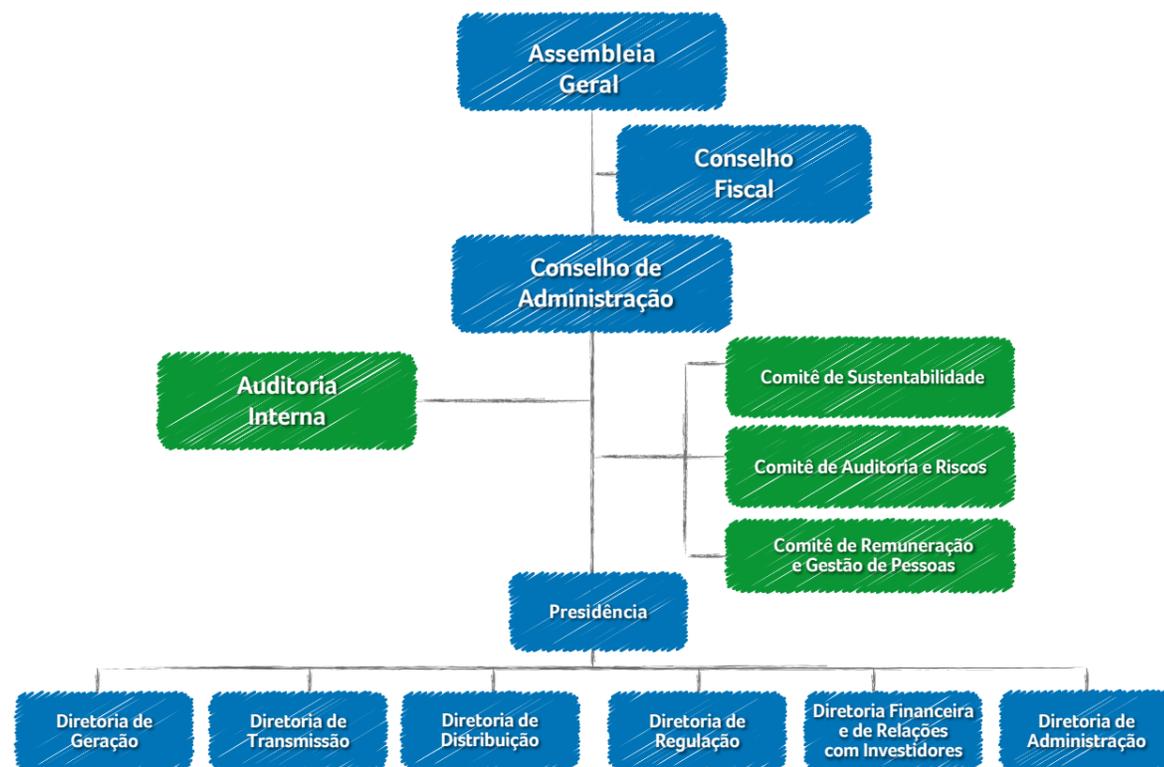


* A Eletrobras holding, além dos seus próprios indicadores conta também com os seguintes indicadores consolidados das empresas Eletrobras: PMSO / ROL, Dívida Líquida / EBITDA e EBITD / ROL

Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, estando todos esses órgãos comprometidos com a transparência e a longevidade da empresa, de forma sustentável.

Todos os requisitos e funções estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da observância da legislação em vigor, não havendo **discriminação** por gênero ou outros fatores de diversidade. (GRI 4.1, GRI 4.7)



(GRI 4.1)

A Eletrobras disponibiliza em seu website instrumentos de gestão e políticas que subsidiam a governança em suas empresas:
<http://www.eletrobras.com> > Sustentabilidade > Governança Corporativa > Instrumentos de Gestão e Políticas.

Ligados ao Conselho de Administração estão os comitês de Sustentabilidade, Auditoria e Riscos e Remuneração e Gestão de Pessoas. Criados para auxiliar o Conselho de Administração em assuntos específicos de forma mais detalhada, cada comitê possui três vagas para conselheiros de administração. O presidente da Eletrobras não deve participar dos Comitês de Auditoria e Riscos e Remuneração e Gestão de Pessoas, a fim de evitar potenciais conflitos de interesses, mas participa do Comitê de Sustentabilidade. (GRI 4.1)

Auditoria Interna: Vinculada ao Conselho de Administração da Eletrobras, verifica a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, assim como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela empresa.

Comitê de Sustentabilidade: composto por três conselheiros, o comitê desenvolve e coordena ações integradas, envolvendo todas as empresas Eletrobras, a fim de permitir avanços consistentes na gestão e implantação da sustentabilidade empresarial, tendo como principais atribuições acompanhar as ações de sustentabilidade das empresas Eletrobras; acompanhar e avaliar os resultados da implementação de ferramentas de gestão sustentáveis, reconhecidas internacionalmente, no âmbito das empresas Eletrobras; acompanhar a produção do Relatório Anual e de Sustentabilidade; analisar a participação das empresas Eletrobras nos processos de preenchimento dos questionários ISE Bovespa e Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI) e outros que a empresa decida participar; e analisar as ações de conscientização do público interno das empresas Eletrobras sobre a importância da sustentabilidade empresarial. (GRI 4.9)

Comitê de Auditoria e Riscos: compõe-se de três conselheiros e tem como presidente o conselheiro independente e representante dos acionistas minoritários, além de contar com a participação do conselheiro eleito pelos empregados (não há participação de membro executivo). Este comitê analisa com maior profundidade assuntos como práticas contábeis, riscos e controles internos e auditoria independente, entre outros relacionados ao tema.

Comitê de Remuneração e Gestão de Pessoas: assessora o Conselho nas deliberações relativas às políticas de remuneração, de gestão de pessoas e de desenvolvimento de competências dos profissionais da Eletrobras. Este comitê conta com a participação de um conselheiro independente. Os conselheiros que possuírem vínculo empregatício não devem participar do Comitê de Remuneração e Gestão de Pessoas, assim como não há participação de membro executivo.

Assembleia Geral de Acionistas: a Assembleia Geral Ordinária (AGO) é realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e aprovou em 2014:

- As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2013
- A destinação do resultado do exercício e distribuição de

- remuneração aos acionistas
- A eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal
- Remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva

Extraordinariamente a Assembleia Geral se reúne conforme previsto na lei e sempre que o Conselho de Administração achar conveniente. Em 2014 realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a operação de aquisição do controle acionário da Celg Distribuição S.A. (GRI 2.9)

Conselho de Administração: composto por até dez membros, sete dos quais indicados pelo acionista majoritário, um pelos acionistas minoritários ordinários, um pelos minoritários preferenciais e um representante dos empregados. Em 2014, das oito vagas preenchidas, um conselheiro é considerado independente, tendo em vista os critérios estabelecidos pela BM&FBOVESPA e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e um é executivo. Todos possuem mandato de um ano, permitida a reeleição. O Conselho de Administração realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário. Em 2014, foram realizadas 28 reuniões. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Presidente da companhia não são ocupados pela mesma pessoa. (GRI 4.1, GRI 4.2, GRI 4.3, GRI 4.4)

Composição do Conselho de Administração em 2014

- Márcio Pereira Zimmermann (presidente)
- Jailson José Medeiros Alves (representante dos empregados)
- João Antônio Lian (representante dos minoritários)
- José Antônio Corrêa Coimbra
- José da Costa Carvalho Neto
- Lindemberg de Lima Bezerra
- Maurício Muniz Barretto de Carvalho
- Wagner Bittencourt de Oliveira

Conselho Fiscal: possui até cinco membros e seus respectivos suplentes, três dos quais indicados pelo acionista majoritário, um pelos acionistas minoritários ordinários e um pelos acionistas minoritários preferenciais. Entre os membros está um especialista financeiro, conforme as exigências da Securities and Exchange Commission (SEC). O mandato é de um ano, permitida a reeleição. O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário. Em 2014, foram realizadas 13 reuniões.

Composição do Conselho Fiscal em 2014 (titulares)

- Jarbas Raimundo de Aldano Matos (presidente)

- Bruno Nunes Sad (especialista financeiro)
- Manuel Jeremias Leite Caldas
- Ricardo de Paula Monteiro
- Robert Juenemann

Diretoria Executiva: composta por sete membros, incluindo o presidente, eleitos pelo Conselho de Administração. O mandato é de até três anos, permitida a reeleição. A Diretoria Executiva se reúne semanalmente, tendo sido realizadas 59 reuniões em 2014.

Composição da Diretoria em 2014

- Presidente: José da Costa Carvalho Neto
- Diretor de Geração: Valter Luiz Cardeal de Souza
- Diretor de Transmissão: José Antônio Muniz Lopes
- Diretor de Distribuição: Marcos Aurélio Madureira da Silva
- Diretor de Regulação: Josias Matos de Araujo
- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Armando Casado de Araújo
- Diretor de Administração: Alexandre Aniz

Desde 2012, a Eletrobras organiza, com a participação paritária da representação sindical, e realiza, anualmente, eleição para a escolha direta do representante dos empregados junto ao Conselho de Administração.

A eleição é regida pela Lei nº 6.404/76, pela Lei nº 12.353/10, pela Portaria nº 026/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pela Cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional em vigor e pelo Estatuto Social da Centrais Elétricas Brasileiras S.A, além dos documentos que a compõem.

São elegíveis os empregados ativos da empresa, impedidos os casos de condenação criminal transitada em julgado, por crime de peculato, por crime contra a economia popular, crime contra a fé pública ou a propriedade e, além disso, não possuir, ainda que temporariamente, alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos, bem como os requisitados(as) e os(as)

contratados (as) na empresa para cargos de livre nomeação e exoneração.

O sistema de votação eletrônica utilizado é uma ferramenta de TI com rastreabilidade e confiabilidade asseguradas por uma série de mecanismos próprios, colocados sob análise durante todo o processo eleitoral.

A empresa assegura acesso à votação, que é secreta, a todos os seus empregados ativos, colocando o sistema em funcionamento em sua intranet e na internet, através da nuvem.

O Conselheiro representante dos empregados é eleito para um mandato de um exercício, a contar da data da posse de acordo com o estatuto social da Empresa, e tem as mesmas funções dos demais Conselheiros de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o tema. (GRI 4.4)

O representante dos empregados no Conselho de Administração, por iniciativa própria, realiza uma comunicação contínua com os empregados mediante email, reuniões e apresentações. Em outubro de 2014, foi o responsável pela organização do seminário Eletrobras e Setor Elétrico: Conjuntura Atual e Propostas para o Futuro. (GRI 4.4)

Avaliação

Os conselheiros de administração e diretores da Eletrobras participam anualmente de um processo de avaliação de desempenho para assegurar que estes executem seus papéis alinhados à estratégia da companhia, contribuindo para a diversidade de experiências e conhecimentos. A Eletrobras **holding** padronizou essa metodologia e divulgou as diretrizes para sua aplicação em todas as empresas Eletrobras. Os diretores e conselheiros realizam a sua autoavaliação e a avaliação de seu respectivo

órgão. Os conselheiros avaliam também a Diretoria Executiva como órgão. (GRI 4.10)

Evolução

A Eletrobras desenvolve continuamente ferramentas para o fortalecimento da governança, reforçando assim sua credibilidade junto ao mercado e sua sustentabilidade. Em 2014 destacaram-se a atualização do Manual de Orientação do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras, o estabelecimento de Políticas como a de Regulação e de Transações com Partes Relacionadas, a realização do Curso de Governança para Conselheiros de Sociedades de Propósito Específico (SPE) e aprovação da estrutura do Manual de SPE, produto do projeto criado para definir as práticas de governança e gestão das SPE da Eletrobras, sob a orientação do Plano Diretor de Negócios e Gestão, desdobrado do Planejamento Estratégico.

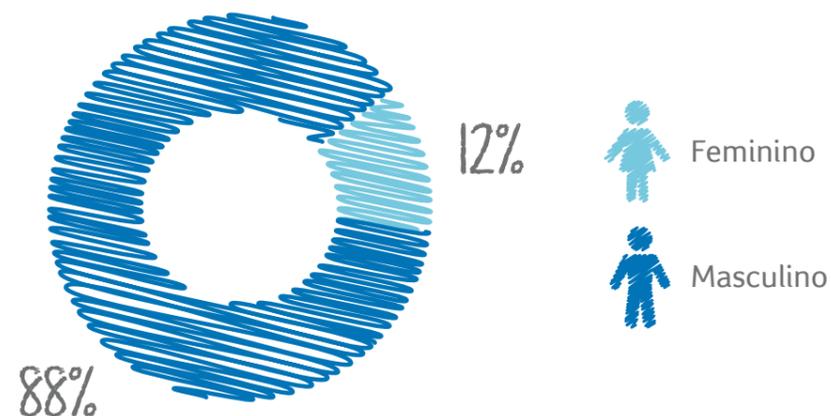
Perfil por faixa etária dos integrantes da governança* das empresas Eletrobras (GRI 4.1, GRI LA13)

	2014	%	2013	%	2012	%
Membros com menos de 30 anos	0	0%	1	1%	0	0%
Membros entre 30 e 50 anos	54	34%	49	32%	47	31%
Membros com mais de 50 anos	106	66%	105	68%	104	69%
Total	160	100%	155	100%	151	100%

* Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

(GRI 4.1)

Distribuição por gênero dos integrantes da governança das empresas Eletrobras (GRI LA13)



A remuneração dos conselheiros de administração e fiscal é fixa, não havendo remuneração variável, e corresponde a 10% da remuneração mensal média dos diretores da companhia, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos diretores, conforme a Lei 9.292/1996.

Os membros da Diretoria Executiva possuem remuneração fixa, mais a parcela variável, vinculada à participação nos resultados da empresa.

Os conselheiros de administração não recebem remuneração adicional por participação em Comitês e/ou Comissões de Assessoramento do Conselho.

A remuneração dos Conselhos e também da Diretoria Executiva é divulgada de forma agregada no Relatório de Administração publicado anualmente e no Formulário de Referência, disponibilizado para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além do Relatório de Administração, a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é informada individualmente no Relatório de Gestão Empresarial de prestação de contas à Controladoria Geral da União (CGU), que o encaminha ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Remuneração total dos órgãos de governança (R\$) (GRI 4.5)

Órgão	2014	2013*	2012
Diretoria Executiva	6.478.832,31	6.240.558,65	5.657.570,87
Conselho de Administração	514.241,12	519.968,38	498.655,87
Conselho Fiscal	366.314,12	338.990,88	294.453,81

* Valores baseados na Proposta da Administração.

A Eletrobras valoriza a capacitação de seus agentes de governança e, anualmente, analisa a viabilidade de programar treinamentos para os membros do Conselho de Administração de suas empresas. Em 2014, a Eletrobras proporcionou um treinamento em Governança Corporativa, com foco em SPE, para conselheiros e outros profissionais, totalizando 156 participantes. (GRI 4.7)

Nova Diretoria de Regulação

Após a publicação da Lei 12.783/2013, o setor elétrico brasileiro tem passado por um importante processo de estabilização e as empresas do setor elétrico estão se adaptando a essa nova regulamentação. Neste contexto, unidades para tratar de assuntos regulatórios passaram a ter um papel estratégico para as empresas, o que já era previsto no PDNG 2013/2017, que orientava a criação de uma unidade corporativa para tratar os assuntos regulatórios que impactam todos os negócios da empresa.

Atenta a esse novo momento e acatando recomendação do Conselho de Administração (CAE) e de sua Diretoria Executiva (DEE), a Eletrobras criou, em 2014, a Diretoria de Regulação (DR). A DR tem como uma de suas principais missões viabilizar uma orientação geral e única para as empresas Eletrobras, respeitando as particularidades de cada negócio e região geográfica, permitindo uma atuação proativa junto aos formuladores das políticas públicas setoriais, o Poder Concedente, a **Aneel** e as entidades setoriais de regulação e fiscalização.

As ações decorrentes desta orientação corporativa objetivam a minimização de penalidades e multas que impactam o caixa da empresa, a viabilização de receitas adicionais decorrente da revisão das indenizações das concessões renovadas, receitas das melhorias e reforços implantados nas áreas de transmissão e geração da empresa, mitigação do risco regulatório e institucional das empresas

Eletrobras, entre outros.

Além de zelar pelos interesses das empresas Eletrobras junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (**Aneel**), a DR tem a atribuição de fortalecer e ampliar o relacionamento com associações de classe e instituições setoriais governamentais e privadas com vistas a fortalecer o engajamento com esses importantes **stakeholders**.

Em 2014, entre outras ações, a Companhia concentrou esforços para a obtenção de valores complementares para as indenizações dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica que tiveram a concessão prorrogada nos termos da Lei 12.783/2013 e na elaboração da Política de Regulação das Empresas Eletrobras.

A contínua interação das empresas Eletrobras com o agente regulador e com os demais atores do setor elétrico, como as entidades de classe mencionadas, permitiu que vários pleitos complementares às indenizações ordinárias fossem analisados e alguns já aceitos pelo regulador, como pode ser visto no quadro abaixo, tanto para ativos vinculados à geração como para aqueles vinculados a transmissão.

No caso da Eletrobras Eletrosul, a **Aneel** já homologou uma receita de R\$ 995 milhões na transmissão, quando o valor registrado contabilmente era de R\$ 514 milhões. Ou seja, graças a essa interação positiva e bem articulada, foi possível propiciar um ganho de receita de R\$ 481 milhões.

Empresas Eletrobras	Valor contabilizado (R\$ milhões)			Valor pleiteado (R\$ milhões)			Valor homologado ⁽⁵⁾ (R\$ milhões)		
	Geração ⁽⁴⁾	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Eletronorte	-	1.733	1.733	(1)	3.547	3.547	(3)	(2)	-
Chesf	488	1.476	1.964	4.802	5.627	10.429	(3)	(2)	-
Furnas	996	4.530	5.526	(1)	(1)	-	(3)	(2)	-
Eletrosul	-	514	514	-	1.061	1.061	-	995	995
Total	1.484	8.253	9.737	4.802	10.235	15.037	-	995	-

(1) Laudos em fase de elaboração.

(2) Prazo de 150 dias contados da data de entrega do laudo de avaliação - ReN. Aneel 589/2013.

(3) A ReN. **Aneel** 596/2013 não definiu prazo para homologação dos laudos de avaliação recebidos das empresas.

(4) Os ativos de geração termoeletrica não foram abrangidos pela Resolução Normativa da Aneel 596/2013, logo não estão contemplados na tabela acima. Contabilizados, são mais R\$ 680 milhões em Furnas; R\$ 186 milhões na Eletrobras Eletronorte e R\$ 357 milhões na Eletrobras CGTEE.

(5) Os valores homologados serão reconhecidos no Resultado da Companhia após definição final do valor e das condições

Mecanismos de comunicação

A Eletrobras busca disponibilizar cada vez mais mecanismos que contribuam para estreitar suas relações com os públicos externos e internos. A Ouvidoria é um dos mais importantes e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, denúncias, elogios e solicitações para a melhoria dos processos internos e para a transparência das ações da Eletrobras.

Para facilitar e estimular a participação dos acionistas nas assembleias da empresa e apresentar contribuições para o entendimento das matérias propostas, a empresa também disponibiliza em seu website o Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras. Por meio de um link no próprio manual, o acionista encontra informações mais detalhadas sobre as matérias discutidas nestes encontros.

O website da Eletrobras dispõe do Fale com o RI, mais um canal de comunicação pelo qual os acionistas podem entrar em contato com a área de Relações com Investidores, além do contato por e-mail ou telefone, no caso de quaisquer dúvidas, recomendações ou outras solicitações que acharem pertinentes. *(GRI 4.4)*

Ouvidoria: O contato pode ser feito pelos telefones (21) 2514-4526/5895, por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409, 17º andar – Centro – Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 20071-003, pessoalmente, no mesmo endereço, ou ainda pelo e-mail ouvidoria@eletrobras.com. No website da Eletrobras está disponível também um formulário de manifestação à Ouvidoria, em www.eletrobras.com/ouvidoria. Durante o ano de 2014, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 18.526 manifestações, das quais 18.033 (97%) foram solucionadas, e 465 (3%) encontravam-se em andamento até 31/12/2014.

Canal de Gênero: criado em consonância com o Programa Pró-Equidade de Gênero, do governo federal, o canal de gênero é voltado exclusivamente para o público interno e está disponível pela intranet. Por este instrumento, são recebidas manifestações (sugestões, comentários ou denúncias) relativas a questões de gênero, **discriminação** e assédio sexual.

Canal Denúncia: criado em atendimento à Lei Sarbannes-Oxley (SOX) para recebimento exclusivo de denúncias sobre possíveis irregularidades ou fraudes contábeis e/ou financeiras nas empresas Eletrobras, assim como de denúncias de possíveis casos de corrupção no Brasil e exterior, com foco em denúncias anônimas (websites de todas as empresas Eletrobras ou www.eletobras.com/canaldenuncia).

Fale com o Presidente: ferramenta de contato direto entre o colaborador e o presidente da empresa, o e-mail falecomopresidente@eletobras.com é mais um canal voltado exclusivamente para o público interno e o encaminhamento da resposta às manifestações recebidas por ele é acompanhado pela Ouvidoria da Eletrobras.

Urnas: voltadas para o atendimento ao público de prestadores de serviço terceirizados nas dependências da Eletrobras **holding** (Rio de Janeiro e Brasília). As urnas físicas se encontram em locais estratégicos de maior circulação desses profissionais e recebem manifestações de qualquer tipo, que são recolhidas e tratadas pela Ouvidoria de acordo com o assunto e têm o objetivo de proteger, incentivar e envolver esse tipo de colaborador na identificação de falhas no relacionamento e processos internos.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): monitorado pela Ouvidoria, para o atendimento aos pedidos e questionamentos enquadrados na Lei de Acesso à Informação Pública. No gerenciamento das demandas referentes à Lei (de Acesso à Informação) nº 12.527, foram recebidas no Sistema de Informação ao Cidadão – SIC da Eletrobras 126 solicitações de informações, todas respondidas.

Procedimentos internos anticorrupção

As denúncias de fraude e corrupção são encaminhadas às ouvidorias das empresas Eletrobras. A Eletrobras criou um canal exclusivo – o Canal Denúncia – disponível nos sites de todas as empresas do sistema e de acesso apenas pela Eletrobras **holding**, para recebimento desse tipo de denúncia. A Ouvidoria é responsável pelo encaminhamento e acompanhamento das

denúncias, sendo garantido, por norma interna, o sigilo do conteúdo da manifestação e da identidade do denunciante. Trimestralmente, a Ouvidoria encaminha ao Conselho Fiscal da Eletrobras relatório de denúncias recebidas no período, assim como seu acompanhamento e posteriores conclusões. As respostas também devem ser enviadas ao denunciante em até 30 dias.

Comunicação alinhada

Por tratar-se de uma organização de capital aberto controlada pelo governo brasileiro, as ações de comunicação da companhia são pautadas pelas diretrizes do Código de Ética das empresas Eletrobras e pelas políticas de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse, Patrocínios, Sustentabilidade, Ambiental e Responsabilidade Social das empresas Eletrobras. A empresa segue parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente, de modo que as atividades de publicidade são avaliadas e aprovadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), sendo respeitadas as diretrizes da Associação Brasileira das Agências de Publicidade e Conselho de Autorregulamentação Publicitária (**Conar**). (GRI PR6)

Troca de conhecimento e experiências

Desde 2009, a Eletrobras faz parte do Global Sustainable Electricity Partnership (GSEP), grupo do qual fazem parte importantes empresas do setor energético com o objetivo de trocar experiências e desenvolver projetos relacionados à oferta sustentável de energia. Única empresa da América Latina no grupo, desde junho de 2014 a Eletrobras está à frente da presidência rotativa. Durante esse período de um ano, o tema que norteará as trocas de experiências e informações entre as empresas ao longo do ano será o engajamento de **stakeholders**. Para isso, um questionário foi preenchido por todas as empresas, com o objetivo de construir um panorama a respeito do relacionamento com os públicos prioritários, como fornecedores, clientes, empregados, acionistas e órgãos reguladores, comunidades, entre outros. (GRI 4.16)



Participantes do GSEP visitam Itaipu

COMUNICAÇÃO ABERTA

Em 2014, a Eletrobras e sua parceira Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A. (EBISA) realizaram o mapeamento de partes interessadas dos Projetos Binacionais Garabi e Panambi, dois aproveitamentos hidrelétricos em estudo no rio Uruguai, na fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul. O mapeamento, realizado nos dois lados da fronteira, foi conduzido pelo Consórcio Energético do Rio Uruguai, grupo de seis empresas dos dois países, contratadas para realizar os estudos de engenharia, os estudos ambientais e o plano de comunicação social.

O Plano de Comunicação Social de Garabi e de Panambi possui quatro escritórios abertos, dois em cada margem, e centros itinerantes de atendimento ao público que apoiam os trabalhos na região. Em 2014, destacaram-se os trabalhos relacionados ao cadastro socioeconômico da população atingida e ao cadastro imobiliário.

Em 2014 foram realizadas 162 reuniões na margem brasileira, envolvendo cerca de 4.100 participantes. Foram feitas 1.150 consultas aos escritórios fixos e móveis na margem brasileira e 160 consultas sobre os projetos pelo telefone 0800.

Para o cadastro socioeconômico, foram realizadas 24 reuniões institucionais com cerca de 530 participantes, entre representantes de prefeituras dos municípios atingidos pelos AHEs, grupos de trabalho, organizações sociais e sindicatos para informar e esclarecer dúvidas sobre as atividades relacionadas ao cadastramento da população atingida. Na área rural dos municípios cobertos pelo Garabi também foram realizadas 51 reuniões informativas, com a participação de cerca de 1.000 pessoas. Em atendimento à Portaria Interministerial 340/12, foram veiculados em jornais, rádio, TV e fôlderes informes sobre as reuniões e o início das atividades. Como mais um meio de informar a sociedade, foi lançado em 2014 o website www.garabipanambi.com. (GRI 4.16, GRI SO1)

Gestão da Ética

As empresas Eletrobras possuem diversos instrumentos institucionais e normativos que orientam, identificam, remediaram, tratam e, em caso de transgressão, penalizam questões voltadas ao tema da Ética, estabelecendo diretrizes e normas que norteiam e formalizam ações e compromissos de conduta institucionais das empresas e de seus colaboradores, e as interações com seus fornecedores, parceiros de negócio, clientes e demais públicos de relacionamento.

O Código de Ética formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando governança corporativa, transparência, legalidade, corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros, se baseia em práticas de mercado e está de acordo com a Constituição Federal e a legislação.

Estabelece, dentre outros, os compromissos de conduta que pautam as decisões empresariais pela ética, que investem em uma atuação alinhada às políticas públicas mas indicam a independência da empresa e reforçam a necessidade de zelo por seu patrimônio e imagem institucionais, que repudiam toda forma ou tentativa de corrupção e tráfico de influência, que endereçam adequadamente o tema dos conflitos de interesses e estabelecem regras quanto a proibição de oferta ou recebimento de presentes, privilégios ou benefícios, que impõe respeito à livre concorrência, repudiando práticas de concorrência desleal, truste e/ou prejudiciais ao mercado.

Conheça o Código de Ética das Empresas Eletrobras no site www.eletrabras.com > Página principal > Sustentabilidade > Governança Corporativa > Instrumentos de Gestão e Políticas

Todos os empregados, prestadores de serviços, estagiários e jovens aprendizes recebem o “Código de Ética das Empresas Eletrobras” no primeiro momento de contato com a empresa. A empresa ainda disponibiliza a qualquer pessoa versões acessíveis do código: em braile, para os deficientes visuais, em formato de audiolivro e outra em quadrinhos, com uma linguagem acessível e educativa.

Práticas Anticorrupção

Em meados de 2014, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano de Implementação do Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, atendendo à Lei Anticorrupção brasileira nº 12.846/2013, que entrou em vigor em 29/01/2014 e às leis e regulamentos dos Estados Unidos que são aplicáveis às companhias cujas ações estejam listadas na NYSE, como a Lei Contra a Prática de Corrupção Estrangeiras e subsequentes alterações, denominada Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)⁹.

Em conformidade com as políticas das empresas Eletrobras, todos os colaboradores, representantes das empresas e sócios devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aos quais estejam submetidos, quer seja no âmbito estrangeiro ou nacional, como no caso da Lei nº 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção Brasileira”. Como forma de concretizar esse compromisso para disseminação no âmbito das empresas Eletrobras, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou em dezembro de 2014 o “Manual de *Compliance* à Política Anticorrupção”, em atendimento a “Lei Anticorrupção Brasileira” e a “Lei Contra a Prática de Corrupção Estrangeiras”.

Dando continuidade ao programa, foi aprovada a nomeação dos Gerentes e Assistentes de *Compliance* em todas as empresas, que em conjunto formam a Comissão Diretiva de *Compliance*, grupo de pessoas destinadas a trabalhar em prol da disseminação e cumprimento das Leis Anticorrupção nas empresas Eletrobras. No âmbito de cada empresa, à medida que se demandar apuração de

⁹ Lei federal americana que visa a coibir pagamento, oferta ou promessa de pagamento de quantia monetária ou qualquer outro bem de valor a candidatos a cargos governamentais, partidos políticos estrangeiros, funcionários públicos e autoridades no intuito de conseguir uma vantagem indevida, obter ou reter negócios ou algum tipo de tratamento diferencial favorável em transações comerciais. A lei também exige que as companhias mantenham seus livros e registros de modo que reflitam com clareza e exatidão todas as suas transações e mantenham um sistema de controles contábeis internos de forma que evite que subornos sejam encobertos.

denúncias ocorridas, será instaurada uma Comissão Executiva de Correição, responsável por investigar os casos de denúncia ou violação a esse programa. A implantação do Programa de Compliance mitiga os riscos reputacional e financeiro para a Eletrobras. (GRI SO2, GRI SO3)

Em 2014, dez casos de corrupção foram registrados e analisados pelos controles internos anticorrupção existentes nas empresas Eletrobras. Desse total, seis foram considerados procedentes. Três casos foram registrados na Eletrobras Amazonas Energia (em dois deles, os dois empregados envolvidos foram suspensos e no terceiro caso não houve penalidade devido a não identificação do indivíduo que cometeu a ação). Outros dois casos foram registrados na Eletrobras Chesf, sendo que em um deles o empregado foi demitido por justa causa e no outro, o responsável foi suspenso por 15 dias.

O último caso, registrado na Eletrobras Eletronorte, se refere à um prestador de serviço. A denúncia foi encaminhada à empresa contratada para avaliação das ações corretivas necessárias. Os outros quatro casos registrados e considerados improcedentes seguiram toda a tratativa dada aos casos de corrupção potenciais, em todas as empresas, inclusive instaurando comissões internas para apuração dos fatos. (GRI SO4)

Em todos os casos apontados como procedentes e improcedentes nenhuma ação judicial foi movida contra a Eletrobras ou seus empregados no que se refere às práticas de corrupção.

Casos de corrupção registrados (GRI SO4)

	2014*	2013	2012**
Procedentes	6	3	5
Improcedentes	4	9	6
Total	10	12	20

* Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia e Distribuição Roraima.

** Não há informações sobre os nove casos restantes e que estavam em andamento em 2012.

Guia do Colaborador

Para a divulgação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras foi criado um plano de comunicação integrada para execução nas 16 empresas, com a elaboração do Guia do Colaborador, um recorte do Manual de Compliance, com uma linguagem simples que apresenta a aplicação, papéis e responsabilidades, penalidades, além do canal de comunicação e denúncia. Para envolver as

lideranças no processo de implantação do programa, o Guia foi enviado, em primeira mão, pelo gerente de compliance para os gestores das empresas Eletrobras. Neste e-mail, foi solicitado o apoio das lideranças para incentivar suas equipes a conhecerem os princípios do Guia. Espera-se identificar e treinar, em 2015, cerca de 90% das unidades de negócio mais expostas aos riscos relacionados à corrupção. (GRI SO2)

Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização* (GRI SO3)

	Treinados	Total	%
Empregados gestores	101	1.191	8,5%
Empregados não gestores	217	11.616	1,9%

* O total engloba os empregados das empresas para as quais o indicador é aplicável.

Os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Roraima, Cepel, Chesf e Furnas.

Conflito de Interesses

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse em que conselheiros devem abster-se da discussão e da votação quando este conflito for constatado. Essas abstenções ficam registradas nas atas das respectivas reuniões, sendo que os conselheiros têm acesso assegurado à ata e aos documentos referentes às deliberações por até 30 dias.

Para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, é vedado ao presidente e aos diretores exercer funções de administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas ao setor elétrico, que não sejam subsidiárias, controladas, Sociedades de Propósito Específico (SPE) e empresas concessionárias sob controle dos estados em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos conselhos de administração e fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292/1996 quanto à remuneração. (GRI 4.6)

É dever dos conselheiros monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos acionistas, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

O conselheiro eleito pelos empregados não participa das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, observado o parágrafo 3º da Lei nº 12.353/2010.

Os diretores devem apresentar a Declaração Confidencial de Informação (DCI) à Comissão de Ética Pública, na qual são listados os bens dos diretores e presidente, bem como devem ser informadas situações ou participações acionárias que possam se configurar como conflito de interesse e descrever as medidas tomadas pelos Diretores e Presidente para mitigar tais situações.

A Lei nº 12.813/2013 estabelece ainda uma lista de informações que os agentes públicos estão obrigados a enviar a Comissão de Ética Pública, aplicando-se esta disposição inclusive para aqueles que estejam em gozo de licença ou período de afastamento.

Para receber consultas formais dos demais empregados, no que se refere a situações que possam envolver a existência de conflito de interesses nos termos da Lei 12.813/2013, a Controladoria Geral da União (CGU) estruturou um sistema eletrônico de consultas, a ser utilizado por toda a administração pública e que está implantado na Eletrobras, denominado Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI), que pode ser acessado pelos colaboradores via intranet ou no endereço eletrônico: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/conflito-de-interesses/seci-sistema-eletronico-de-prevencao-de-conflito-de-interesses/seci-sistema-eletronico-de-prevencao-de-conflito-de-interesses> (GRI 4.6)

Gestão de Riscos

A Gestão Integrada de Riscos nas empresas Eletrobras tem como principal objetivo a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da preservação e geração de valor; e do provimento de informações transparentes ao mercado e seus acionistas.

O processo de gestão de riscos nas empresas Eletrobras é regido por uma Política única e é coordenado pela Eletrobras **holding**, o que garante a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as demais empresas do grupo. Este processo é conduzido pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras e a orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da Eletrobras **holding**. As principais atribuições desta comissão são:

1. Acompanhar e validar os resultados das análises de riscos.
2. Priorizar os riscos de maior impacto e vulnerabilidade.
3. Orientar e integrar a atuação das demais empresas Eletrobras.

Tendo como bases metodológicas o **COSO ERM** e a ISO 31000, o modelo de gestão integrada de riscos utilizado pelas empresas Eletrobras identifica e consolida no formato matricial os riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade, aos quais as empresas se encontram expostas para posterior análise, tratamento e acompanhamento dos mesmos por meio de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. Riscos ambientais identificados compõem uma categoria específica integrante do pilar operacional da então mencionada matriz.

Os resultados financeiros seguem princípios brasileiros e internacionais de contabilidade, atendendo a Lei Sarbanes-Oxley (SOX). Em consonância com esta Lei é divulgado anualmente o Formulário 20-F, encaminhado à SEC, com as informações que consideramos mais relevantes na gestão dos negócios, nos resultados de nossas operações e de nossa situação financeira.

A certificação dos controles internos é feita pelos administradores (CEO e CFO) e auditores independentes, com a abordagem transparente de eventuais deficiências e seus planos de remediação. (GRI 4.9)

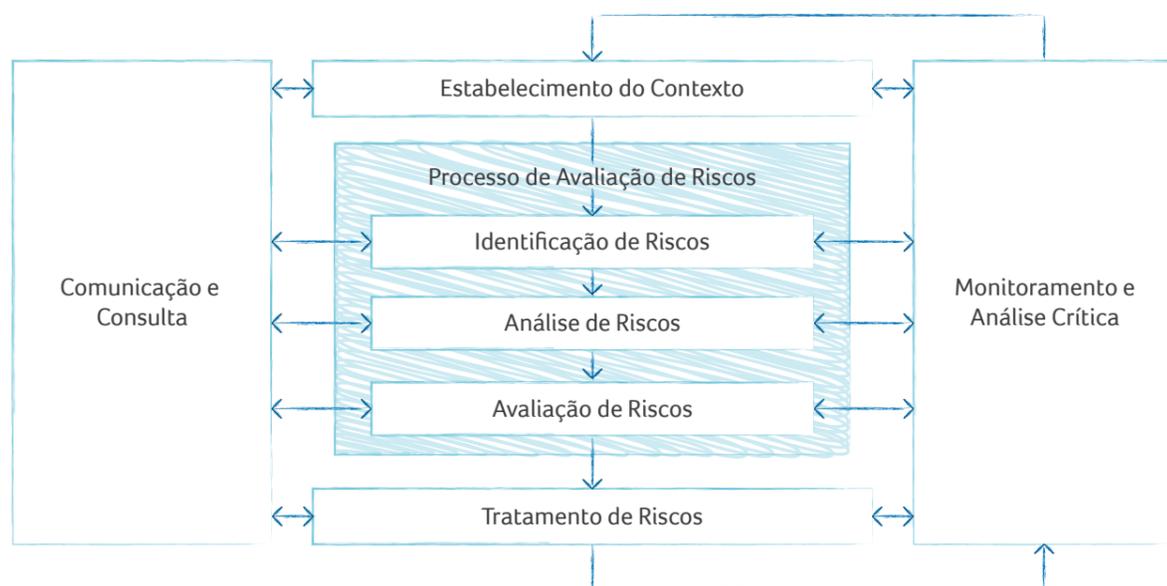
O acompanhamento dos riscos priorizados, por modelagem qualitativa ou quantitativa, é contínuo, bem como as ações de disseminação da visão de riscos entre os empregados envolvidos no processo. (GRI 4.11)

Gestão de riscos passo a passo

A metodologia de gestão de riscos na Eletrobras é dividida em cinco fases. São fases do processo de avaliação e gestão de riscos:

- **Contexto e identificação dos riscos:** reconhecimento e descrição dos riscos aos quais a empresa está exposta, incluindo seus fatores, causas, impactos e definição de seus responsáveis.
- **Análise e avaliação de riscos:** são realizadas análises qualitativas e quantitativas visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, a serem utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Inclui também o levantamento e a avaliação dos controles já existentes, de forma a apurar os riscos residuais e gerar recomendações para tratamento dos riscos analisados.
- **Tratamento:** consiste em decidir entre evitar; mitigar (por meio da elaboração e implementação de planos de ação e controles internos); compartilhar (via seguros); ou aceitar o risco. Esta decisão cabe à Alta Administração da empresa.
- **Monitoramento e análise crítica:** acompanhamento via indicadores do desempenho e eficácia das ações definidas para a mitigação do risco.
- **Comunicação e consulta:** permeia todo o processo de forma a facilitar a obtenção de dados e o reporte dos resultados de todo o processo.

Macro etapas da Gestão de Riscos nas empresas Eletrobras



Em 2014, o trabalho de definição de uma metodologia para análise quantitativa dos riscos inerentes aos processos das empresas Eletrobras teve continuidade, com o desenvolvimento, ainda em curso, de um projeto piloto cujo objeto principal é a avaliação quantitativa dos riscos relativos ao fluxo de caixa da Eletrobras **holding**. Essa iniciativa permite a criação de uma nova abordagem em que sejam considerados regularmente, nas previsões de caixa da empresa, eventuais impactos decorrentes dos diversos riscos financeiros aos quais estas possam vir a estar expostas.

Também é possível atestar o compromisso da Alta Administração da empresa para com as atividades de riscos e controles internos, por meio do apoio dado pelo Comitê de Auditoria e Riscos às referidas atividades. Este comitê, um dos três comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Eletrobras, tem como principais atribuições a análise e o acompanhamento das questões ligadas aos controles internos, à auditoria e à gestão de riscos.

Além disso, foram realizadas as revisões e aprovações em Diretoria da Política de Gestão de Riscos das empresas Eletrobras e de sua Matriz de Riscos, foram definidos e aprovados os riscos empresariais (aqueles que mesmo não sendo priorizados nas demais empresas, devem ser reportados à Eletrobras **holding** por elas, dado sua relevância e o interesse corporativo que envolvem), foi formalizado o processo de reporte interno da Gestão de Riscos à Alta Administração e aprovado o plano de trabalho 2015 da Gestão de Riscos.

Nova estrutura

Com a implantação da nova estrutura organizacional das empresas de Distribuição da Eletrobras, em 2014, foram criadas as áreas de Riscos Corporativos, Seguros e SOX, integradas à presidência e ao Comitê Local de Riscos Corporativos, Seguros e Controles Internos. Para criar uma base de normativos internos para cada uma destas empresas, as mesmas aderiram à Política de Gestão de Riscos das empresas Eletrobras, já em curso nas geradoras, transmissoras e na Eletrobras **holding**. Neste

documento são definidos os principais objetivos, processos e responsabilidades do grupo em relação aos riscos aos quais está exposto. Com base no mapeamento dos riscos, elaborado com apoio de uma consultoria externa, as empresas de Distribuição então priorizaram três riscos da matriz: terceirização, inadimplência e gestão de ativos. Esses três riscos foram analisados e tratados como forma de treinamento para capacitar os empregados na execução dessas atividades.

Princípio da Precaução

A matriz de riscos das empresas Eletrobras possui uma categoria dedicada especialmente aos riscos sociais e ambientais. Em 2014, foram revistas as descrições, fatores e impactos dos eventos relacionados ao tema, de forma a melhor refletir os riscos socioambientais aos quais estão expostas. A partir desta análise, alguns desses riscos foram priorizados para tratamento e sua situação atual reportada em relatórios de riscos, trimestrais e anuais. Esse processo de análise e revisão deu origem a recomendações e planos de ação que deverão ser endereçados às áreas competentes para execução. Alguns dos riscos socioambientais presentes na matriz de riscos das empresas Eletrobras são: mudanças climáticas, desastres naturais, mobilizações sociais, acidentes ambientais, biodiversidade e meio físico, licenciamento ambiental e emissões de gases de efeito estufa.

Controles ambientais

Na Eletrobras Amazonas Energia, os planos de ação para o risco de controles ambientais envolvem a implantação de um sistema de gestão ambiental em todas as unidades da empresa. Para tratar este risco, foi realizado um mapeamento dos controles ambientais e efetuada a coleta de dados para emissões atmosféricas, gestão de resíduos e gestão de **efluentes**, de forma a ter registrada toda a cadeia por onde passam esses resíduos, além

dos seus registros de quantidade e descarte. A empresa também elaborou uma lista de critérios de avaliação e procedimentos preliminares às licitações, contratação e monitoramento de fornecedores com o objetivo de verificar se os mesmos seguem os requisitos de sustentabilidade previstos nas políticas e normas da empresa, processo que evidencia a preocupação da empresa com a sua cadeia de fornecedores.

Manual Ambiental de Resíduos Sólidos

As empresas de Distribuição da Eletrobras possuem um Manual Ambiental de Resíduos Sólidos e um Manual Ambiental de Resíduos Perigosos, com o objetivo de traçar premissas técnicas de natureza ambiental, importantes no gerenciamento

de resíduos sólidos e perigosos em suas unidades. Tais informações são importantes como subsídio aos gestores para prevenir eventuais impactos de cunho ambiental, em função da realização da atividade fim da empresa. *(GRI EN26)*

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Hidrelétrica Santo Antônio foi projetada para alcançar um bom aproveitamento com o mínimo impacto socioambiental, sendo hoje uma das grandes usinas em operação comercial no Brasil a gerar créditos de carbono para o mercado global. Usando os recursos hidrológicos do rio Madeira na geração de energia com baixa emissão de gases de efeito estufa, com redução anual estimada em 4,015,196 tCO₂e¹⁰, no ano de 2014 mais 15 turbinas foram colocadas em operação, aumentando a capacidade de geração de energia da usina para 2.300 megawatts (MW). *(GRI EC2, GRI EN18)*

O modelo de reservatório reduzido (fio d'água) adotado na usina de Santo Antônio garantiu que os impactos ambientais na região fossem significativamente minimizados. A escolha desse modelo reforça e faz parte do compromisso da usina em conservar a Área de Preservação Permanente (APP) de 39 mil hectares que margeia toda a extensão do reservatório da usina.

Quando estiver concluída, em 2016, Santo Antônio terá 50 turbinas em operação, gerando 3.568 megawatts de energia, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de pessoas.

Mais segurança no armazenamento de combustível irradiado

Com o objetivo de evitar o risco de interrupção na produção de energia elétrica por falta de espaço para acomodar os elementos combustíveis irradiados, a Eletrobras Eletronuclear está em processo de licenciamento para implantar a Unidade Complementar de Armazenamento de Combustível Irradiado. Para isso, foi desenvolvido um estudo do risco com foco no esgotamento da capacidade de armazenamento, considerando a situação do projeto em relação aos fatores de risco e controles mitigatórios, de forma

que possam ser tomadas decisões para reduzir as eventuais vulnerabilidades do projeto. A empresa aplica o Princípio da Precaução fazendo uso da matriz de riscos desenvolvida em conjunto com as empresas Eletrobras, onde foram identificadas as vulnerabilidades, considerando-se as melhores práticas do mercado em gestão de riscos corporativos. Para a construção da matriz de riscos, as áreas operacionais contribuíram com os dados para identificação dos riscos operacionais das usinas. *(GRI 4.11, GRI EU6, GRI EU21)*

¹⁰ O CO₂ (dióxido de carbono ou gás carbônico) equivalente é uma medida utilizada para comparar as emissões de vários gases de efeito estufa, baseada no potencial de aquecimento global de cada um, de acordo com a Decisão 17/COP-8. O CO₂ resulta da multiplicação das toneladas emitidas de GEE pelo seu potencial de aquecimento global (a saber, CO₂ = 1, CH₄ = 21, N₂O = 310, HFC-125 = 2.800, HFC-134a = 1.300, HFC-143a = 3.800, HFC-152a = 140, CF₄ = 6.500, C₂F₆ = 9.200, SF₆ = 23.900).

Risco hidrológico

Para a Eletrobras, é mandatório manter a disponibilidade energética no cenário de risco hidrológico, visto que grande parte de sua matriz energética é de base hídrica. A esse respeito é importante que se avaliem alguns aspectos e condições relativas ao sistema elétrico brasileiro. Neste tipo de geração, a fonte nuclear é uma opção de baixa emissão de carbono e a Eletrobras Eletronuclear dispõe de estudos e planos de ação para eventos climáticos extremos como elevação do mar, chuvas torrenciais, tornados e redução da disponibilidade de água para alimentar e resfriar os reatores.

Especificamente a respeito do Sistema Interligado Nacional (SIN), é importante ressaltar que o Operador Nacional do Sistema Interligado (ONS) e a Agência Nacional de Águas (ANA) atuam de forma integrada em relação ao uso da água dos reservatórios das usinas, conforme estabelecido na Lei nº 9.984/2000. A definição da operação a ser praticada nos reservatórios é de atribuição do ONS. As usinas hidrelétricas do SIN são conectadas por uma rede de linhas de transmissão de energia, que alcança grande parte do território nacional. Devido a essa conexão e à diversidade hidrológica e climática entre as bacias hidrográficas do país, a geração de energia hidrelétrica nas regiões com abundância de água complementam a geração nas regiões em que há estiagem.

Um dos tipos de risco hidrológico caracteriza-se pela redução da vazão disponível para a geração de energia em função de períodos secos prolongados, podendo acarretar efeitos adversos sobre as operações financeiras das empresas Eletrobras. O GSF ou Generation Scaling Factor, fator de ajuste de garantia física, representa a relação entre a produção total dos geradores hidrelétricos do SIN que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e suas garantias físicas. Isso representa em média o volume de energia comprometida com contratos de geração de energia. Quando há escassez de chuvas no sistema, tem-se GSF menor que 1 e os geradores hidrelétricos que contrataram suas garantias físicas deverão incorrer em custos adicionais para adquirir energia no mercado de curto prazo, de forma a cumprir com suas obrigações. Em consequência da conjuntura atual, o sistema elétrico brasileiro está sob o efeito dos anos de geração abaixo da sua garantia física. O país enfrenta um período de escassez de chuvas severo e isso impacta diretamente a geração hidrelétrica. No entanto, nos termos da Lei 12.783/2013, apenas as empresas de geração de energia que detêm concessões não renovadas de acordo com seus termos e ainda vigentes, estão expostas ao risco hidrológico, visto que aquelas cujas concessões foram renovadas de fato não incorrem mais no risco, sob este aspecto visto que apenas são responsáveis nos termos da referida lei pela operação e manutenção das usinas sob sua concessão. Ainda quanto ao custo da energia gerada, é interessante observar que a dificuldade

do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos nas últimas décadas provocou a alteração da matriz de geração elétrica, com a necessidade de utilização de fontes mais caras de geração de energia.

Quanto às causas da atual situação de baixa disponibilidade hídrica e as medidas a serem adotadas para a mitigação da consequente redução da capacidade de geração de energia, questões estruturais, metodológicas, ambientais e climatológicas estão em discussão, como por exemplo:

- a necessidade de ampliação do volume de regularização do Sistema Interligado Nacional;
- a adoção de medidas estruturais para preservação de mananciais e nascentes, como o reflorestamento e a preservação da mata ciliar nas bacias, capazes de promover a produção de água;
- a avaliação das restrições operativas praticadas nos reservatórios (usos múltiplos e ambientais da água), que alteram os parâmetros de produção de energia com relação ao projetado (exemplo: níveis de água, volumes de regularização);
- a necessidade de revisões de parâmetros dos empreendimentos para avaliação da capacidade de geração de energia atual, como o volume útil dos reservatórios;
- a avaliação do período crítico: a continuidade da observação das vazões nos próximos anos para se avaliar se a sequência de índices pluviométricos adversos se caracterizará em um período de estiagem mais prolongado do que o período crítico do sistema elétrico brasileiro (representado pelos anos de junho de 1949 a dezembro de 1956). As vazões ocorridas neste período são usadas como base para o dimensionamento dos empreendimentos e definição da capacidade de geração de uma usina.

Há a necessidade de dar continuidade à observação dos fenômenos meteorológicos e do monitoramento hidrométrico das bacias para realização de avaliações e estudos conclusivos sobre as questões abordadas acima. Nesse sentido, é interessante notar que o setor elétrico brasileiro tem sólidas bases conceituais e metodológicas estabelecidas ao longo de sua história, representada por seu acervo técnico único, seus empreendimentos e a maior rede de monitoramento de dados hidrométricos do país. Além disso, o modelo atual de regulação do setor elétrico brasileiro conta com instituições como ANA e **Aneel**, que estabeleceram alto nível de exigências quanto a estudos e informações por parte das empresas. A Eletrobras trabalha para atender as informações solicitadas pela ANA e **Aneel**, por exemplo, quanto à Resolução Conjunta nº 3 de 2010, que estabelece revisão nos parâmetros de monitoramento hidrometeorológico dos reservatórios e procedimentos mais rigorosos do que a normativa anterior. A regulação atua também na operação dos empreendimentos hidrelétricos. Observa-se que

muitas vezes são aplicadas restrições, que normalmente se devem a questões ambientais e de usos múltiplos, que alteram os parâmetros energéticos de operação de uma hidrelétrica, que passa a praticar, por definição do ONS e da ANA, vazões ou níveis de água diferentes das definidas no projeto, afetando, por consequência sua capacidade de geração. Por outro lado, como uma medida mitigadora da conjuntura atual de redução do volume dos reservatórios devido a baixa afluência de vazões dos últimos anos, vem ocorrendo articulações entre o ONS, a ANA, os agentes de geração e usuários de determinadas bacias hidrográficas, no âmbito dos comitês de bacias, para a flexibilização da vazão a ser restituída para **jusante** em reservatórios de regularização, na tentativa de preservar os seus volumes. Esse tipo de ação vem ocorrendo em bacias como a do rio São Francisco, uma das bacias com importantes reservatórios do Setor Elétrico e da Eletrobras e afetadas pelos seguidos anos de baixos índices pluviométricos.

As questões acima apresentadas evidenciam os riscos relacionados ao uso da água para uma empresa geradora de energia, tanto devido a questões relacionadas à disponibilidade hídrica, quanto a questões estruturais e ainda as questões regulatórias, que se tornaram ainda mais relevantes no ano de 2014, pois ficam mais evidentes quando há anos de estiagem prolongada. A Eletrobras e suas empresas estão cientes quanto as possíveis consequências adversas sobre suas atividades advindas de riscos relacionados ao uso da água, por isso buscam reduzir ao máximo sua exposição ao risco por meio de estudos, da implementação de projetos específicos e da articulação junto aos órgãos reguladores e governamentais. Outra opção para redução da exposição do sistema ao risco hidrológico seria o maior investimento em fontes alternativas de energia como a eólica, a solar e a nuclear, sendo esta última conhecida, inclusive, como uma opção também de baixa emissão de carbono. (GRI 1.2, GRI EC2)

Risco Social

As empresas Eletrobras buscam sempre mapear todos os riscos aos quais possam vir a estar expostas em razão de suas atividades. Alguns destes riscos são de cunho social e identificados, principalmente, quando da realização de projetos de investimento em geração, transmissão e distribuição de energia.

Tanto para os projetos corporativos quanto para aqueles realizados em parceria, é definido um plano de negócios do qual faz parte, entre outras informações, uma matriz de riscos qualitativa na qual constam os riscos sociais que os referidos projetos envolvem. Eles são avaliados não apenas sob o seu aspecto estratégico, mas também pelos possíveis impactos operacionais, financeiros e de reputação que possam vir a causar.

Para cada projeto são identificados seus principais eventos de risco, fatores causadores e impactos. A partir dessas informações, definem-

se planos de ação para a mitigação do referido risco. Nos casos em que o seu impacto tenha reflexo no fluxo de caixa do projeto, os valores são contingenciados de forma a garantir que o critério socioambiental seja incorporado à análise de viabilidade financeira do negócio em questão.

A respeito dos projetos internacionais, em complementação à legislação ambiental do país no qual a empresa decidiu investir, a Eletrobras aplica suas políticas corporativas ambientais e sociais elaboradas com base nas rígidas leis brasileiras, nas quais são definidas diretrizes e orientações sobre como tratar os temas.

Exemplo das ações de mitigação implantadas nos empreendimentos da Eletrobras:



Divulgação Diálogo Tapajós

- **Plano de Comunicação e Interação Social na região dos AHEs São Luiz do Tapajós e Jatobá (Projeto Diálogo Tapajós):** a partir de um mapeamento dos principais agentes sociais que atuam na área do empreendimento, uma equipe especializada interage com as partes interessadas para ouvir e informar a respeito do projeto e de seu andamento em reuniões onde a população tem a oportunidade de esclarecer dúvidas a respeito do empreendimento. Questionamentos e preocupações são encaminhados ao Grupo de Estudos Tapajós e contribuem

para a proposição de medidas de prevenção, mitigação ou compensação de impactos negativos e ampliação dos positivos. Existe ainda um plantão de atendimento ao público nos escritórios locais de Itaituba e Jacareacanga (PA), por meio do qual é possível obter informações e materiais a respeito do projeto. Desde o início dos trabalhos, em julho de 2012, até fevereiro de 2015, o projeto realizou um total de 585 interações com agentes sociais locais, regionais e nacionais envolvendo 10.790 participações. As principais preocupações levantadas referem-se aos possíveis impactos gerados pelas usinas, aos projetos e programas ambientais associados à sua implantação, aos projetos de engenharia, ao Cadastro Socioeconômico e às informações do EIA/RIMA. Além disso, foram contabilizados 945 atendimentos presenciais. Entre os temas abordados estão solicitações de informações e materiais sobre os empreendimentos, sobre o acesso a documentos e de apoio financeiro para diferentes fins.

Atualmente as ações e custos associados relativos à criação e reforço de infraestrutura local, quando não diretamente associadas à compensação e mitigação de impactos ambientais da implantação de um empreendimento setorial, vêm sendo definidas dentro de um plano de desenvolvimento regional sustentável, que tem a finalidade de reunir políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida. Além de orçamentos públicos, esses planos contam com recursos originários do empreendedor.

A mesma ação foi adotada durante os estudos e a fase de obras do AHE Belo Monte. A Eletrobras também apoiou a formulação do plano de desenvolvimento regional (PDRS – Xingu) e após o leilão foram destinados recursos para a implantação das ações previstas no Plano. *(GRI 1.2, GRI EC8)*

Medidas de prevenção e redução de danos

A Eletrobras deu início a um trabalho de conscientização para mapear os quase acidentes relacionados às atividades das empresas. As diretrizes e orientação foram estabelecidas pelo Grupo de Trabalho (GT) - Segurança do Trabalho das Empresas Eletrobras e tiveram como foco a atuação das equipes de segurança do trabalho e das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs). Cada unidade de negócio possui seu plano de contingência específico que, de forma diferenciada, abrange questões sociais, impactos ambientais, desastres naturais, assuntos relacionados à tecnologia de informação, greves e crise de imagem e riscos de incêndio que podem afetar o público interno e externo, levando em conta as comunidades e áreas de influência. *(GRI EU21)*

Os Planos de Ação de Emergência das empresas Eletrobras possuem grupos gestores responsáveis por elaborar e manter atualizados os planos de ação para as contingências identificadas, e também por coordenar os simulados de teste e treinamento desses planos.

Para que todos os empregados e terceiros estejam de acordo com as diretrizes desses planos, as empresas Eletrobras investem em capacitação e treinamento. Essas ações são realizadas por meio de simulados anuais envolvendo os empregados afetados em determinada situação de emergência, e também palestras e disponibilização dos planos na intranet, com o acesso liberado a todos os empregados. Para os terceiros, são realizadas palestras de integração de segurança no início da prestação dos serviços. *(GRI EU21)*

Os planos são testados regularmente por meio de exercícios simulados. Nesses eventos são postos à prova os conhecimentos teóricos e práticos dos envolvidos em brigadas de emergência e de todos os trabalhadores das áreas de risco em geral. Para garantir a segurança dos trabalhadores de campo, todo serviço de manutenção em áreas perigosas implica obrigatoriamente a elaboração de uma Análise Preliminar de Risco (APR), documento que identifica os potenciais riscos inerentes ao serviço, bem como sua prevenção e ações mitigadoras. *(GRI EU21)*

Os atendimentos, em casos de acidentes nas unidades operacionais, são realizados por brigadas de emergência que acionam órgãos públicos caso haja necessidade (corpo de bombeiros, órgãos ambientais etc.). Semanalmente, durante os treinamentos e reciclagem de NR10¹¹, são apresentados acidentes e quase acidentes registrados e as medidas de controle para evitá-los.

Seguindo as regras universais para este tipo de atividade, os trabalhadores devem utilizar EPI¹² e EPC¹³. Também são elaborados Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), que funcionam junto dos programas de segurança em instalações de eletricidade, transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais, utilização de máquinas e equipamentos, explosivos e líquidos inflamáveis. Todas essas atividades estão em conformidade com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de órgãos tais como Corpo de Bombeiros e Defesa Civil e entidades ambientais.

É importante destacar o Plano de Atendimento às Emergências em Linhas de Transmissão, que dá continuidade à prestação dos serviços em casos de quedas de torres de transmissão. Este plano é deflagrado após uma análise do local onde ocorreu a falha: relevo, condições de acesso, quantidade de torres danificadas e demais fatores que servem como dados de entrada para dimensionar os recursos humanos e materiais para atendimento no menor tempo possível. Emergências nesses tipos de linhas ocorrem geralmente em lugares inóspitos, envolvem grande carga de trabalho e riscos maiores que os propiciados pelas atividades de manutenção regular. Os planos de contingência de linhas de transmissão estabelecem diretrizes para os reparos nas linhas de transmissão afetadas e também definem procedimentos de segurança da equipe, incluindo informações sobre hospitais mais próximos para onde devem ser levados os acidentados. *(GRI EU21)*

Os quase acidentes mais comuns na operação de linhas de transmissão estão relacionados a choques elétricos, quedas acidentais de pessoas ou de cargas suspensas e falhas em equipamentos de processo que causem danos à saúde de colaboradores, por exemplo, explosões e vazamentos de produtos tóxicos. As causas mais

11 Norma Regulamentadora emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil que tem por objetivo garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem com instalações e serviços em eletricidade.
12 Equipamento de Proteção Individual.
13 Equipamentos de proteção coletiva.

frequentes são descumprimento de procedimentos de segurança e falhas ou defeitos em equipamentos e sistemas. As lições aprendidas incluem reforço da necessidade de seguir procedimentos de segurança e operacionais, melhorar a qualidade da inspeção dos equipamentos para prevenir falhas antes que ocorram, entre outras. Várias ações de conscientização são realizadas para alertar dos perigos que envolvem equipamentos energizados tais como:

- Alerta do risco de balões para as linhas de transmissão, usinas e subestações.
- Esclarecimento sobre atividades que não devem ser desenvolvidas nas faixas de servidão das linhas de transmissão.
- Sinalização de pontos do reservatório onde é proibida a prática da pesca. Estas atividades são desenvolvidas com anuência/parceria de órgãos públicos.

(GRI EU21, GRI EU25)

No caso de um blecaute, o restabelecimento do serviço se dá respeitando uma ordem de prioridade das cargas (quem deve receber energia primeiro), de reenergização das linhas de transmissão e distribuição, por setor, e sincronização das usinas. Normalmente, as usinas não chegam a ser desligadas, são simplesmente desconectadas e permanecem funcionando sem gerar energia (como se fosse um carro em ponto morto). Tão logo as linhas de transmissão estejam disponíveis (reenergizadas), essas usinas voltam a gerar energia. Toda a lógica de restabelecimento e as prioridades das cargas são objeto de um conjunto complexo de regras de operação estabelecidas em vários níveis, desde a operação do sistema interligado em nível macro até a operação local de cada usina, subestação e distribuidoras de energia.

(GRI EU21)

Para as empresas de Distribuição, além da norma de acidentes e quase acidentes, foi elaborado o Projeto de Valorização da Vida, com ações voltadas para a prevenção de acidentes do trabalho com empregados próprios e terceirizados e ações voltadas para prevenir acidentes com a população. O documento está em aprovação pela Diretoria Executiva da Eletrobras **holding**. Dentre as ações previstas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (COSIC), está em estudo a formação da brigada de incêndio e emergência, voltada para as instalações internas da empresa. (GRI EU25)

Nas empresas de geração, especificamente sobre gestão de recursos hídricos, é elaborado o Plano Anual de Prevenção de Cheias, aprovado pela ANA e **Aneel**, revisto e atualizado anualmente. As empresas que operam usinas hidrelétricas dispõem de manuais de Controle de Cheias das Bacias onde operam os principais reservatórios. Estes manuais contêm orientações sobre a operação em eventos de cheias e as providências que devem ser tomadas quando dessa ocorrência.

Especificamente para as usinas nucleares, a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) possui um plano de emergência integrado elaborado por diversos organismos de defesa, como

Defesa Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Esse plano é testado periodicamente, em exercícios simulados com a presença da **Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)** e de organismos internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que asseguram a adequação do plano, cuja meta é a segurança da população das redondezas e de seus trabalhadores. Para manter o Plano de Emergência Externo (PEE) sempre em condições de acionamento, nos anos pares são realizados os Exercícios de Emergência Parcial, e, nos anos ímpares, os Exercícios de Emergência Geral, quando são postas em prática todas as ações revistas no Plano, inclusive a simulação de evacuação da população vizinha à Central Nuclear. (GRI EU21)

Plano de Emergência Integrado

A Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) possui duas usinas nucleares em operação (Angra I e Angra II) e uma terceira em construção (Angra III). Como em qualquer usina nuclear existe risco potencial – ainda que altamente remoto – de ocorrer um acidente grave com vazamento de materiais radioativos. Assim sendo, a Eletrobras Eletronuclear conta com um Plano de Emergência Integrado (PEI), que dentre outras medidas prevê a evacuação da população local para uma área segura. Além disso, a Fundação

Eletrobras Eletronuclear de Assistência Médica (Feam) ministrou, para a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), um treinamento de ações da área de saúde no atendimento a radioacidentados. O objetivo é preparar os profissionais médicos dos órgãos oficiais de reposta a emergências para os grandes eventos sediados no Brasil, incluindo as Olimpíadas de 2016. Cerca de 40 profissionais – entre médicos, enfermeiros e bioquímicos de 15 estados brasileiros – participaram do treinamento. (GRI EU21, GRI EU25)

PREPARADOS PARA ENTRAR EM CAMPO

Com a realização dos jogos do campeonato mundial de futebol na cidade de Manaus (AM), a Eletrobras Amazonas elaborou um Plano de Contingência para garantir continuidade, confiabilidade e segurança no fornecimento de energia elétrica a todos os eventos e estabelecimentos credenciados. Foram adotadas medidas para a plena operacionalidade do sistema de distribuição, com reforço operacional, reforço nas equipes de manutenção de emergências, com um total de 72 grupos espalhados em pontos estratégicos da cidade. Nos dias de jogos, esse número aumentava para 102 equipes compostas por eletricitistas do quadro próprio e terceirizados. A transferência de carga, antes realizada de forma manual, foi automatizada por determinação do Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Cepel. Em casos de perturbações no Sistema de Distribuição, que por ventura afetassem as cargas prioritárias constante do Plano, principalmente a Arena da Amazônia e o Parque Ponta Negra, o Centro de Operação Integrado (COI) deveria acionar imediatamente os empregados de sobreaviso. (GRI EU21)

GARANTIA DE FORNECIMENTO

Para automatizar o controle das instalações elétricas de suas subestações, linhas e redes de distribuição e aprimorar a qualidade aos serviços prestados a seus clientes, a Eletrobras Distribuição Rondônia investiu R\$ 600 mil na implantação do Centro de Operação Integrado (COI), que passa a reunir, em um único local, os profissionais e serviços do Centro de Operação da Distribuição de todas as regiões do Estado, dos Departamentos de Operação da Distribuição, de Serviços de Distribuição e de Manutenção. O COI é totalmente informatizado para proporcionar aos operadores do sistema as condições de controlar, a distância, as instalações elétricas das subestações, linhas e redes de distribuição, mantendo a economicidade, segurança e a eficiência necessária para garantir a continuidade no fornecimento da energia elétrica distribuída.

(GRI EU21)

Saúde e segurança de usuários

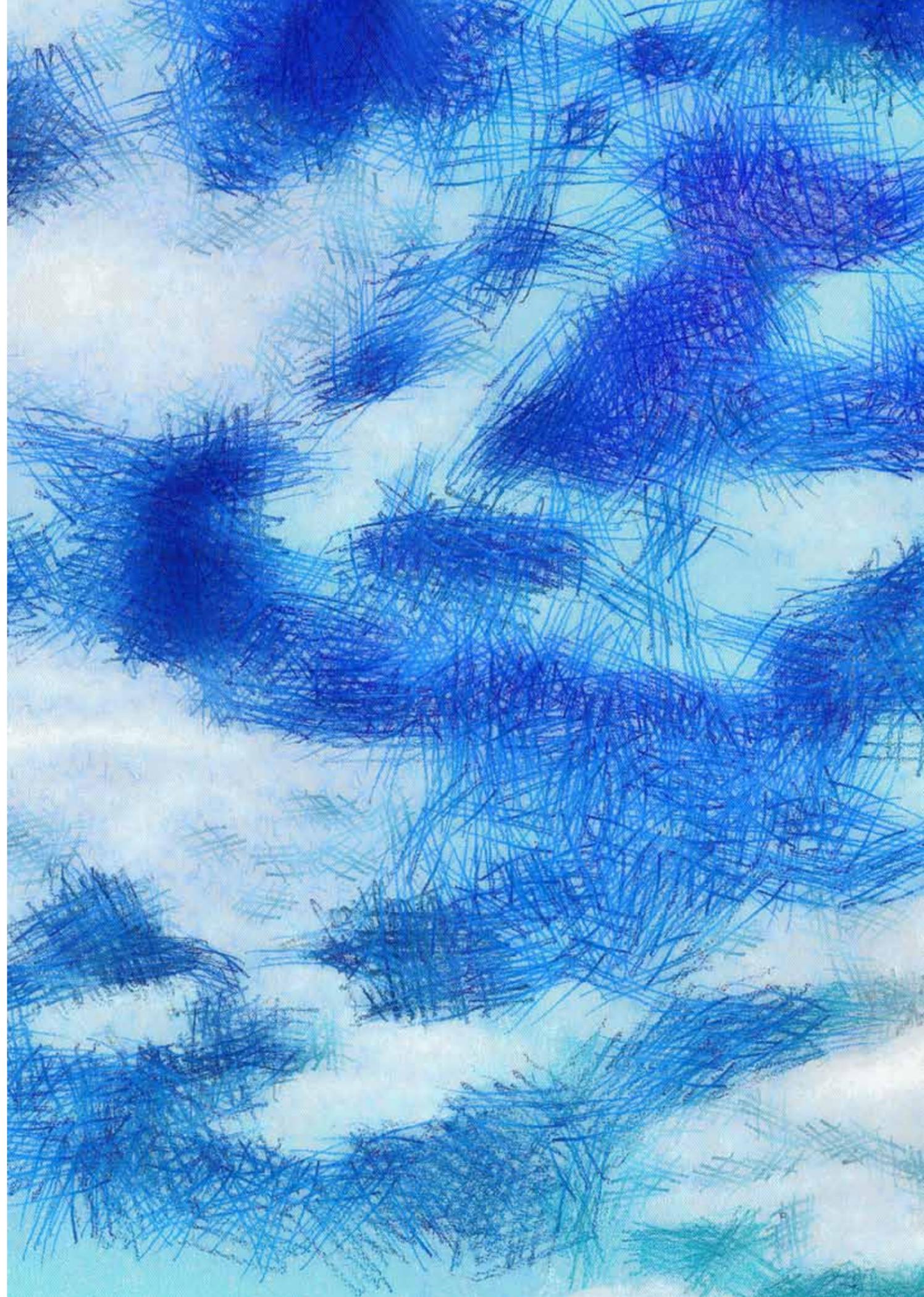
Em 2014, o número de pessoas envolvidas em acidentes relacionados aos ativos da Eletrobras foi de 79¹⁴, desse total, 22 resultaram em óbito¹⁵. Esses eventos englobam acidentes de trânsito e choques elétricos por desvio de energia e ligações clandestinas. Já os óbitos se dão em sua maioria pelo contato com a rede elétrica.

Já o número de processos judiciais de saúde e segurança sofreu uma considerável queda, de 26 registradas em 2013 para apenas 11 em 2014. Dentre elas, oito continuam pendentes e três foram resolvidas¹⁶. (GRI EU25)

¹⁴ Os dados não abrangem as seguintes empresas Eletrobras *holding* e Eletropar

¹⁵ Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras *holding* e Eletropar.

¹⁶ Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Alagoas e Distribuição Rondônia.





Desempenho nos Negócios

Contexto de atuação

O sistema elétrico brasileiro é formado pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) e por vários sistemas isolados, distribuídos majoritariamente na Região Norte. O SIN é constituído dos subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste e responde por, aproximadamente, 99% do mercado de energia elétrica do Brasil. Em 2014, foi registrado um aumento nesse percentual devido à interligação de Manaus, que representava maior participação na carga de energia. Dos 249 Sistemas Isolados (SI), 137 são atendidos pelas empresas Eletrobras. (GRI 2.8)

O Setor Elétrico brasileiro é muito bem estruturado quanto a regras e atribuições, tanto para a operação do parque existente quanto para o planejamento da expansão da oferta de energia, onde cada agente ou órgão tem o seu papel bem definido, de modo a que representem as necessidades de todos os setores da sociedade.

A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Dessa forma, o ONS, como operador do sistema interligado, determina quais usinas que irão operar e o montante de geração a ser despachado.

Compete à união, diretamente ou mediante concessão, a autorização ou permissão a terceiros explorar os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água. Também compete à União definir critérios de outorga, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, além de legislar sobre águas e energia elétrica.

A entrada de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica ocorre por leilões de contratação de energia, com posterior outorga de concessão. Até chegar ao ponto de ser licitado, cada projeto tem que passar por várias etapas muito bem definidas pelas regras do setor.

Os agentes interessados em um novo projeto de geração devem inicialmente fazer um registro no órgão regulador (Aneel) para desenvolver os estudos, que deverão seguir as regras e metodologias para sua elaboração, que incluem todos os aspectos sociais, ambientais, antropológicos e culturais.

Durante todo o desenvolvimento dos estudos, os agentes se relacionam com os diversos órgãos que têm suas atribuições definidas de acordo a área de conhecimento, como o órgão regulador (Agência

Nacional de Energia Elétrica – Aneel), os órgãos ambientais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e os órgãos ambientais estaduais), o órgão que gere as Unidades de Conservação (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO), o órgão que faz a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regulação do acesso à água (Agência Nacional de Águas – ANA), o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira (Fundação Nacional do Índio – Funai), dentre outros.

Os desenvolvedores dos estudos dos novos projetos implantam processos de comunicação para esclarecer as comunidades locais e representantes da sociedade civil sobre questões relacionadas aos projetos e às ações socioambientais e procuram identificar as expectativas e necessidades dos grupos envolvidos. Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) são apresentados à sociedade local em audiências públicas, realizadas pelos órgãos ambientais, nas localidades onde os projetos serão implantados.

Cabe à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), elaborar os estudos e pesquisas orientados para o planejamento energético brasileiro, considerando que os mesmos devem ser técnica, econômica e socialmente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Esses estudos são indicativos, e são realizados sem a participação direta dos agentes. A EPE busca nos Estudos de Inventário, Estudos de Viabilidade e Projetos Básicos aprovados pela Aneel, os possíveis candidatos a fazer parte do portfólio de projetos para o planejamento da oferta de energia, que darão subsídio à elaboração de um programa de licitações de usinas e de linhas de transmissão para os próximos anos.

As empresas desenvolvedoras dos projetos podem inscrever-se nos novos leilões de energia. No entanto, mesmo as empresas tendo elaborado os estudos, elas concorrerão nos leilões com outras empresas, podendo sair vitoriosas ou não. Caso saiam perdedoras dos leilões, as empresas que desenvolveram os estudos serão ressarcidas pelos investimentos realizados na elaboração dos estudos. Empresas interessadas em explorar os novos empreendimentos podem entrar nos leilões isoladamente ou reunidas em consórcio.

O papel da Eletrobras, quando vencedora dos leilões, é executar a implantação, a operação e a manutenção das instalações durante a vigência da concessão.

No contexto de transformação do Sistema Eletrobras, de

criação da nova marca, focado no plano estratégico e nos desafios e oportunidades proporcionados pelo cenário de crescimento sustentável escolhido pela Eletrobras, o Grupo de Estudos Energéticos do Sistema Eletrobras conduz estudos de expansão da oferta de energia elétrica com a visão do Sistema Eletrobras, buscando novas oportunidades de negócio e dando subsídio a estudos de comercialização conduzidos pela Eletrobras **holding** e demais empresas do Sistema Eletrobras.

O Sistema Eletrobras detém a concessão/autorização para a construção de empreendimentos de geração, sozinha e em parceria, que terão unidades geradoras entrando em operação a partir de 2015, somando cerca de 22.570 MW de capacidade instalada. Desse montante, cerca de 12.200 MW se referem à parcela da Eletrobras nesses empreendimentos, sendo cerca de 2.340 MW em empreendimentos com concessão direta e 9.860 MW correspondente ao percentual de participação nos empreendimentos em parceria. Desse total, 95% é oriundo de fonte de energia limpa, sendo 69% de hidrelétricas, 12% de fonte nuclear e 14% de usinas eólicas.

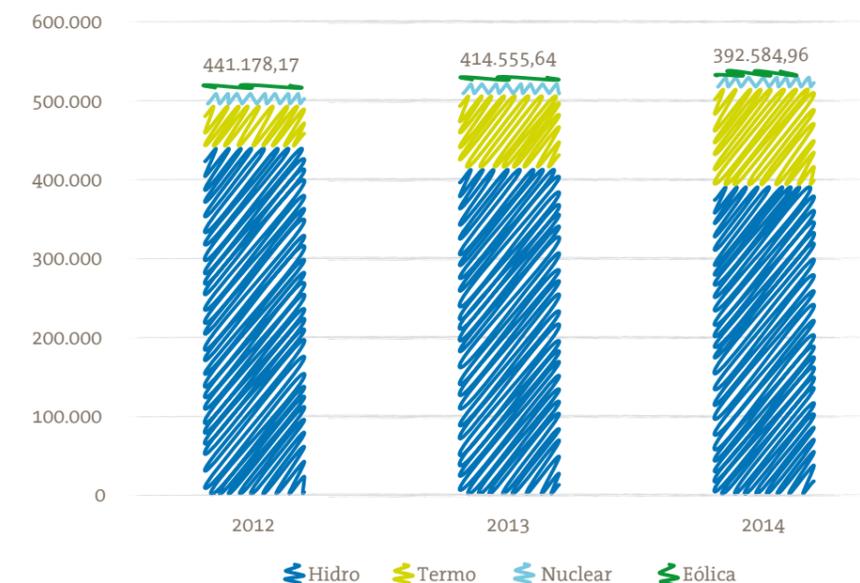
Além das usinas já concedidas/autorizadas, o Sistema Eletrobras desenvolve estudos de projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam cerca de 23.470 MW de capacidade instalada de geração. Desse montante, cerca de 11.930 MW são de projetos indicativos que constam na expansão da oferta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (**PDE 2023**), elaborado pela EPE/MME, o que equivale a 81% da capacidade de todas as hidrelétricas indicativas constantes no Plano.

A Eletrobras tem como objetivo estar, até 2030, entre as três maiores empresas globais de energia limpa. Entre os projetos hidrelétricos destacam-se as usinas de Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Teles Pires, e dos projetos em estudo das usinas hidrelétricas da bacia do rio Tapajós: São Luiz do Tapajós e Jatobá, Jamaxim, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Caí. (*GRI EU19*)

Panorama Setorial

O país atravessou uma crise hídrica sem precedentes no ano de 2014, agravando o quadro de baixa nos reservatórios que vinha se verificando desde 2013. As chuvas esperadas não vieram e a situação piorou, notadamente nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país. Conseqüentemente, as usinas termoeletricas foram utilizadas com regularidade, o que levou o Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) a patamares elevados em 2014.

Geração de Energia por Fonte (GWh) - Brasil



Nesse mesmo período, a taxa de crescimento do consumo da classe residencial foi de 5,7%, inferior ao registrado em 2013 (6,1%). O crescimento pode ser atribuído ao maior acesso aos produtos da chamada linha branca – máquinas de lavar roupa, geladeiras e fogões – e à intensificação do uso de condicionadores de ar, fato que ficou evidenciado pela forte elevação do consumo de energia nos meses de janeiro e fevereiro, sobretudo no sul e sudeste do país. Em termos regionais, destaque para o forte crescimento observado na região Sul (8,2%). Já a taxa registrada no norte do país (+14%) explica-se pelas medidas de recuperação de perdas e melhoria da qualidade dos serviços no Pará. O crescimento observado no Centro-Oeste (+8,2%) e Nordeste (+6%) pode ser atribuído aos fatores renda e emprego.

O segmento de comércio e serviços foi o que apresentou a maior elevação no ano (+7,3%), com expansão em todas as regiões. As altas temperaturas foram responsáveis, especialmente no primeiro trimestre, por crescimentos registrados entre 8% e 16%, na comparação com os mesmos meses de 2013.

O consumo industrial de energia na rede recuou 3,6% em 2014, alcançando 178,1 mil GWh. A queda na produção nos setores metalúrgico, automobilístico e também na indústria química afetou

o consumo de energia do seguimento. O consumo de energia em vários outros setores industriais (alimentos, têxtil, produtos de borracha e plástico e papel e celulose) também refletiu o quadro macroeconômico e a retração da produção.

Consumo de energia elétrica na rede – Brasil (GWh)			
Total/Classe	2014	2013	Varição 2014 x 2013
Industrial	178.055	184.685	- 3,6%
Residencial	132.049	124.896	5,7%
Comercial	89.819	83.704	7,3%
Outros	73.472	69.838	5,2%
Brasil	473.395	463.123	2,2%

Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo

O modelo institucional vigente atribui os principais papéis na expansão do sistema de energia elétrica aos agentes, responsáveis pelos investimentos com antecedência necessária à implantação dos novos empreendimentos.

O planejamento decenal elaborado pela EPE tem a função de orientar e subsidiar a realização dos futuros leilões de compra de energia de novos empreendimentos de geração, além de direcionar a realização de estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental de novas usinas geradoras.

O planejamento da expansão da oferta de energia elétrica, de acordo com a disponibilidade de novos projetos de usinas, orientará os novos leilões de energia, baseando-se nos projetos necessários ao atendimento dos requisitos do mercado.

As empresas interessadas em explorar os novos empreendimentos podem entrar nos leilões isoladamente ou reunidas em consórcios. No entanto, mesmo que tenham participado dos estudos dos novos empreendimentos, num processo de leilão, não se sabe de antemão quais empresas sairão vencedoras e obterão as outorgas de concessão desses empreendimentos. É importante também considerar que os leilões orientam para novos empreendimentos com início de operação cinco anos à frente, e um planejamento de longo prazo trabalha com um horizonte de, pelo menos, 15 anos.

A evolução da capacidade instalada das usinas das empresas Eletrobras que fazem parte do SIN, incluindo as usinas para as quais a Eletrobras detém concessão/autorização ou aguarda outorga, seja de forma direta ou com parceiros, pode ser comparada à evolução da capacidade instalada planejada descrita pelo Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), elaborado pela EPE/MME.

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL Capacidade do Sistema Eletrobras x Capacidade Total Planejada (PDE 2023) GRI EU10

FONTE	2014			2019			2023		
	Brasil – SIN*	Sistema Eletrobras	Participação	Brasil – SIN	Sistema Eletrobras	Participação	Brasil – SIN	Sistema Eletrobras	Participação
	(MW)	(MW)	(%)	(MW)	(MW)	(%)	(MW)	(MW)	(%)
Hidráulica	89.109	37.757	42	108.313	46.120	43	119.497	46.120	39
Gás Natural	12.574	831	7	13.016	W1.767	14	20.016	1.767	9
Eólica	4.888	258	5	18.439	2.064	11	22.439	2.064	9
Óleo	7.899	2.156	27	4.440	465	10	4.440	465	10
Carvão	3.593	816	23	3.210	670	21	3.210	670	21
Nuclear	1.990	1.990	100	3.395	3.395	100	3.395	3.395	100
Outras	12.554	348	3	14.540	1	0	18.170	1	0
TOTAL	132.607	44.156	33	165.353	54.482	33	191.167	54.482	28

* A categoria "Brasil – SIN", para o ano de 2014, considera os números realizados que se referem somente ao Sistema Interligado Nacional, excluindo-se os Sistemas Isolados.

- Os dados de 2019 e 2023 não consideram a autoprodução, que para os estudos energéticos é representada como abatimento de carga.

- A evolução da capacidade instalada no Brasil, do Sistema Interligado Nacional (SIN), foi obtida do Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

- Inclui a metade brasileira de Itaipu Binacional (7.000 MW).

- Para usinas em parceria, foi considerada a capacidade instalada proporcional à participação acionária.

- Foi considerado que, após a interligação dos Sistemas Isolados ao SIN, uma parte do parque gerador será incorporada ao SIN e parte será descomissionada, conforme foi considerado no Programa Mensal de Operação (PMO), de 2014 elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

- Foi considerado o descomissionamento das térmicas da CGTEE que não terão sua concessão renovada (Presidente Médici Fase A, Nutepe e São Jerônimo).

- O item "Outras" é composto pelas fontes: gás de processo, biomassa e solar. O montante da Eletrobras se refere somente à usina solar MegaWatt Solar de 0,93 MW (ou aproximadamente 1 MW) de capacidade instalada.

- Vale ressaltar que todos os empreendimentos nos quais a Eletrobras possui participação entrarão em operação até 2019, por esse motivo, os valores de 2019 e 2023 não se alteram.

Considerando a capacidade instalada das usinas geradoras das empresas Eletrobras que fazem parte do SIN e aquelas que fazem parte de sistemas isolados, a capacidade instalada total de geração das empresas Eletrobras foi de 44.156 MW, em 2014.

A redução do montante referente a óleo entre os anos de 2014 e 2019 observada na tabela é devida à desativação de parte do parque gerador da Eletrobras Amazonas Energia e considera somente o parque que permanecerá em operação após a interligação de Manaus ao SIN, conforme o previsto no Programa Mensal de Operação (PMO).

O montante de carvão também será reduzido devido à desativação das térmicas: Presidente Médici fase A e São Jerônimo, de propriedade da Eletrobras CGTEE. O aumento da capacidade instalada de gás é devido a previsão de entrada em operação da UTE Mauá 3, pertencente integralmente à Eletrobras Amazonas Energia.

Com relação ao parque hidráulico, o aumento da capacidade instalada ao longo dos próximos anos deve-se, principalmente, à previsão de entrada em operação das máquinas faltantes das usinas Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio e UHE Jirau, que já estão em operação e das Unidades Geradoras da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, UHE São Manoel e UHE Sinop.

Já para os parques eólicos, a capacidade instalada da Eletrobras cresceu, principalmente por meio da participação em diversos parques, seja como sócia minoritária, seja como sócia majoritária em **SPE**, por meio de suas subsidiárias, assim como proprietária integral do parque.

Geração

Em 2014, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 44.156 MW em empreendimentos de geração no Brasil, o que representa 33% dos 132.607 MW instalados no país.

As empresas Eletrobras agregaram à capacidade instalada nacional um total de 1.169 MW. Quando se considera a capacidade instalada total das **SPE**, o montante agregado à capacidade nacional, com a participação da Eletrobras, é de 2.884 MW. No ano de 2014, destaca-se o decréscimo de 417 MW na fonte térmica, devido a suspensão da operação comercial das unidades geradoras à óleo, conforme despacho da **Aneel** e pela inclusão das unidades geradoras a vapor para fechamento do ciclo combinado da UTE Santa Cruz, conforme pode ser observado na tabela.

Capacidade Instalada Eletrobras (MW) (GRI EU1)

Fontes	2014	2013	Acréscimo - participação Eletrobras (MW) ⁽¹⁾
Fontes Limpas	40.006	38.420	1.586
Eólica + Solar	259	150	109
Hidráulica	37.757	36.280	1.477
UHE Batalha	53	-	53
UHE Três Irmãos ⁽²⁾	403	-	403
UHE Jirau	600	30	570
UHE Santo Antônio	892	440	452
Nuclear	1.990	1.990	-
Térmica	4.150	4.567	-417
UTE Santarém	15	-	15
UTE Santa Cruz	500	932	-432
Total	44.156	42.987	1.169

(1) Considera a participação proporcional ao capital investido pelas empresas Eletrobras.

(2) A concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, de acordo com a Lei 12.783/2013, outorgada, através do Leilão nº 002/2014 – Aneel, ocorrido em 28 de março de 2014, à SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A, da qual a Eletrobras Furnas detém 49,9% de participação não foi considerada como incremento de capacidade instalada ao Sistema.

Do total da capacidade instalada da companhia, 75% são de empreendimentos de responsabilidade integral das empresas Eletrobras, 7% decorrentes da participação proporcional das empresas Eletrobras em empreendimentos realizados por meio de **SPE** e 18%

de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW) – que representa 16% do total – e também participações em consórcios.

Cabe destacar que 19 usinas de responsabilidade integral das empresas Eletrobras, representando 33% dos 44.156 MW, tiveram as concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013, ficando, portanto, as empresas Eletrobras responsáveis pela operação e manutenção desses ativos por mais 30 anos. A Eletrobras Furnas, por meio do consórcio Novo Oriente (no qual detém 49,9% das ações) venceu a disputa pela outorga de concessão da usina hidrelétrica Três Irmãos, em São Paulo. O empreendimento localizado no rio Tietê está em operação desde 1993 e conta com capacidade instalada de 807,5 MW, suficiente para atender o consumo de três milhões de pessoas por ano.

Cerca de 91% do total da capacidade instalada da companhia no Brasil é proveniente de fontes de energias com baixa emissão de gases de efeito estufa, como solar, nuclear, eólica e hidráulica.

Em 2014, do total instalado no país de fonte hidráulica, aproximadamente 42% pertence à Eletrobras. Além da aquisição da concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, destaca-se o início da operação da UHE Batalha, das eólicas Rei dos Ventos 1, Rei dos Ventos 3, Miassaba 3, Cerro Chato IV, Cerro Chato V e Cerro Chato VI, da Usina Megawatt Solar, da UTE Santarém, e a entrada de novas unidades geradoras da UHE Santo Antônio, Jirau e da última unidade geradora da Eólica Cerro dos Trindade.

Merece destaque, por sua relevância ambiental, o decréscimo de 600 MW da capacidade de fonte térmica óleo que foi devido a desconsideração do montante das unidades geradoras movidas a óleo da UTE Santa Cruz, cuja operação comercial foi suspensa conforme despacho **Aneel** nº 3.263/2012.

Já em relação à fonte gás natural, houve o acréscimo de cerca de 150 MW devido à inclusão do montante das unidades geradoras a vapor para o fechamento do ciclo combinado¹⁷ da UTE Santa Cruz.

¹⁷ Ciclo combinado é o processo pelo qual a queima do combustível em uma usina termelétrica fornece energia mecânica para o gerador de energia elétrica e os gases resultantes desta queima produzem vapor para movimentar outra turbina ligada a um gerador.

Empreendimentos de geração da Eletrobras, sob responsabilidade integral, compartilhada ou em parceria por meio de SPE (GRI 2.7)



* Não foram plotadas no gráfico as usinas dos sistemas isolados do interior do estado do Amazonas, no total de 103 usinas.
 * Usinas Hidrelétricas sob regime de O&M: Funil, Pedra, Araras, Complexo Paulo Afonso e Moxotó, Luiz Gonzaga, Boa Esperança, Xingó, Corumbá I, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia, Luis Carlos Barreto, Coaracy Nunes e Três Irmãos (SPE).

USINA MEGAWATT SOLAR

Em 2014, as empresas Eletrobras deram um salto na geração de energia solar com a inauguração da usina Megawatt Solar pela Eletrobras Eletrosul. O projeto transformou a sede administrativa da empresa, em Florianópolis (SC), em um complexo de geração fotovoltaica – o maior da América Latina integrado a um edifício. A usina é composta por mais de quatro mil painéis fotovoltaicos, totalizando uma área de 8,3 mil m².



Hermínio Nunes (Eletrobras Eletrosul)

Com potência instalada de 1 megawatt-pico (MWp), a usina Megawatt Solar pode produzir aproximadamente 1,2 GWh de energia por ano, a usina Megawatt Solar é capaz de produzir energia suficiente para atender a cerca de 540 residências. O investimento total chegou a R\$ 11 milhões e teve apoio do banco de fomento alemão KfW, financiador do empreendimento, e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (Ideal) participaram da concepção e viabilização da planta. (GRI EU1)

O projeto já gerou receita de cerca de R\$ 414 mil por meio da liquidação da energia no Mercado de Curso Prazo (MCP) e de contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

PARQUE EÓLICO DE ARTILLEROS

Destaca-se em 2014, como fruto da associação entre a Eletrobras e a Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), a entrada em operação do Parque Eólico Artilleros (65 MW) pertencente a SPE ROUAR S.A, localizado no Departamento de Colonia, Uruguai. O Parque encontra-se em fase de construção e os oito primeiros dos seus aerogeradores entraram em operação em dezembro de 2014, com 16,8 MW de capacidade instalada, tornando-se assim o primeiro empreendimento internacional da Eletrobras a entrar em operação.

crédito: Roberto Stuckert Filho (Presidência da República)



Presidente da Eletrobras (direita) participa de inauguração do parque eólico ao lado dos presidentes do Brasil e do Uruguai

De forma individual ou por meio de SPE, a Eletrobras possui empreendimentos de geração contratados (em construção ou a iniciar), que devem incorporar à matriz brasileira, até 2019, cerca de 22,6 GW, em sua maioria de fontes de energia limpa e renovável.

Do total de 22,6 GW, a companhia é responsável por 12,2 GW, dos quais 2,3 GW são de empreendimentos de sua propriedade integral, enquanto 9,9 GW correspondem à parcela proporcional da participação da empresa em SPE. Esses investimentos deverão levar a capacidade instalada da companhia dos 44,2 GW, em dezembro de 2014, para 56,4 GW em 2019. (GRI 2.8, GRI EU6)

Capacidade instalada

Em 2014, as empresas Eletrobras, por meio de participação direta ou por **SPE**, adicionaram 1.169 MW de capacidade instalada à sua matriz elétrica. (GRI 2.8, GRI EU1)

Capacidade instalada (em MW), discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório (GRI EU1)¹⁸

Fonte	Capacidade instalada (MW)						Acréscimo em relação a 2013	
	2014*	%	2013	%	2012	%	MW	%
Hidráulica	37.757	85,5%	36.280	84,4%	35.668	84,3%	1.477	4,1%
Nuclear	1.990	4,5%	1.990	4,6%	1.990	4,7%	0	0,0%
Óleo	2.156	4,9%	2.732	6,4%	2.732	6,5%	-575	-21,1%
Gás Natural	831	1,9%	673	1,6%	673	1,6%	158	23,5%
Carvão	816	1,8%	816	1,9%	816	1,9%	0	0,0%
Biocombustível	347	0,8%	347	0,8%	347	0,8%	0	0,0%
Eólica	259	0,6%	150	0,3%	103	0,2%	109	72,6%
Solar	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	N/A
Total	44.156	100%	42.987	100%	42.328	100,0%	1.169	0,8

*Em 2014: Inclui a metade brasileira de Itaipu Binacional (7.000 MW). Contabilizada em Propriedade Compartilhada. Inclui as usinas sob regime de O&M. Os valores apresentados levam em conta a capacidade instalada proporcional à participação societária.

As empresas Eletrobras geraram aproximadamente 175.000 GWh de energia elétrica em 2014. Dentre as fontes mais utilizadas e que tiveram um maior acréscimo de 2013 para 2014, estão o gás natural e a fonte eólica. Também é importante ressaltar o acréscimo de 311 GWh produzidos pela fonte eólica e 0,5 GWh produzidos pela fonte solar.

¹⁸ Capacidade Instalada: Potência máxima em regime contínuo para a qual a instalação foi projetada. Indicada nas especificações fornecidas pelo fabricante e nas placas afixadas nos componentes do sistema.

Produção líquida de energia (GWh), discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório* (GRI - EU2)¹⁹

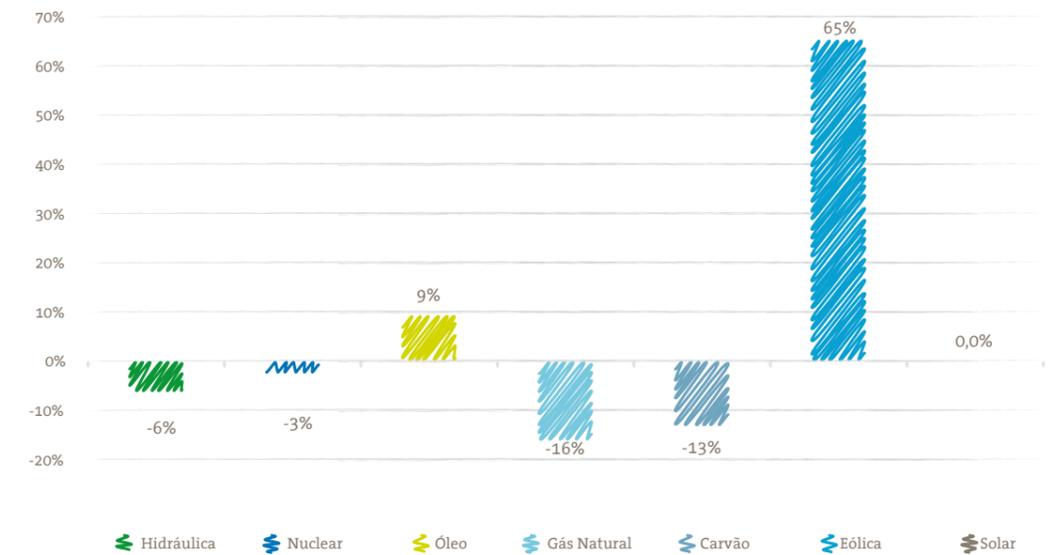
Fonte primária	2014	% do total	2013	% do total	2012	% do total
Hidráulica	148.072	84,0%	157.958	84,8%	180.773	87,2%
Nuclear	15.433	8,8%	15.829	8,5%	16.007	7,8%
Óleo	6.039	3,4%	5.524	3,0%	7.159	3,5%
Gás Natural	2.910	1,7%	3.468	1,9%	473	0,2%
Carvão	2.463	1,4%	2.836	1,5%	2.677	1,3%
Eólica	788	0,4%	477	0,3%	333	0
Solar	0,5	0,0%	N/D	N/D	N/D	N/D
Total de energia líquida gerada por fonte	175.706	100%	186.093	100%	207.422	100%

* Em 2014 iniciou-se a produção de energia proveniente da fonte solar. Por este motivo, em 2012 e 2013 os dados não estavam disponíveis. Para 2014: Foi considerada a geração de usinas que são propriedade integral e compartilhada da Eletrobras, proporcionalmente à participação das empresas Eletrobras nestas; incluí 50% da geração da UHE Itaipu, 48,45% da geração da UHE Serra da Mesa e 70% da geração da UHE de Manso.

Foi considerada a geração das usinas em que as empresas Eletrobras participam na modalidade SPE, proporcionalmente à sua participação. A geração a óleo inclui a geração térmica de 1.514.948 MWh da UTE Mauá fornecida pela Amazonas Energia, sem estar separada em óleo e gás.

N/D: Não Disponível.

Variação anual (%) da produção líquida de energia, discriminada por fonte de energia primária (GRI EU2)



¹⁹ Geração de energia elétrica a partir da transformação de outros tipos de energia provenientes de fontes primárias, renováveis ou não, medida nas saídas dos geradores de uma usina, durante um intervalo de tempo especificado.

O fator de disponibilidade das usinas é a média de tempo que uma usina fica disponível para gerar energia. As empresas Eletrobras de geração de energia por fonte eólica, as térmicas que operam a óleo, as usinas hidrelétricas e as nucleares tiveram um fator de disponibilidade acima de 88%. (GRI EU30)

Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório* (GRI EU30)

	2014	2013	2012
Eólica	92,9%	99,0%	N/A
Óleo	92,1%	86,9%	99,8%
Hidráulica	89,8%	92,0%	92,3%
Urânio	88,8%	84,1%	94,4%
Gás Natural	72,0%	81,2%	66,1%
Carvão	60,1%	46,2%	43,7%

* A Eletrobras Amazonas Energia não informou fator de disponibilidade. Furnas não relatou a disponibilidade de suas SPE. Eletrosul não informou a disponibilidade dos parques eólicos Cerro Chato I, II e III. Para o cálculo do fator de disponibilidade, foi considerada a capacidade instalada da UTE Camaçari como sendo somente gás. N/A: Não Aplicável

As empresas de geração de energia por meio de fontes térmicas da Eletrobras operam com os combustíveis: gás natural, urânio, óleo e carvão. Uma usina eficiente queima menos combustível e emite menos dióxido de carbono por unidade de eletricidade gerada. Em 2014 a eficiência média das plantas térmicas da Eletrobras era de 33,4%.

Eficiência média de geração de usinas termelétricas, discriminada por fonte de energia e por sistema regulatório (GRI EU11)

	2014*	2013	2012**
Gás natural	37,5%	31,9%	31,0%
Urânio	35,4%	35,5%	35,0%
Óleo	30,9%	40,3%	38,0%
Carvão	29,6%	33,4%	26,0%

* Em 2014, os dados contemplam a eficiência térmica das usinas próprias das empresas Eletrobras e da UTE Serra do Navio (SPE). ** Em 2012 os dados contemplam as empresas: Eletrobras CGTEE, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte e Eletrobras Furnas.

Nos últimos anos, é possível observar um aumento na eficiência média das plantas que operam com gás natural. Entre 2013 e 2014, houve um aumento de 5,6%. Entre as plantas térmicas com menor eficiência média estão as que operam com óleo e carvão. A média global de eficiência das usinas térmicas da Eletrobras em 2014 foi de 35,4. Em 2013, essa média foi de 35,3%, portanto houve um aumento de 0,13%. (GRI EU11)

Transmissão

Em 2014, entraram em operação 4.903,5 km de linhas de transmissão (LT) com participação da Eletrobras. Deste total, 2.132,8 km referem-se à participação proporcional das empresas Eletrobras nas SPE e 1.054,4 de atuação própria. (GRI EU4)

Empresas Eletrobras	Extensão das linhas de Transmissão em 2014 (km) > = 230 kV (d)	Acréscimo - Linhas de Transmissão em 2014 (km) > = 230 kV				
		Responsabilidade Integral (a)	SPE - Participação Eletrobras (b)	Total (a+b)	SPE - Extensão Total (c)	Alavancado pela Eletrobras (a+c)
Eletrobras Chesf	20.003,9	330,9	44,1	375,0	90	420,9
Eletrobras Furnas	18.364,2	161,0	126,4	287,4	258	419,0
Eletrobras Eletronorte	11.012,6	549,1	-	549,1	-	549,1
Eletrobras Eletrosul	10.743,1	-	798,5	798,5	1.126	1.126,0
Eletrobras Amazonas Energia	378,3	13,4	-	13,4	-	13,4
Eletrobras Eletronorte/Eletrosul	-	-	1.163,8	1.163,8	2.375	2.375,0
Total Eletrobras	60.502,1	1054,4	2.132,8	3.187,2	3.849	4.903,5

(b) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(c) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão do empreendimento.

Em relação às subestações das empresas Eletrobras, houve um acréscimo de capacidade de transformação de 4.241 MVA, sendo 2.110 MVA de propriedade integral da Companhia ou renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 e 2.130 MVA proporcionais ao capital investido em SPE.

Empresas Eletrobras	Nº SE	Acréscimo - Subestações em 2014 (MVA) > = 230kV				
		Capacidade de Transformação Própria (MVA) (a)	SPE - Participação Eletrobras (MVA) (b)	Total (MVA) (a+b)	SPE - Total (MVA) (c)	Alavancado pela Eletrobras (a+c)
Eletrobras Chesf	06	1.010	882	1.892	1.800	2.810
Eletrobras Eletrosul	04	-	661	661	1.213	1.213
Eletrobras Furnas	03	900	588	1.488	1.200	2.100
Eletrobras Eletronorte	01	200	-	200	-	200
Total	14	2.110	2.131	4.241	4.213	6.323

(b) Refere-se a participação proporcional ao capital investido pelas empresas Eletrobras no empreendimento.
(c) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão do empreendimento.

Localização dos empreendimentos de transmissão da Companhia de responsabilidade integral e em parcerias por meio de SPE. (GRI 2.7)



LEGENDA

	EXISTENTE	FUTURO	
ITs SISTEMA ELETROBRAS	—	- - -	① COMPLEXO RIO PARANÁ
ITs SISTEMA ELETROBRAS C/ PARCERIA	—	- - -	② COMPLEXO RIO PARANAPANEMA
ITs OUTRAS EMPRESAS	—	- - -	③ COMPLEXO RIO GRANDE
			④ COMPLEXO RIO PARANAÍBA
			⑤ COMPLEXO PAULO AFONSO
			□ n° de circuitos



Destacam-se, no ano de 2014, a conclusão da LT ± 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara II - C2 da **SPE** - Norte Brasil Transmissora - com uma extensão de 2.375 km, e a conclusão dos empreendimentos da **SPE** - Transmissora Sul Brasileira de Energia - com extensão de 798 km.

Em junho de 2014, foi assinado com a **SPE** - Belo Monte Transmissora de Energia, o contrato de concessão do sistema de transmissão do Complexo Hidrelétrico (CHE) de Belo Monte. A Eletrobras participa dessa **SPE** por meio de suas subsidiárias Eletrobras Furnas (24,5%) e Eletrobras Eletronorte (24,5%) em sociedade com a empresa chinesa State Grid Brasil Holding (51%).

O escoamento da energia do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte ao SIN será realizado por meio de um sistema de transmissão em extra-alta tensão em corrente contínua de ± 800 kV, inédito no país. O circuito é composto de duas estações conversoras de corrente alternada 500 kV para corrente contínua ± 800 kV. A primeira terá capacidade de conversão de 4.000 MW e será construída na subestação de Xingu (500 kV), localizada a 17 km da usina, que se conecta à interligação Manaus-Tucuruí. A segunda terá capacidade de conversão de 3.850 MW e será construída na área contígua à subestação Estreito, em Minas Gerais. A linha de transmissão Xingu-Estreito (± 800 kV) ligará as duas estações e terá 2.092 km, cruzando os estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

A Eletrobras Eletrosul também teve sucesso em um importante leilão com empreendimentos que ajudarão a promover uma expansão de 1.124,6 km (um total de 53%) em linhas de transmissão em 525 kV, 731 km (um total de 10%) em linhas de 230 kV e 20% em capacidade instalada em subestações no sistema de transmissão do Rio Grande do Sul. Isso viabilizará o escoamento de energia de futuros parques eólicos no estado, onde a Eletrosul é a maior investidora com a implantação dos complexos Cerro Chato e Campos Neutros, bem como assegurará a qualidade e a confiabilidade no fornecimento de energia elétrica no estado.

Pelo consórcio Paraíso, formado em parceria com a Elecnor e a Copel, a Eletrobras Eletrosul arrematou um conjunto de obras composto por uma subestação, duas linhas de transmissão que totalizam 265 km e 300 MVA de capacidade de transformação no Mato Grosso do Sul, que vão contribuir para a melhoria do atendimento pela distribuidora local e viabilizar o escoamento do potencial de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) da região Nordeste do estado.

Para 2015, o grande destaque será a conclusão das obras da interligação Brasil-Uruguai em 500 kV. A previsão é que, até o fim do primeiro semestre de 2015, esse empreendimento esteja em condições de transmitir energia para ambos os países.

A Eletrobras **holding** e a Eletrosul são responsáveis pela execução das obras no lado brasileiro, que é constituído de ampliação da



subestação Presidente Médici, ponto de conexão no SIN e pela construção de uma nova subestação elevadora de Candiota (230 kV/525 kV). Já está concluída a linha de 230 kV de três km de extensão, que vai levar energia entre as subestações de Presidente Médici até Candiota e a linha de 500 kV e 57 km de extensão, que segue de Candiota até a cidade de Aceguá, na fronteira com o Uruguai. Após a conclusão das obras, o ativo será operado pela Eletrobras Eletrosul e terá a capacidade de transmitir até 500 MW. O total do investimento é de R\$ 128 milhões nesse empreendimento.

Até 2019, cerca de 10,5 mil km de linhas de transmissão e mais de 18 mil MVA de potência instalada devem ser incorporadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), de forma individual ou por meio de **SPE**.

Confiabilidade e disponibilidade na transmissão

De acordo com o modelo regulatório brasileiro, as características de projeto de um sistema de transmissão são definidas na fase de planejamento da expansão, na qual a melhor alternativa técnica é selecionada por meio de estudos de viabilidade técnica-econômica, considerando o menor custo global (custos de investimentos e perdas) para o sistema elétrico.

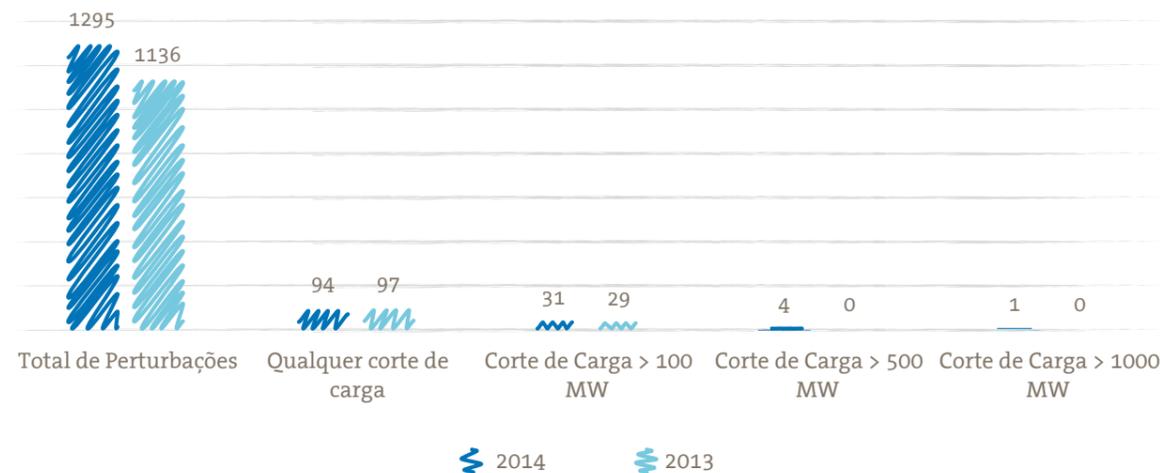
Em 2014, o sistema Eletrobras apresentou um índice de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,62%²⁰.

Índice de Disponibilidade das Linhas de Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	2014	2013
Eletrobras Eletronorte	99,93	99,88
Eletrobras Chesf	99,88	99,92
Eletrobras Furnas	99,10	99,60
Eletrobras Eletrosul	99,59	99,87
Eletrobras Amazonas Energia	N/D	99,60
Total	99,62	99,81

N/D: Não Disponível.

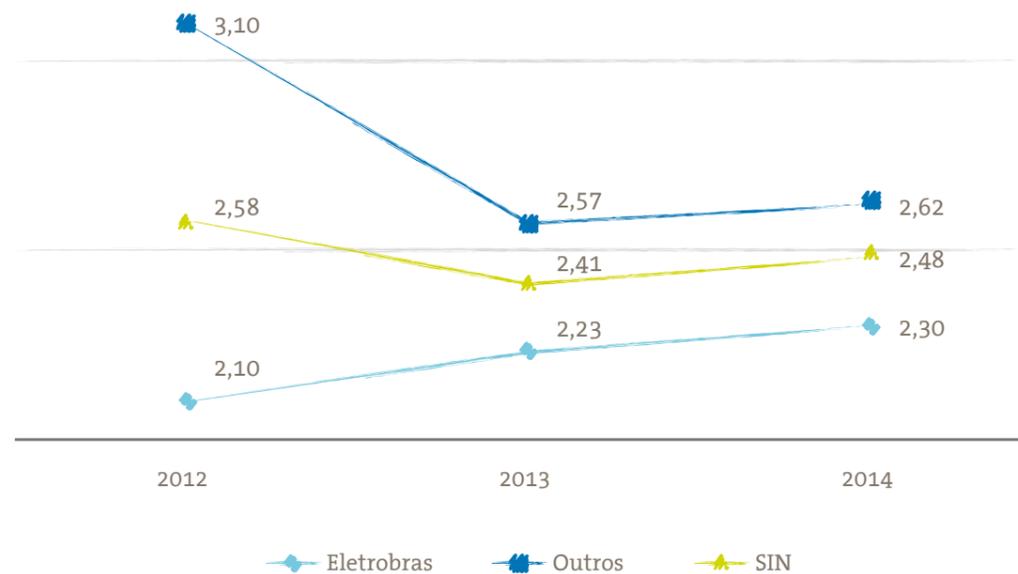
²⁰ Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas ficaram disponíveis para o Sistema Elétrico Brasileiro.

Número de Perturbações e Cortes de Carga nas empresas Eletrobras



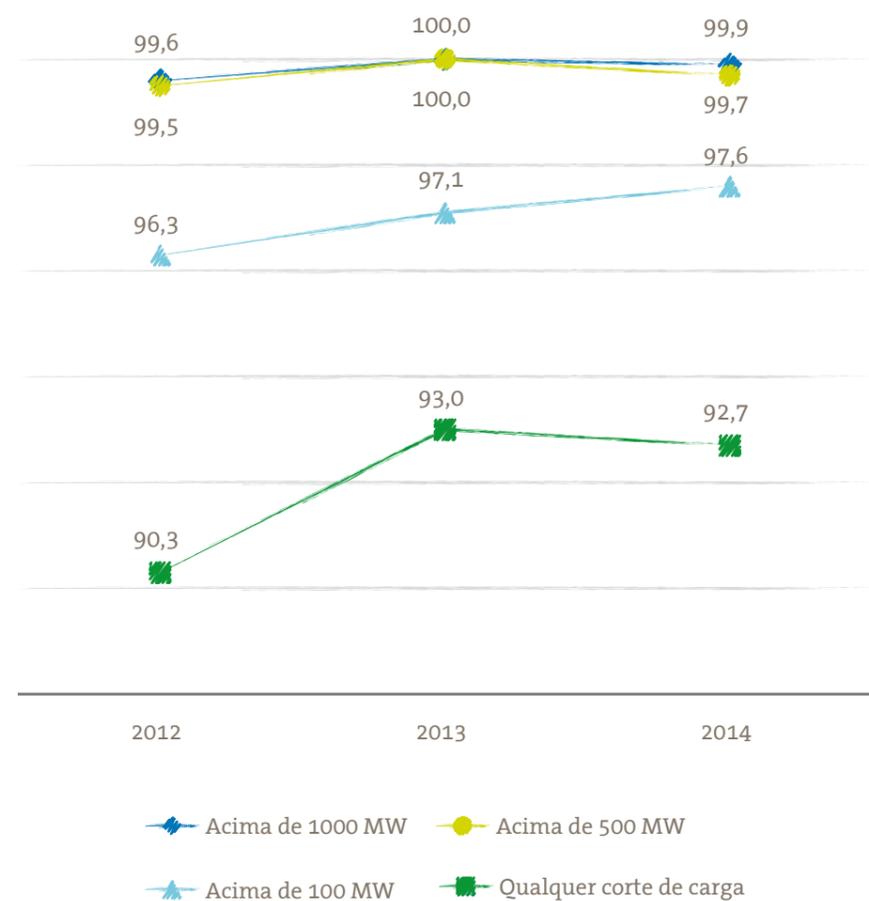
Como pode ser observado no gráfico, embora o número total de perturbações tenha crescido de 1.136 em 2013 para 1.294 em 2014, o número de perturbações em que houve qualquer corte de carga diminuiu de 97 em 2013 para 94 em 2014. Já para cortes de carga acima de 100 MW houve um aumento no número de ocorrências.

Número de perturbações por 100 km de rede de transmissão



O indicador de robustez tem por objetivo avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores. O gráfico a seguir apresenta o desempenho das empresas Eletrobras nos anos selecionados para perturbações com origem em suas redes de transmissão.

Indicador de Robustez (%)



Perdas na transmissão de energia

As perdas na transmissão são levadas em consideração na fase de planejamento da expansão, quando são custeadas, e a alternativa selecionada. Em sua maioria, essa alternativa tem um dos menores

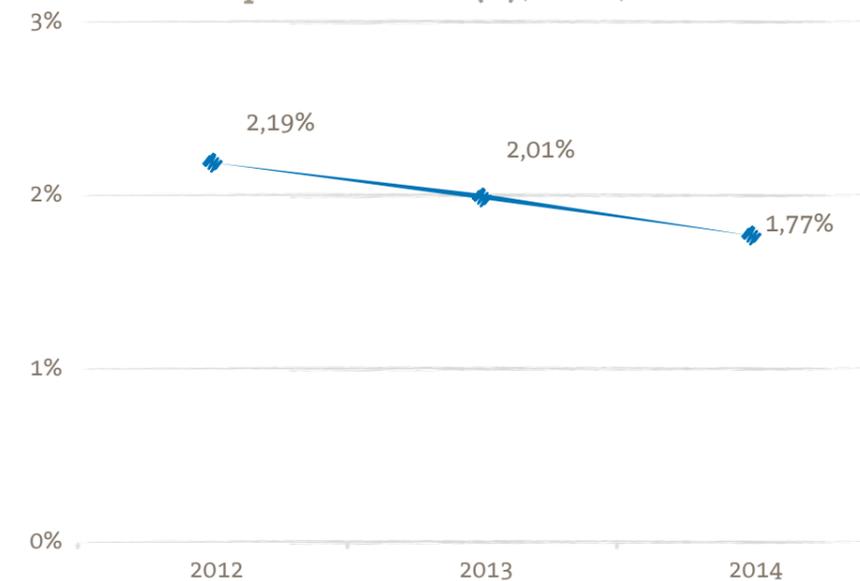
índices de perdas entre todas as estudadas, pois as perdas elétricas são otimizadas nessa fase do estudo.

A concessão do empreendimento é realizada por meio de licitação, sendo que a empresa transmissora proprietária fica responsável pela implantação do empreendimento de acordo com os estudos realizados, não podendo alterar o projeto, e não tendo controle sobre o índice de perdas no sistema de transmissão.

O valor das perdas está diretamente relacionado ao fluxo elétrico que passa pelos equipamentos transmissores, à especificação destes equipamentos e ao número de equipamentos da empresa. A perda elétrica depende do tipo de sistema planejado pelo MME, com o apoio da EPE, e pela operação do sistema realizada pelo ONS.

As perdas técnicas por transmissão são calculadas pela diferença entre a soma de geração e de importação, e a soma das cargas e de exportação. Desde 2010, a Eletrobras vem utilizando uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na rede de transmissão das suas empresas, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos de fluxo de potência. As perdas técnicas por transmissão representaram 1,8% em 2014 e vem diminuindo desde o ano 2011. Entre 2013 e 2014, a Eletrobras conseguiu diminuir suas perdas em 11,9% e no acumulado entre 2011 e 2014, em 26,0%.

Perdas técnicas por transmissão (%) (GRI EU12)



Distribuição

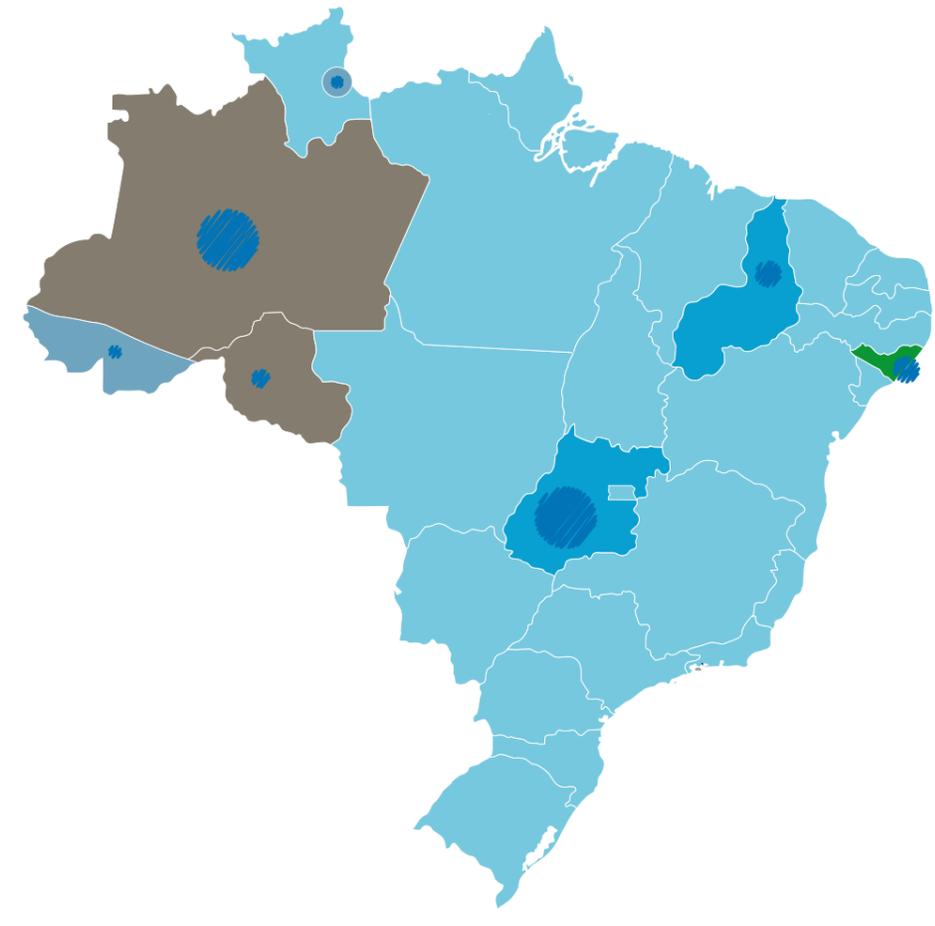
As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras, incluindo a Celg-D, adquirida em 2015, mas consolidada contabilmente desde setembro de 2014, atuam em dois estados da região Nordeste, quatro estados da região Norte e no estado de Goiás, beneficiando mais de 6,6 milhões de consumidores, o que equivale a cerca de 8,5% do total de clientes do território brasileiro. Utilizando uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 464.685 km de extensão e um total de 590 subestações, compreendendo 700 municípios. *(GRI 2.7, GRI 2.8, GRI EU4, GRI EU6)*

As distribuidoras da Eletrobras, localizadas nos estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí e Rondônia e na cidade de Boa Vista (RR), investiram R\$ 860 milhões em 2014, período em que foram construídas quatro novas subestações e instalados mais de 9.500 km de redes. As distribuidoras obtiveram um acréscimo de 138 mil novos clientes, passando para 3.942.005 clientes no total. *(GRI 2.7, GRI 2.8, GRI EU4, GRI EU6)*

A evolução do indicador PMSO/ROL (Pessoal, Material, Serviço e Outros sobre Receita Operacional Líquida), que recuou de 41,6% em 2013 para 27,5%, demonstra um significativo avanço na melhoria operacional e na gestão das empresas.

Os principais destaques no período foram as obras para a interligação do Sistema Manaus ao SIN, que estão em fase de conclusão; os prêmios Índice **Aneel** de Satisfação do Consumidor (IASC) recebidos pela Eletrobras Distribuição Acre e pela Eletrobras Amazonas Energia, um reconhecimento dos consumidores da melhora do desempenho das distribuidoras; a conclusão dos sistemas de subtransmissão para a região norte do Piauí; e a realização, pelo Projeto Energia +, de várias licitações, nacionais e internacionais, que proporcionarão investimentos em 2015 de mais de R\$ 500 milhões em equipamentos, serviços, obras e solução de medição avançada de alta tecnologia, lastreados por empréstimo obtido junto ao Banco Mundial. *(GRI 2.10)*

Localização dos empreendimentos de distribuição da Eletrobras *(GRI 2.7)*



LEGENDA

Número de Consumidores	Mercado (GWh)
100.000 a 500.000	Abaixo de 2.000
500.001 a 900.000	2.001 a 3.000
900.001 a 1.300.000	3.001 a 4.000
1.300.001 a 1.700.000	4.001 a 5.000
Acima de 1.700.000	5.001 a 6.000
	Acima de 6.000

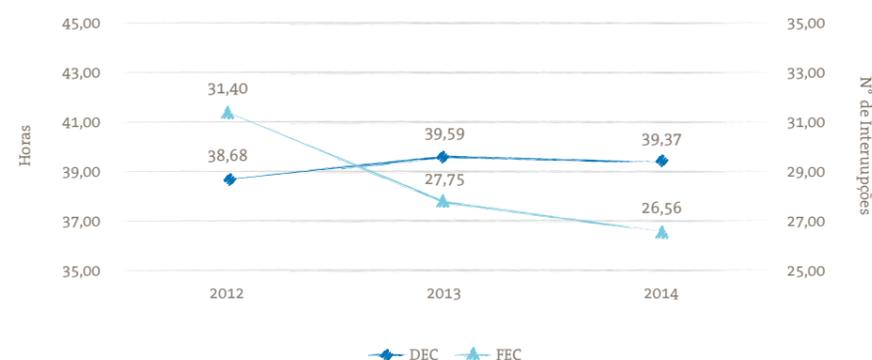
Qualidade do Serviço de Distribuição

A qualidade do atendimento aos clientes é medida pela Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (**DEC**) e pela Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (**FEC**).

Os índices **DEC** e **FEC** representam, respectivamente, a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. O **DEC** representa a quantidade de horas em que uma unidade consumidora esteve sem energia elétrica. O **FEC** representa a frequência de interrupções no fornecimento de energia elétrica.

No exercício de 2014, as empresas de Distribuição Eletrobras tiveram uma redução, de forma consolidada, no indicador de continuidade **DEC** de 0,2 horas quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 39,6 para 39,4 horas. Com relação ao indicador **FEC**, houve um decréscimo consolidado de 1,2 interrupção neste mesmo período, passando de 27,7 em 2013 para 26,5 em 2014²¹. (GRI EU28, GRI EU29)

DEC (Horas/Ano) e FEC (No de Interrupções/Ano)



Em 2015 está previsto o melhoramento na qualidade dos serviços prestados com início dos subprojetos do Projeto Energia + e a continuação das ações de poda, limpeza de faixa de servidão e manutenção preventiva, além da conclusão dos planos de obras das redes de distribuição das empresas da Eletrobras.

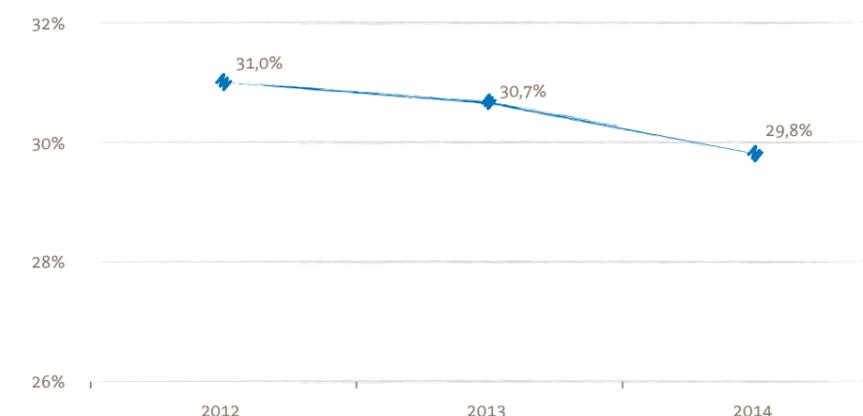
Perdas na distribuição de energia

Perdas na distribuição de energia elétrica²², expressas em MWh, são definidas como a diferença entre a energia injetada na rede da distribuidora e o total de energia vendida e entregue. Elas são compostas por perdas de origem técnica, ou seja, as perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária, as chamadas

perdas regulatórias; e de origem não técnica, isto é, todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento e unidades consumidoras sem equipamento de medição. (GRI EU12)

As perdas técnicas na distribuição de energia contabilizaram 9,7% e as perdas não técnicas 20,1%, representando uma perda global de 29,8%. As perdas globais por distribuição das empresas Eletrobras vem diminuindo constantemente desde o ano de 2009. Entre 2013 e 2014 a Eletrobras conseguiu diminuir suas perdas em 2,8% e, no acumulado entre 2009 e 2014, em 20,9%, o que representa uma expressiva redução deste índice. (GRI EU12)

Perdas globais por distribuição (%) - Perdas técnicas e Não-técnicas (GRI EU12)



O decréscimo das perdas globais na distribuição de energia é resultado da continuação das ações de inspeção e regularização, da substituição de medidores obsoletos e da regularização de clandestinos, alcançados por meio do Projeto Energia +. Esse projeto visa a implantação de ações de combate ao furto, desvio e fraude de energia elétrica. Destaque para o SubProjeto 3, que consiste na substituição de medidores obsoletos e, em 2014, reverteu para as empresas um montante de 84.807 MWh entre energia recuperada e energia agregada, correspondendo a uma recuperação de receita da ordem de R\$ 28,8 milhões.

Inadimplência

O principal indicador que mede a inadimplência das empresas de Distribuição da Eletrobras, o Índice de Inadimplência (INAD), é obtido pela divisão da Inadimplência Ativa pelo Faturamento Anualizado, conforme mostra o gráfico. As diferentes classes de consumo apresentaram uma melhora acentuada na adimplência

²¹ Devido a uma atualização no indicador **DEC** e **FEC** da Eletrobras Amazonas Energia, autorizada pela Aneel conforme Ofício Circular n° 0006/2015-SRD/ANEEL de 02/02/2015, o número consolidado das empresas Eletrobras de Distribuição foi alterado e encontra-se corrigido nesta versão do Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 (GRI 3.9).

²² Os índices de perdas técnicas e não técnicas na distribuição de energia são o montante de perdas dividido pelo montante de energia injetada na rede da empresa de distribuição, ambas medidas em megawatt-hora. O resultado é multiplicado por 100 para que seja medido em pontos percentuais (GRI 3.9).

em decorrência de uma atuação mais efetiva na cobrança, por meio de ações operacionais de suspensão do fornecimento pelo não pagamento, parcelamentos de débitos vencidos, ações judiciais e outras penalizações.

Inadimplência Consolidada das Empresas Distribuidoras da Eletrobras - INAD



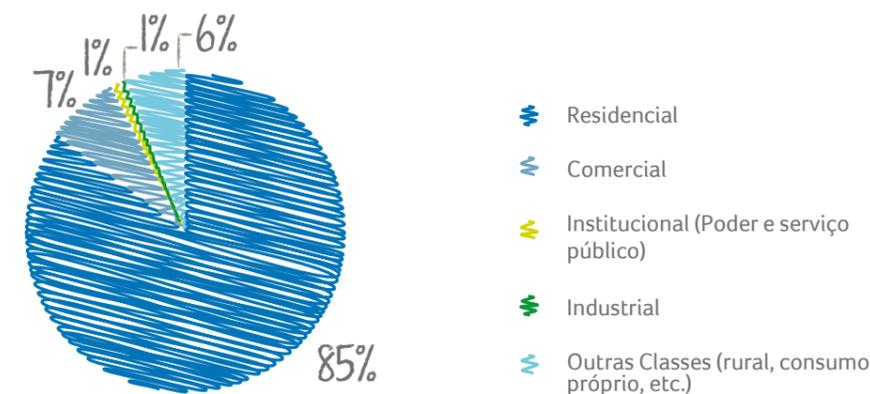
Unidades Consumidoras de Energia

As empresas Eletrobras vêm aumentando constantemente a abrangência de sua atuação em todo o Brasil. Isso é comprovado pelo aumento de mais de 138 mil unidades consumidoras entre 2013 e 2014. A classe mais relevante neste acréscimo é a residencial, com mais de 123 mil unidades consumidoras acrescidas. Em 2014, houve um aumento substancial de unidades consumidoras da classe institucional, cerca de 15 mil a mais em comparação a 2013. (GRI EU3)

Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais (GRI EU3)

	2014	2013	2012
Residencial	3.361.759	3.238.238	3.103.062
Comercial	282.146	274.052	266.020
Institucional (poder e serviço público)	50.883	35.782	48.184
Industrial	12.183	12.444	12.903
Outras classes (rural, consumo próprio etc.)	235.034	243.449	223.440
Total	3.942.005	3.803.965	3.653.609

Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais (GRI EU3)



Gestão da demanda

Ao identificar áreas e a população não atendidas²³ dentro de sua área de concessão, nas áreas urbana e rural, a Eletrobras consegue mensurar como seus serviços de distribuição abrangem a população do país onde opera.

Para o ano de 2014, o percentual da população não atendida pelas empresas de distribuição da Eletrobras diminuiu cerca de 5.500 residências, demonstrando que a empresa está cada vez mais preocupada em atender a população com seus serviços. Houve alteração expressiva no número de residências não atendidas nas áreas urbanas, áreas nas quais a Eletrobras tem investido mais a cada ano.

Percentual da população não atendida em áreas com distribuição e serviço regulamentados* (GRI EU26)

	2014	2013
Total da população que deveria ser atendida	4.016.093	3.959.893
População urbana não atendida em áreas de concessão da companhia (em número de unidades)	69.297	72.012
População rural não atendida em áreas de concessão da companhia com distribuição regulamentada (em número de unidades)	4.792	5.105
Percentual da população não atendida com base na relação entre a população total e a população não atendida	1,84%	1,95%

* A estimativa do indicador EU26 é baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre número de residências com luz elétrica considerando que algumas classes têm 100% de atendimento (industrial, iluminação pública etc.) e com base em dados internos das empresas de Distribuição da Eletrobras. Áreas de distribuição regulamentadas contêm redes, de propriedade/explorados por operadores licenciados que transportam a eletricidade até o cliente sobre a qual o operador tem a concessão ou monopólio (GRI 3.9).

23 Aquela que vive em áreas onde a infraestrutura elétrica não está disponível.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação

A busca por maneiras diferentes de fazer negócio e exercitar a capacidade de ser cada vez mais eficientes na geração, transmissão e distribuição de energia sempre foram a força motriz das empresas Eletrobras. O compromisso de explorar ideias para acessar novos mercados e se fortalecer naquele em que já atua fazem parte da busca pela sustentabilidade das operações e do crescimento nos resultados da companhia.

Todas as empresas Eletrobras aplicam anualmente recursos em pesquisa e desenvolvimento internos e divulgam chamadas públicas de propostas e projetos para seus programas de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Desde 2009, seguem as diretrizes da Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) corporativa e tratam o tema como estratégia empresarial de curto, médio e longo prazos. Com isso, buscam – e alcançam – resultados que trazem vantagem competitiva e que sejam elementos críticos para aliar o crescimento sustentável do negócio com a responsabilidade social e ambiental.

Em 2014, houve uma queda de 61% no montante em investimento em P&D, que foi de R\$ 504,9 milhões em 2013 para R\$ 196,1 milhões. Apesar de os dados possuírem menor abrangência, a queda se deve ao término de alguns projetos e ao Plano de Dispêndio Global. Mesmo dentro desse cenário, a Eletrobras continua em busca de soluções inovadoras para a melhoria contínua de seus processos e que proporcionem redução de custo e eficiência operacional. *(GRI EU8)*

Investimento em pesquisa e desenvolvimento (R\$ milhões) *(GRI EU8)*

Tipos de projetos	2014*	2013**	2012***
Tecnologias de transmissão e distribuição	114,1	369,2	126,0
Geração e tecnologias avançadas	34,5	43,0	35,1
Tecnologias de energia renovável	23,3	45,5	11,1
Eficiência energética	14,8	21,6	19,3
Serviços inovadores relacionados à sustentabilidade	8,0	23,9	20,7
Energia distribuída	1,4	1,8	2,0
Total	196,1	504,9	214,2

* Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletronuclear.

** Em 2013, os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

*** Em 2012, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Piauí e Eletronuclear.

Eletrobras Eletronorte

Na Eletrobras Eletronorte, as ideias para investimento em Pesquisa e Desenvolvimento são escolhidas por meio de uma técnica conhecida como funil da inovação. Depois de captadas interna e externamente, as ideias e projetos passam por esse funil, em uma atividade que avalia o projeto em quesitos como estratégia empresarial, técnica pela engenharia do processo, originalidade, definição da melhor fonte de financiamento de acordo com as características técnicas, customização da proposta, gestão técnica e financeira da execução, aplicabilidade dos produtos e viabilidade de implantação na empresa.

Eletrobras Chesf

Em janeiro de 2014, a empresa lançou a Chamada Pública 01/2014 – “Da ideia ao mercado: desenvolvimento e implantação de método inovador que garanta um processo sistemático e contínuo de geração de valor no desenvolvimento de projetos de P&D+I para a Chesf”. Este projeto surgiu após a constatação de que, apesar dos esforços de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação realizados no setor de energia, ainda era baixo o impacto dos seus resultados na cadeia produtiva, seja por especificidades do processo de gestão da inovação, por valores que impactem na sua absorção pelo mercado ou pela necessidade de envolver diversos atores ao longo do processo.

- Geração e tecnologias avançadas
A Eletrobras Furnas finalizou a implantação de conversor *offshore* para geração de eletricidade pelas ondas do mar.

- Eficiência energética
Na Eletrobras Eletronorte, foram instaladas turbinas hidrocinéticas²⁴ para o aproveitamento do potencial remanescente em usinas hidrelétricas.

- Tecnologias de energia renovável
A Eletrobras Chesf desenvolveu o projeto para a central fotovoltaica da plataforma solar de Petrolina (PE).

- Tecnologias de distribuição
A Eletrobras Amazonas Energia desenvolveu um conjunto blindado para conexão de condutores de energia elétrica que possibilita a conexão de múltiplos clientes na mesma barra. Além de possibilitar a suspensão de energia elétrica sem a necessidade de desconectar o cabo do barramento, também protege os pontos de conexão evitando as fraudes e desvios de energia.

(GRI EU8)

²⁴ São turbinas desenvolvidas para gerar energia elétrica por meio da vazão do rio sem necessidade da construção de barragens ou de condutos forçados.

Energia distribuída

A Geração Distribuída (GD) já é uma realidade em vários países e pode ser ainda mais potencializada por meio das redes inteligentes (Smart Grid), devido às facilidades de operação e de controle proporcionadas pela automação da rede de distribuição de eletricidade. Por meio do “Projeto Parintins – Geração distribuída com fontes renováveis de energia e redes inteligentes”, aprovado pela **Aneel** com recursos de pesquisa e desenvolvimento das distribuidoras, a Eletrobras está

desenvolvendo um modelo de referência, fundamentado na experimentação de aplicações integradas de tecnologias e metodologias dentro do conceito de redes inteligentes. O auxílio é na geração distribuída, uma das vertentes do projeto, que consiste na instalação de 40 sistemas fotovoltaicos, de 3 kWp cada em telhados, totalizando 120 kWp, sendo prevista a verificação do desempenho dos mesmos por meio de sistema de monitoramento remoto utilizando a interface com a rede inteligente de Parintins (AM).

Eletrobras Cepel

Em seus mais de 40 anos de história, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) busca continuamente por soluções inovadoras nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final da energia elétrica.

O trabalho realizado pelo Centro contribui, significativamente, para a redução dos custos financeiros e ambientais, para a otimização dos recursos naturais, diversificação da matriz energética, confiabilidade no suprimento de energia, modicidade tarifária e segurança energética nacional. Também desenvolve linhas de pesquisa em metodologias computacionais para dar suporte a atividades de planejamento da expansão e da operação de sistemas interligados de geração e transmissão, considerando aspectos do meio ambiente e inserção de novas fontes renováveis.

Atualmente, o Centro está envolvido em diversas iniciativas para atender às necessidades futuras do setor de energia elétrica do país e está implantando o Laboratório de Ultra-Alta Tensão (Lab UAT), que realizará ensaios e pesquisas experimentais de novas tecnologias e configurações de linhas de transmissão e que terá papel fundamental na busca por soluções para transmissão de energia gerada em usinas distantes até os principais centros consumidores. Acompanhando a tendência mundial de modernização de distribuição de energia, o Centro também está instalando um laboratório para pesquisa experimental e avaliação de soluções para redes elétricas inteligentes.

(GRI EU8)

Hidrelétricas e emissões de gases de efeito estufa

O país ganhou um forte argumento na defesa da fonte hídrica: além de as usinas gerarem uma energia limpa, confiável e barata, seus reservatórios, em alguns casos, ajudam a reduzir os níveis de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

Essas e outras conclusões são apresentadas no livro *Emissões de Gases de Efeito Estufa em Reservatórios de Centrais Elétricas*, publicado em julho de 2014, que consolida os resultados do estudo Balanço de Carbono em Reservatórios (BALCAR), projeto de Pesquisa e Desenvolvimento apresentado pela Eletrobras Eletronorte, em parceria com Chesf e Furnas – em resposta à chamada nº 009/2008 da **Aneel**, em 2009, e que teve suas atividades de campo realizadas entre 2011 e o fim de 2013.

No projeto, foram pesquisadas oito usinas hidrelétricas em operação e as áreas dos futuros reservatórios de outras três usinas, em diversos biomas brasileiros. Os resultados mostram que Funil (Minas Gerais) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe) registraram taxas negativas de emissão de gases, ou seja, seus reservatórios absorvem GEE da atmosfera.

Coube ao Eletrobras Cepel a coordenação

técnica do estudo, ficando sua execução a cargo de dez instituições de pesquisa do país: Coppe/UFRJ, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Pará, Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal Rural da Amazônia, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que envolveu 108 pesquisadores, sendo 49 doutores e 31 mestres.

O Projeto BALCAR inovou ao utilizar o conceito de emissão líquida de gases. A maioria das pesquisas do gênero se baseia apenas na emissão bruta, ou seja, na medição da atual emissão nos reservatórios. Conhecer as emissões líquidas dos reservatórios consiste em subtrair as emissões (ou remoções) que existiam antes da construção dos reservatórios, no solo e nos rios, das emissões medidas em diversos locais dentro dos atuais reservatórios. Assim, chega-se ao montante de emissões (ou remoções) que são efetivamente de responsabilidade das hidrelétricas. (GRI 1.2, GRI EC2)



Eficiência Energética

A área de eficiência energética da Eletrobras foi estruturada em duas grandes linhas: eficiência energética como política pública e eficiência energética com uma visão corporativa e empresarial.

A vertente da eficiência energética voltada para política pública refere-se ao Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, que é o programa do Governo Federal destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país, com a Eletrobras desempenhando a função de Secretaria Executiva (o Procel será tratado na seção Governo e Políticas Públicas do capítulo Desempenho Social deste Relatório).

Na vertente corporativa, a Eletrobras coordena o Comitê Integrado de Eficiência Energética Eletrobras (CIEESE), que busca soluções tecnológicas para as empresas Eletrobras, cooperação técnica e excelência da eficiência energética empresarial. Por meio do CIEESE, a Eletrobras **holding** acompanhou as metas de redução de consumo de energia elétrica em 15 empresas. Em 2014, foram realizadas cinco reuniões da Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) da Eletrobras **holding**, com destaque para a realização de evento pelo Dia Mundial da Eficiência Energética e Dia Mundial da Água. Em 2014, também por meio do CIEESE, a Eletrobras **holding** continuou os trabalhos de implantação da ISO 50.001 nas empresas Eletrobras. (GRI EU7, GRI EU8)

Na área de novos negócios foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Plano de Negócios de Eficiência Energética 2014-2018 e início dos procedimentos para formação de parcerias para o estabelecimento de Sociedades de Propósito Específico (SPE). Duas empresas de conservação de energia (ESCO) se interessaram pela parceria. Foram feitas visitas aos potenciais clientes e redigidos os Acordos de Confidencialidade, documento inicial para o início dos trabalhos.
- Prosseguimento dos trâmites para a criação de parceria no âmbito do acordo com a Regions of Climate Change Actions (R20), a formação de uma SPE para projetos de eficiência energética em iluminação pública.
- Prospecção de clientes ou parceiros para serviços de eficiência energética.
- Realização de dois cursos para capacitação na norma ISO 50001 e uma consultoria técnica em uma indústria eletrointensiva no Pará.
- Elaboração de Chamada Pública para parcerias em projetos de eficiência energética.

Rede Latino-Americana e do Caribe para a Eficiência Energética (Red-LAC-EE)

A Red-LAC-EE é um ambiente público-privado que fomenta e facilita a integração permanente dos países latino-americanos e do Caribe em questões de Eficiência Energética. Em 2014, o Comitê Executivo da Rede realizou nove reuniões virtuais e teve um total de cerca de 25 mil acessos em seu website, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. A rede, que possui um grupo de discussão da web com 552 membros, divulgou cerca de 50 eventos (cursos, seminários, conferências etc.) de

12 países. Em 2014, foram realizados dois seminários sobre ISO 50001 na Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR) e em Assunção, no Paraguai, com a participação do Conselho Nacional de Eficiência Energética do Paraguai, transmissão por videoconferência e divulgação para 27 países que compõem a Rede. A Eletrobras é patrocinadora diamante da Rede e tem participado fortemente desta iniciativa desde o seu início, fazendo parte de seu Comitê Executivo. (GRI 4.13, GRI EU7)

Agente Eletrobras

Entre os projetos de eficiência energética com as comunidades, destaca-se o projeto Agente Eletrobras das Empresas Distribuidoras (denominado Eletrobras na Comunidade na Distribuição Acre e Comunidade Eficiente na Distribuição Rondônia). Esse projeto consiste, essencialmente, na realização de visitas técnicas em comunidades de baixo poder aquisitivo para a substituição de lâmpadas e geladeiras antigas por novas mais eficientes (Selo Procel), regularização de unidades consumidoras e conscientização do uso de energia.

Em 2014, os projetos citados acima somaram:

- Substituição de lâmpadas: 124.193 (aumento de 175,8% em relação a 2013)
- Substituição de geladeiras: 15.626 (aumento de 151,3% em relação a 2013)
- 12.452 visitas/regularização/palestras (aumento de 9,3% em relação a 2013)

Em 2014, a redução no consumo de energia a partir dessas ações alcançou mais de 28 GWh, que proporcionalmente seria capaz de abastecer cerca de 57mil de residências durante um ano²⁵. (GRI EN6)

Gilvan Monteiro - Eletrobras Distribuição Piauí



Energia Economizada na comunidade* (GRI EN6)

	2014	2013
GJ	101.423,6	6.827,3
MWh	28.173,2	1.896,5

*O indicador é aplicável apenas às empresas de Distribuição da Eletrobras. Em 2014, os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Alagoas. Em 2013, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Piauí e Eletrobras Distribuição Rondônia.

²⁵ Com base no consumo médio de energia elétrica de 167 kWh/mês em 2014 para uma residência no Brasil. Portanto, o consumo médio anual foi de 2.004 kWh por residência X 28.173,2 MWh = 56.459 residências que poderiam ser abastecidas em um ano. Fonte: Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, ano VIII, nº 88, Janeiro de 2015, EPE (GRI 3.9).

Casa Solar Eficiente

Em operação desde 1997 e localizada nas instalações do Cepel, a Casa Solar Eficiente é um espaço de demonstração e multiplicação de tecnologias solares (térmica e fotovoltaica), bem como de técnicas de combate ao desperdício energético. O projeto é parte do segmento residencial do Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (CATE) e do Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio Brito (CRESESB). A Casa é autossuficiente em energia com a geração, aquecimento e bombeamento de água por meio de painéis fotovoltaicos. Em 2014, foram gerados e consumidos 1.447 kWh. No local também são oferecidos cursos de tecnologia solar e foram recebidas 1177 visitas em 2014, principalmente de estudantes mas também de professores, profissionais e público em geral. (GRI EU7)

Pedro Ferreira (Eletrobras Cepel)



Projeto Furnas Educa



Teresia Trancoso (Eletrobras Furnas)

De janeiro de 2013 a dezembro de 2014, a Eletrobras Furnas desenvolveu este projeto que percorreu cerca de 400 escolas públicas e instituições sociais próximas às hidrelétricas e subestações de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Distrito Federal. O número de crianças e adolescentes atendidos foi de aproximadamente 200 mil no período. O projeto Furnas Educa possui três objetivos: estabelecer e estreitar o relacionamento com comunidades do entorno dos empreendimentos da empresa, conscientizar a população sobre o perigo de realizar queimadas sob torres e linhas de transmissão, os benefícios do uso consciente da energia elétrica e a importância de se preservar o meio ambiente e a obtenção do reconhecimento de empresa socialmente responsável e comprometida com o meio ambiente. (GRI EU7)

Conservação e eficiência

O Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras (CIEESE) foi responsável pela elaboração da nova política de Eficiência Energética publicada em dezembro de 2012 e tem como objetivo buscar soluções tecnológicas e promover a cooperação técnica em todo Sistema Eletrobras.

Ao longo de 2014, o Comitê tratou principalmente do portfólio de projetos por empresa, do acompanhamento de indicadores de eficiência e metas de consumo energético, das ações da Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE), do uso da tecnologia LED e da norma ISO 50.001. Em 2014, a Itaipu Binacional e a Eletrobras Eletronorte avançaram na implantação da ISO 50.001 por meio do CIEESE.

A implantação das Comissões Internas de Conservação de Energia (CICEs) é também um importante marco na cultura de gestão energética do Sistema Eletrobras. Essas comissões são responsáveis por elaborar e colocar em prática os planos de ação de eficiência energética em cada uma das empresas.

Com as diversas ações de conservação de energia, as empresas Eletrobras economizaram em 2014 cerca de 12,7 GWh, que proporcionalmente seria capaz de abastecer mais de 25 mil residências durante um ano²⁶. (GRI EN5)

Energia economizada* (GRI EN5)

		2014	2013
Conversão e modernização de equipamentos	GJ	31.759,9	81.914,1
	MWh	8.822,2	22.753,9
Mudanças no comportamento dos empregados	GJ	14.113,7	24.591,6
	MWh	3.920,5	7.698,2
Total	GJ	45.873,6	105.505,5
	MWh	12.742,7	29.584,9

Obs.: Não houve energia economizada devido a redesenho de processo.

* Em 2014, os dados não abrangem as empresas: Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Distribuição Piauí, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas.

Em 2013, os dados não abrangem as empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Roraima, CGTEE e Eletronuclear.

Em outubro de 2014, foi relançada pela Eletrobras Distribuição Acre a campanha de consumo consciente considerando as melhorias nas instalações elétricas da empresa. Como parte da campanha, foi elaborado material de publicidade e fixado em todos os interruptores das empresas, computadores e *mousepads*. A ação tem por objetivo lembrar os empregados da mudança de hábitos com vistas a redução do consumo. (GRI EN5)

²⁶ Com base no consumo médio de energia elétrica de 167 kWh/mês em 2014 para uma residência no Brasil. Portanto, o consumo médio anual foi de 2.004 kWh por residência X 12.742,7 MWh = 25.536 residências que poderiam ser abastecidas em um ano. Fonte: Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, ano VIII, nº 88, Janeiro de 2015, EPE (GRI 3.9).

A Eletrobras Distribuição Alagoas desenvolve o projeto Consumo Consciente para sensibilizar o público interno sobre o consumo racional de energia, água não potável, copos descartáveis e resmas de papel. Apesar de não ter reduzido o consumo anual de energia em comparação a 2013, a empresa pretende manter a campanha e reforçar a importância das mudanças de hábitos de seu público interno.

O projeto Consumo Consciente da Eletrobras Amazonas Energia divulga o comparativo mensal de consumo de todas as unidades da empresa para esclarecer e sensibilizar todos os empregados sobre a importância do uso eficiente de energia, buscando minimizar os impactos ambientais e financeiros causados pelo consumo impensado. A empresa propôs reduzir, no período de 2013 a 2015, 10% do consumo anual próprio de energia elétrica em relação a 2012. Em 2014 houve uma economia de energia elétrica em 10,4% em relação a 2013. Em relação à redução de combustíveis fósseis móveis (controle direto da empresa), a meta previa uma diminuição entre 1% e 3%, no período de 2013 a 2015, porém a empresa já obteve uma redução de 10,4% entre os anos de 2013 e 2014. (GRI EN5)

As equipes da UHE Tucuruí da Eletrobras Eletronorte foram treinadas nas primeiras etapas de implantação da norma ISO 50.001. Com a gestão corporativa de consumo e faturamento de energia elétrica na Eletrobras Eletronorte, houve uma redução de 3,5% no consumo de energia em relação ao ano de 2013, o que equivale a 284.676,8 kWh, considerando 50 unidades consumidoras de um total de 106. A otimização do uso da energia nas instalações do Centro de Tecnologia resultou em uma redução no consumo de aproximadamente 12,7%, equivalente a 167.718,0 kWh, no acumulado de 2014. Foram levantados os equipamentos que mais consomem energia e o horário de funcionamento. Com esses dados disponíveis criou-se uma rotina de procedimento do uso dos equipamentos e acompanhamentos. (GRI EN5)

As equipes da Itaipu Binacional também passaram pelo treinamento da ISO 50.001, quando foram iniciadas as primeiras atividades, como definições de fronteira, escopo e o planejamento energético. Houve uma economia de energia elétrica de 4.074,7 GJ (1.131,9 MWh) resultante da troca da iluminação das vias de acesso da usina (margens Brasileira e Paraguaia) por opções mais eficientes e também da reforma e **retrofit** nas instalações elétricas das edificações da Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu e Curitiba. (GRI EN5)

Em 2014, foram mantidas ações do programa de eficiência energética da Eletrobras Eletronuclear na sede no Rio de Janeiro (RJ) e em Angra dos Reis (RJ). Entre elas estão as campanhas de conscientização para os funcionários, levantamento do consumo nas vilas, aquisição e instalação de medidores para os prédios administrativos da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), troca das lâmpadas tubulares de 40W por 32W nos

prédios administrativos das vilas residenciais, instalação das lâmpadas LED e verificação da diferença de consumo do prédio da SC.O, instalação de sensores de presença em algumas instalações tanto na CNAAA quanto nas Vilas e implantação de Banco de Dados do Consumo (SMF). (GRI EN5)

A Eletrobras Chesf permanece investindo em Projetos de Melhorias em Eficiência Energética (PMEEs) e acumula anualmente os benefícios energéticos obtidos com suas ações. Foi registrado um acumulado, até 2014, de cerca de 1.150 projetos, dos quais mais de 100 já foram implantados e cujo investimento ultrapassa R\$ 9 milhões, equivalendo a um custo médio inferior a R\$ 55,00/MWh. (GRI EN5)

Em 2014, a Eletrobras CGTEE apresentou uma redução de 1,93% em relação ao ano-base de 2012 no consumo interno total de energia elétrica de suas unidades industriais (usinas termelétricas). No ano de 2014, o consumo interno de energia elétrica na área industrial foi de 350.703 MWh e a geração bruta total de energia elétrica foi de 2.462.938 MWh, resultando em 14,24% de consumo interno total. Em dezembro de 2014, a CGTEE iniciou tratativas com o Cepel para obter um diagnóstico energético das unidades em operação localizadas no Complexo Termelétrico de Candiota. Em 2014, a economia devido a redução no consumo próprio de energia foi de 6.914,18 MWh (1,93%), o que equivale a 24.871,25 GJ. (GRI EN5)

Energia indireta economizada

Entre as ações que permitiram a economia de energia indireta destacam-se a diminuição do número de viagens aéreas e a utilização de videoconferências como medida de redução de deslocamento na Eletrobras **holding**, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Itaipu Binacional, CGTEE, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia e Cepel. Em 2014, foi economizado por meio dessas medidas 19.388,7 GJ em relação a 2013. (GRI EN7)

Somente em 2014, a Eletrobras Eletronorte ampliou em 30% a utilização de reuniões à distância, reduzindo a energia indireta que seria utilizada em viagens. (GRI EN7, GRI EN18)

Como alternativa para reduzir o consumo de combustíveis fósseis, a Itaipu Binacional, a Eletrobras Eletronuclear e Furnas utilizam carros elétricos. A Itaipu Binacional, Eletrobras Furnas, Cepel e **holding** promovem a substituição de veículos a gasolina e diesel por veículos flex. A Eletrobras Distribuição Rondônia e Distribuição Roraima racionalizam o uso da frota de veículos, evitando viagens consecutivas para a mesma localidade. (GRI EN7, GRI EN18)



Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2014, a Eletrobras apresentou um prejuízo líquido de R\$ 3.031 milhões, comparado a um prejuízo de R\$ 6.187 milhões em 2013. Esse resultado ainda reflete as novas tarifas de geração e transmissão dos ativos cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 e foi decisivamente influenciado por diversos pontos positivos e negativos: [\(GRI 2.8\)](#)

Positivos

- Aumento de 50,9% na receita de suprimentos no segmento de geração.
- Queda de 16,8% nos custos com pessoal (15,7% quando incluídos os custos com pessoal da Celg-D, que incidem apenas sobre os custos de 2014).
- Reversão de provisões de contratos onerosos no montante de R\$ 1.800 milhões, relativas, principalmente, a reversão nos contratos de Jirau (R\$ 712 milhões) e Itaparica (R\$ 863 milhões).
- Reversão de provisão para ativo financeiro no valor de R\$ 792 milhões referentes aos investimentos feitos nos empreendimentos que tiveram as concessões renovadas, mais o estorno de despesas relativas a esses investimentos no valor de R\$ 408 milhões.
- Efeito positivo relacionado à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA no valor de R\$ 740 milhões.
- Reversão de provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 314 milhões (referentes, principalmente, às participações na Centrais Elétricas Matogrossenses CEMAT).

Negativos

- Energia comprada para revenda no montante de R\$ 9.913 milhões, o que representou um aumento de 79,7% (incluindo Celg-D, o montante é de R\$ 10.425 milhões e a variação de 89,0%).
- Provisão para contingências no valor de R\$ 3.656 milhões (que se deve, principalmente, à provisão de R\$ 2.235 milhões relativa aos empréstimos compulsórios).
- Baixa de crédito tributário no montante líquido de R\$ 1.701 milhões.
- Resultado líquido negativo das participações societárias de R\$ 1.217 milhões, refletindo resultados negativos das participações em **SPE**, com destaque para a **SPE** Madeira Energia S.A.

Receita Operacional

As receitas de geração apresentaram um aumento de 23,3%, passando de R\$ 17.240 milhões em 2013 para R\$ 21.256 milhões em 2014. Esse aumento foi influenciado, principalmente, pela venda de energia no mercado de curto prazo (CCEE), que passou de R\$ 2.396 milhões em 2013 para R\$ 3.818 milhões em 2014. O repasse da Itaipu Binacional passou de uma receita líquida de R\$ 68 milhões em 2013 para uma despesa líquida de R\$ 98 milhões em 2014, principalmente em função da atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos Commercial Price e Industrial Goods. A receita de construção apresentou uma queda de 67,4%, passando de R\$ 737 milhões em 2013 para R\$ 240 milhões em 2014, e tem valor equivalente contabilizado como custo de construção. [\(GRI 2.8, GRI EC1\)](#)

Em Transmissão, as receitas apresentaram um aumento de 4,4%, passando de R\$ 4.505 milhões em 2013 para R\$ 4.702 milhões em 2014 influenciadas, principalmente, pela entrada em operação de novos projetos e influenciada pelo efeito da consolidação. Em 2014, a receita de construção foi de R\$ 1.786 milhões, o que representa uma redução em 0,6% frente a 2013, e tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

Já no segmento de Distribuição, os números apresentaram um aumento de 52,0%, passando de R\$ 5.433 milhões em 2013 para R\$ 8.222 milhões em 2014, influenciadas pelo crescimento da receita de fornecimento. O fornecimento de energia apresentou aumento de 67,2%, passando de R\$ 4.419 milhões em 2013 para R\$ 7.349 milhões em 2014. A quantidade de energia vendida passou de 16,1 TWh em 2013 para 17,1 TWh em 2014 (excluindo a energia vendida da Celg-D). A receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção, apresentando uma redução de 13,8%, passando de R\$ 1.014 milhões em 2013 para R\$ 873 milhões em 2014.

Resultados

A receita operacional líquida manteve-se no mesmo patamar do ano anterior, apresentando uma leve redução de 0,9%. Tendo ocorrido um maior dispêndio com a energia comprada para revenda, que passou de R\$ 2.875 milhões em 2013 para R\$ 3.007 milhões em 2014, o Resultado Bruto reduziu e ficou em R\$ 191 milhões. (GRI 2.8)

Em relação às despesas operacionais, houve significativa redução de 19,7% das provisões operacionais, que passaram de R\$ 4.912 milhões em 2013 para R\$ 3.944 milhões em 2014. Dentre os principais itens, destacam-se:

- Provisão para contingências no valor de R\$ 3.390 milhões relativos aos empréstimos compulsórios.
- Passivo a descoberto nas controladas, que passou de R\$ 2.742 milhões em 2013 para R\$ 832 milhões em 2014, uma variação de 71%.
- Reversão no valor de R\$ 411 milhões relativos aos investimentos da Companhia nas empresas CEMAT e EMAE. Consequentemente, o Resultado Operacional da Eletrobras antes do Resultado Financeiro passou de um prejuízo de R\$ 6.204 milhões em 2013 para um prejuízo de R\$ 5.182 milhões em 2014, uma melhora de aproximadamente 16%.

Em 2014, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em cerca de R\$ 2.436 milhões frente aos R\$ 2.118 de 2013. Essa variação é explicada, fundamentalmente, pela variação do dólar norte-americano e pelo aumento da receita com juros, comissões e taxas e receita de aplicações financeiras.

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas empresas investidas impactou de forma negativa o resultado da Companhia em R\$ 43 milhões em 2014, decorrente da avaliação dos investimentos societários. Tal valor representou uma variação de 94,5% em relação ao montante negativo de R\$ 788 milhões registrado em 2013, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas:

VALOR ADICIONAL DISTRIBUÍDO (GRI 2.8, GRI EC1)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADA	
	2014	2013	2014	2013
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.907.125	2.970.726	35.626.308	28.186.399
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(458.623)	(488.074)	(9.580.553)	(10.454.785)
Encargos setoriais	-	-	(1.005.014)	(870.490)
Energia comprada para revenda	(3.007.183)	(2.875.951)	(10.424.699)	(5.515.206)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(1.479.633)	(1.492.368)
Provisões/Reversões operacionais	(3.943.609)	(4.912.114)	(1.861.707)	(3.258.205)
Subtotal	(7.409.415)	(8.276.139)	(24.351.606)	(21.591.054)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO				
	(4.502.290)	(5.305.413)	11.274.702	6.595.345
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(6.271)	(6.547)	(1.777.296)	(1.512.330)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE				
	(4.508.561)	(5.311.960)	9.497.406	5.083.015
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	(49.267)	(787.881)	(1.216.840)	177.768
Receitas financeiras	4.125.664	3.799.447	5.205.754	3.712.311
Subtotal	4.076.397	3.011.566	3.988.914	3.890.079
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
	(432.164)	(2.300.394)	13.486.320	8.973.094
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Pessoal, encargos e honorários	349.395	444.239	5.353.573	6.404.531
Plano de aposentadoria e pensão	34.423	38.188	255.747	245.623
Subtotal	383.818	482.427	5.609.320	6.650.154
TRIBUTOS				
Impostos, taxas e contribuições	327.240	1.443.609	6.076.958	4.846.943
Subtotal	327.240	1.443.609	6.076.958	4.846.943
TERCEIROS				
Encargos financeiros e aluguéis	1.689.613	1.681.679	4.511.129	3.335.626
Doações e contribuições	198.220	278.839	251.415	332.031
Subtotal	1.887.833	1.960.518	4.762.544	3.667.657
ACIONISTAS				
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	433.962	-	433.962
Participação de acionistas não controladores	-	-	68.553	(4.712)
Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(3.031.055)	(6.620.910)	(3.031.055)	(6.620.910)
Subtotal	(3.031.055)	(6.186.948)	(2.962.502)	(6.191.660)
TOTAL	(432.164)	(2.300.394)	13.486.320	8.973.094

Expansão e investimentos

Durante o ano de 2014, a Eletrobras investiu R\$ 11,4 bilhões, superando a marca de R\$ 11,2 bilhões de 2013, o que corresponde à realização de 78% do orçamento de investimento aprovado para o ano. Destaque para o segmento de geração com investimento total de R\$ 6,3 bilhões, representando cerca de 55% do total investido em 2014.

Com relação aos investimentos corporativos, destacam-se aqueles destinados à implantação da Usina Termonuclear Angra III – R\$ 1,8 bilhão. Quanto aos investimentos em parcerias, por meio de SPE, destacam-se os investimentos com a implantação da UHE Jirau (R\$ 0,6 bilhão), da UHE Belo Monte (R\$ 0,7 bilhão), da UHE Santo Antônio (R\$ 1,1 bilhão) e da UHE Teles Pires (R\$ 0,4 bilhão). (GRI 1.2)

Natureza dos Investimentos	Realizado (R\$ milhões)				
	Orçado 2014	Realização em 2014	2014	2013	2012
Geração	7.896	80%	6.278	6.435	5.263
Expansão Corporativa	3.078	71%	2.183	2.767	1.771
Expansão SPE	4.154	89%	3.701	3.241	2.980
Manutenção	664	59%	394	427	512
Transmissão	5.096	79%	4.026	3.446	2.985
Expansão Corporativa	2.771	76%	2.111	2.229	1.639
Expansão SPE	1.642	88%	1.437	745	945
Manutenção	683	70%	478	472	401
Distribuição	974	75%	728	928	1056
Expansão Corporativa	749	77%	577	723	837
Manutenção	225	67%	151	205	219
Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade Ambiental)	722	51%	370	402	546
Total	14.688	78%	11.402	11.211	9.850

Os investimentos realizados pela Celg-D, em 2014, de cerca de R\$ 257 milhões, não foram considerados na tabela.

Para o ano de 2015, o orçamento de investimento aprovado é de R\$ 14,2 bilhões, conforme aprovado por Decreto Nº 8.383 de 29 de dezembro de 2014. A destinação dos recursos, por segmento de negócio, ainda depende de sanção presidencial.

Conformidade

Como sociedade de economia mista, a Eletrobras procura atender ao grau máximo de governança corporativa observando a legalidade estrita e a transparência nos seus atos. A Eletrobras possui e aplica seu Código de Ética e todas as áreas da empresa passam por auditorias internas, que verificam a adequação e regularidade de seus procedimentos internos e dos seus contratos com fornecedores e clientes.

Em 2014, nenhuma empresa apresentou ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio²⁷. (GRI SO7)

A Eletrobras Eletronorte recebeu uma sanção não monetária em 2014 com base em um mandado de segurança contra a **Aneel** para anular ato administrativo que excluiu a empresa de um Leilão de Transmissão. Existem processos²⁸ administrativos tributários decorrentes de compensação de crédito pago indevidamente, porém sem qualquer sanção ou imposição pecuniária de ordem tributária²⁹. (GRI SO8)

Nesse mesmo período, a Eletrobras recebeu apenas uma multa significativa³⁰ referente a não conformidades com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços. A multa foi recebida e paga pela Eletrobras Chesf e se refere a um processo de não conformidade com o fornecimento de energia elétrica ocorrido em 2011. O valor total foi de R\$ 36.780.437,87³¹. (GRI PR9)

As empresas Eletrobras possuem política de segurança da informação abrangente, cujo objetivo é proteger a informação custodiada, gerada, adquirida, processada, transmitida, armazenada e descartada por qualquer ativo, de diversos tipos de ameaça, garantindo a continuidade, a integridade, a confiabilidade e a disponibilidade de informações inerentes a suas atividades. Em 2014, não houve reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes. (GRI PR8)

Em 2014, as empresas Eletrobras não sofreram ações judiciais que envolvam multas significativas de cunho ambiental. (GRI EN28)

²⁷ Os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Alagoas. O indicador não é aplicável à Eletrobras Eletronuclear, Eletropar e Itaipu Binacional.

²⁸ A Eletrobras considera como multa significativa aquelas com valor superior a 1% da Receita Operacional Líquida (ROL) de cada empresa.

²⁹ Os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Cepel, Furnas e Itaipu Binacional.

³⁰ A Eletrobras considera como multa significativa aquelas com valor superior a 1% da Receita Operacional Líquida (ROL) de cada empresa.

³¹ Os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Cepel, Distribuição Alagoas, e Itaipu Binacional.



Desempenho Social

PACTOGLOBAL



Promovendo diálogo e boas práticas

Um dos grandes desafios das empresas tem sido se reinventar e pensar em como crescer e se desenvolver de maneira sustentável para o negócio, a sociedade e o meio ambiente. Por isso, hoje, o termo sustentabilidade é muito mais amplo e implica longevidade, mudança da cultura empresarial com resiliência e superação e capacidade de se transformar para sobreviver e evoluir em conjunto com todos os **stakeholders**.

Todos os planos e práticas da Eletrobras são pensados com base em três pilares: social, ambiental e econômico. A empresa procura desenvolver modelos de negócio com base no relacionamento constante e próximo com os **stakeholders**, promovendo diálogos com a sociedade e cumprindo todos os requisitos legais.

Perfil e número de profissionais

No centro de todas as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável estão as relações que as empresas Eletrobras mantêm com as pessoas. Seu principal ativo é o corpo funcional, maior responsável pela geração de resultados e o sucesso que mantém com os clientes, fornecedores, parceiros e outros públicos de interesse. A especialização, a qualidade de vida e a produtividade são condições extremamente incentivadas na relação com os empregados.

Ao final de 2014, o quadro efetivo de empregados das empresas Eletrobras totalizava 23.592 pessoas, um decréscimo de 2% em relação a 2013, por influência do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). Desde o início do processo, foram realizados 4.778 desligamentos pelo Plano, uma das ações estabelecidas pela empresa em seu Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2013-2017). Os demais estão programados para ocorrer ao longo de 2015. Na Eletrobras Eletronuclear o processo tem término previsto para 2015.

Quadro efetivo e Mão de Obra Contratada (MOC) por empresa e por gênero* (GRI LA1)

Ano	Categoria	Gênero	Número		Porcentagem	
			Quantidade	Total	Quantidade	Porcentagem
2014	Quadro efetivo	Feminino	4.457	18,9%	23.592	100%
		Masculino	19.135	81,1%		
		Total				
	MOC	Feminino	785	21,2%	3.711	100%
		Masculino	2.926	78,8%		
		Total				
2013	Quadro efetivo	Feminino	4.559	19,0%	23.969	100%
		Masculino	19.410	81,0%		
		Total				
	MOC	Feminino	862	18,8%	4.521	100%
		Masculino	3.714	81,2%		
		Total				

* Em 2013, o cálculo do percentual por gênero para a categoria "MOC" não abrange as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Alagoas e Distribuição Piauí. Em 2014, os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

As empresas em números

- **81%** dos empregados efetivos são do sexo masculino e **12%** do sexo feminino.
- **20,3%** estão na região Norte, **29,9%** na região Nordeste, **7,6%** no Centro-Oeste, **27,7%** no Sudeste e **14,4%** na região Sul.
- **87,2%** dos profissionais trabalham em período integral, **12,6%** durante seis horas por dia e **0,3%** tem turnos de quatro horas por dia.

(GRI 2.8, GRI LA1)

Composição por categoria funcional³²

- Cargos gerenciais: **1,7%** são mulheres e **7,0%** homens
- Cargos com nível superior: **8,3%** mulheres e **22,5%** homens
- Cargo sem nível superior: **9,4%** mulheres e **51,1%** homens

Composição por faixa etária

- **6,0%** dos empregados do quadro próprio são menores de 30 anos: **1,3%** de mulheres e **4,7%** de homens
- **54,0%** estão entre 30 e 50 anos: **10,9%** de mulheres e **43,1%** de homens
- **40%** são maiores de 50 anos: **7,2%** de mulheres e **32,8%** de homens

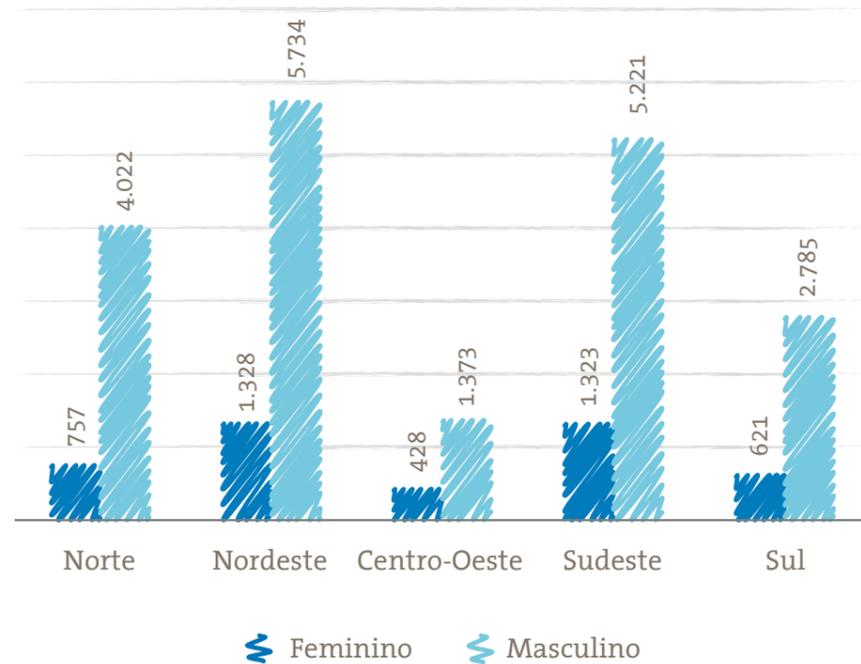
Composição por minorias

- 322 portadores de deficiência: 75 mulheres e 247 homens
- 7.784 maiores de 50 anos: 1.395 mulheres e 6.389 homens
- 6.728 negros, pardos, índios ou amarelos: 1.090 mulheres e 5.638 homens.

(GRI LA13)

³² Os dados dos itens "Composição por categoria funcional", "Composição por faixa etária" e "Composição por minorias" não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia e Distribuição Roraima.

Quadro efetivo por região e por gênero (GRI LA1)



Empregados do quadro efetivo por empresa, por gênero e por período de trabalho (GRI LA1)

	Período integral			Meio período				Quadro efetivo total	
	8 horas			6 horas		4 horas			
	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
Empresas Eletrobras	4.162	16.404	20.566	263	2.702	31	30	3.026	23.592

* Os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

Taxa de rotatividade³³

Em 2014, do total de 16.305 empregados, 653 se desligaram e 453 novos foram admitidos. Com isso, a taxa de admissão foi de 2,8% (um aumento em relação ao ano anterior), enquanto a de rotatividade foi de 4,0%, com uma baixa em todas as faixas etárias e regiões, visto que o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) teve seu auge no ano de 2013.

³³ A taxa de rotatividade é calculada por meio da divisão do número de pessoas que saíram da empresa pelo número de pessoas que continuam na empresa

Total de admissões, taxa de admissão e rotatividade por gênero* (GRI LA2)

	Total de admissão	Taxa de admissão	Total de empregados que deixaram o emprego	Taxa de rotatividade
Feminino	74	2,2%	146	4,4%
Masculino	379	2,9%	507	3,9%
Total	453	2,8%	653	4,0%

* Os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Cepel e Furnas.

Total de admissões, taxa de admissão e rotatividade por faixa etária* (GRI LA2)

	Empregados que deixaram o emprego			Novas admissões			Taxa de rotatividade			Taxa de admissão		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
18 a 25 anos	8	17	30	84	104	80	3,70%	5,40%	6,30%	38,70%	32,90%	16,80%
26 a 30 anos	34	59	94	123	104	170	3,10%	4,30%	4,40%	11,30%	7,50%	8,00%
31 a 40 anos	47	62	84	118	110	211	1,00%	1,50%	1,40%	2,50%	2,60%	3,40%
41 a 50 anos	19	97	37	35	28	58	0,60%	2,70%	0,60%	1,00%	0,80%	0,90%
51 a 60 anos	300	1.567	471	48	18	56	5,60%	33,50%	4,90%	0,90%	0,40%	0,60%
> 60 anos	245	949	198	45	7	34	15,80%	89,40%	8,50%	2,90%	0,70%	1,50%
Total	653	2.751	914	453	371	609	4,00%	18,00%	3,40%	2,80%	2,40%	2,30%

* Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Cepel e Furnas. Em 2013, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras CGTEE, Eletropar, Eletronorte, Eletrosul e Furnas. Em 2012, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre e Distribuição Alagoas.

Total e taxa de admissão e rotatividade, por região* (GRI LA2)

	Número de empregados			Empregados que deixaram o emprego			Novas admissões			Taxa de rotatividade			Taxa de admissão		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Norte	263	3.437	5.165	15	330	76	7	8	189	5,7%	9,6%	1,5%	2,7%	0,2%	4%
Nordeste	5.845	6.652	7.575	89	1.950	80	225	223	61	1,5%	29,3%	1,1%	3,8%	3,4%	0,8%
Centro-Oeste	3.355	N/R	2.337	43	N/R	76	4	N/R	6	1,3%	N/R	3,0%	0,1%	N/R	0,3%
Sudeste	3.234	3.773	8.034	381	397	511	83	47	235	11,8%	10,5%	6,0%	2,6%	1,2%	3%
Sul	3.608	1.438	3.741	125	74	171	134	93	118	3,5%	5,1%	5,0%	3,7%	6,5%	3%
Total	16.305	15.300	26.852	653	2.751	914	453	371	420	4,0%	18,0%	3,0%	2,8%	2,4%	2,0%

* Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Cepel e Furnas. Em 2013, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras CGTEE, Eletropar, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional. Em 2012, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre e Distribuição Alagoas. N/R: Não Relatou.

Saúde e segurança de empregados, terceirizados

As condições de trabalho e bem-estar dos empregados fazem parte da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras e são respeitadas por meio da Política Corporativa de Saúde e Segurança Ocupacional. Seguindo as diretrizes corporativas, as empresas gerenciam dados, identificam oportunidades de melhoria e instituem procedimentos formais, sempre em conformidade com os requisitos legais, em busca da melhoria contínua da gestão e da redução de acidentes.

- As empresas Eletrobras exigem treinamento da empresa de segurança contratada, bem como sua comprovação.
- Distribuidoras e Cepel: treinamentos formação da CIPA (NR5), trabalho em espaços confinados (NR33), eletricidade (NR10), trabalho em altura (NR35).
- A Eletrobras **holding** fornece equipamentos de segurança padronizados na empresa para todos os empregados que estão de alguma forma expostos a riscos ocupacionais.
- Treinamentos em saúde e segurança do trabalho são previstos no Plano Anual de Educação Corporativa e realizados para atender a requisitos legais.
- As Distribuidoras Acre, Alagoas, Piauí e Rondônia oferecem treinamentos em Procedimentos Operacionais Padrões (POPs).

(GRI EU16)

Plano de Atendimento às Situações de Emergência (PASE)

O PASE tem a finalidade de aprimorar os procedimentos atuais e estabelecer um padrão de atendimento pré-hospitalar em situações de emergência e também um plano de ação para capacitação e aperfeiçoamento dos empregados para atendimento de primeiros socorros na Eletrobras Eletrosul. Para tanto, estão sendo desenvolvidos estudos e trabalhos voltados ao estabelecimento de protocolos de resgate e orientação em circunstâncias de emergência. (GRI EU16, GRI EU21)

Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Em 2013, a Eletrobras Eletrosul firmou sua adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, junto ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa

Catarina (TRT-SC). O Programa Trabalho Seguro, coordenado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tem como proposta central o desenvolvimento de ações permanentes voltadas à saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST). (GRI EU16)

Formação de brigadistas

A Eletrobras Furnas possui instalações específicas para treinamentos em suas diversas áreas, inclusive um Centro de Treinamento para Combate a Emergências e para formação de brigadistas, na Usina Hidrelétrica de São José da Barra (MG), que atende aos empregados e contratados de mão de obra direta, e também organizações externas como corporações do corpo de bombeiros, escolas etc. (GRI EU16, GRI EU21)

REPRESENTATIVIDADE NOS COMITÊS DE SAÚDE E SEGURANÇA³⁴

100% dos empregados das empresas Eletrobras são representados por comitês formais de saúde e segurança: ao todo são 143 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) e 43 comitês formais de saúde e segurança (com base na Norma Regulamentadora NR-10). (GRI LA6)

Assuntos relacionados a saúde e segurança dos empregados também estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) firmado entre as empresas Eletrobras e o Sindicato dos Trabalhadores. Seus itens são negociados e alterados anualmente (caso necessário), garantindo assim o atendimento dos direitos dos trabalhadores relativos aos aspectos de saúde, qualidade de vida e segurança do trabalho. Entre os temas abrangidos estão o cumprimento da NR-9 e da NR-10, a estruturação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (Sesmt), a distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), Plano de Proteção e Recuperação da Saúde (PPRS), Política de Investigação de Doenças Ocupacionais, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (Pcmsc). (GRI LA9)

Prevenção

A Eletrobras investe continuamente em programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para seus empregados, familiares e comunidades, especialmente quando as atividades ocupacionais envolvem alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais específicas. Entre as principais iniciativas estão:

- SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho)
- Cursos sobre Promoção da Saúde e de Prevenção de Doenças
- Prevenção e Tratamento da Dependência Química (tabagismo, álcool e outras drogas)
- Programa de Educação Financeira
- Plano de Atendimento às Situações de Emergência (PASE)
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)
- Programa Terceira de Primeira (3D1), que desenvolve ações que assegurem o respeito e a proteção ao direito à saúde, a integridade dos empregados das empresas contratadas e dos prestadores de serviços
- Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Álcool e Outras Drogas (PRAD)
- Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD)
- Programa de Acompanhamento aos Empregados Afastados
- Programa do Viajante (sob a gestão da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida)
- Campanhas de vacinação

(GRI LA8)

³⁴ Em 2014, os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Roraima.

Lesões e doenças ocupacionais

Em 2014, as empresas Eletrobras relataram 190 lesões (com e sem afastamento), um pequeno aumento em relação à 2013, quando foram relatadas 160 ocorrências. Apesar disso, e devido a maior abrangência do relato, houve uma queda na taxa de lesões: de 0,97 em 2013 para 0,40 em 2014. Nesse mesmo período também foram registrados oito casos de doenças ocupacionais e nenhum óbito. Já a quantidade de dias perdidos diminuiu cerca de 19%³⁵ em relação à 2013. (GRI LA7)

Desenvolvimento profissional

As empresas Eletrobras possuem três processos específicos para avaliar o conhecimento necessário à mão de obra: o mapeamento dos conhecimentos críticos requeridos pelos objetivos estratégicos da empresa, o Sistema de Gestão de Desempenho, que identifica as carências e necessidades futuras de competências (conhecimento, habilidades e atitude) e o levantamento de necessidades de treinamentos. Esse levantamento é utilizado como insumo para a construção do Plano Anual de Educação Corporativa (PAEC).

Algumas empresas possuem parceria com o SENAI, que oferece cursos específicos como NR-10 Básico, NR-10 Complementar, NR-10 Reciclagem Integrada, Operador de Empilhadeira, Formação de Operador de Guindaste, Formação de Operador de Guindauto.

De acordo com os crescentes desafios do mercado e com foco na geração de valor para a empresa e seus empregados, o departamento de desenvolvimento de pessoas investiu, no ano de 2014, R\$ 8.143.915,40 em educação e treinamento. (GRI EU14)

Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras – Unise

Por conta da grande dispersão geográfica das empresas Eletrobras e buscando a otimização de recursos, em 2014 a Unise deu início a uma estratégia de polos de atendimento, disponibilizando suas ações educacionais nos polos Florianópolis, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Manaus. Atendendo às necessidades identificadas, foram realizados diversos programas de treinamento, como a Formação de Auditores, Governança Corporativa para Conselheiros de Administração e **SPE**, Curso Investimento Social Privado, MBA Gestão e Liderança, MBA Gestão de Negócios do Setor Elétrico, Programa APG Amana-Key, Curso de Regulação de Energia, Metrologia, Sistema de Gestão de Laboratórios, Programa de Formação em Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Cabe destacar que o Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas da Eletrobras, que serve de base e diretriz para construção e elaboração das ações de educação, prevê um tema específico de “Valorização da diversidade e promoção da equidade de gênero”. Dessa forma, foi definido que a Unise e as unidades de educação corporativa devem:

- Promover valorização da diversidade e equidade de gênero por meio dos programas educacionais.
- Prover soluções para garantir a acessibilidade das ações educacionais às pessoas com deficiência.
- Utilizar linguagem visual e escrita inclusiva e não sexista em todos os programas e ações educacionais.

(GRI EU14)

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

O programa Ciência Sem Fronteiras, iniciado em 2012, prevê a utilização de até 101 mil bolsas de estudo em quatro anos para promover o intercâmbio e manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. O programa é resultado do esforço conjunto entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O apoio da Eletrobras ao Programa se deu por meio de Instrumento Particular assinado com o CAPES e o CNPq, com investimento no total de R\$ 150.721.545,52. (GRI EU14)

Remuneração e Benefícios

A política de salários da Eletrobras leva em consideração a matriz salarial de cada cargo, definida no Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Em caso de alterações provenientes de ações coletivas, a matriz salarial é reajustada de acordo com os índices definidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Os salários mais baixos praticados na empresa, tanto do sexo masculino quanto do feminino, obedecem a tabela salarial de admissão e as diferenças salariais ocorrem ao longo da carreira, devido à aplicação da promoção horizontal ou vertical. (GRI LA14)

Em 2014, o menor salário masculino e o menor salário feminino foram de R\$ 1.196,70, um aumento de 8% em relação ao ano anterior. A política salarial da Eletrobras considera a equidade entre os gêneros e nenhum salário é baseado nas regras do salário mínimo nacional. (GRI EC5)

³⁵ Os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

Proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local* (GRI EC5)

	2014		2013		2012	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Proporção do menor salário praticado pela empresa em relação ao salário mínimo local (%)		165,3%		163,3%		165,9%

*A Eletrobras considera o salário mínimo nacional como o salário mínimo local. Os números são referentes à 31/12 de cada ano ciclo de seu Relatório Anual e de Sustentabilidade. Em 2014, os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Roraima.

Média e proporção do salário-base, por gênero e categoria funcional* (GRI LA14)

	Cargos gerenciais			Cargos com exigência de nível superior			Cargos sem exigência de nível superior**		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Feminino (R\$)	14.436	12.982	11.922	8.034	7.249	7.248	3.974	3.974	4.407
Masculino (R\$)	15.377	14.140	13.135	9.133	8.374	8.243	3.913	3.913	4.627
Proporção ³⁶	93,9%	92,0%	91,0%	88,0%	87,0%	88,0%	101,5%	101,5%	95,0%

* Em 2014 os dados não abrangem as seguintes empresas Eletrobras Distribuição Alagoas e Distribuição Roraima.

**Em 2013 os dados de cargos sem nível exigência de nível superior não abrangem a Eletrobras Eletropar.

Em 2012, os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Rondônia.

As empresas Eletrobras oferecem diversos benefícios³⁷ para seus empregados próprios³⁸, independentemente se o contrato é de meio período ou integral³⁹:

- Assistência médica
- Assistência odontológica
- Auxílio creche
- Auxílio funeral
- Auxílio por filho especial
- Cobertura para incapacidade/invalidez
- Convênios com academias
- Fundos de aposentadoria
- Licença maternidade
- Licença paternidade
- Remuneração variável
- Seguro de vida em grupo
- Vale-alimentação
- Vale-refeição
- Vale-transporte
- Auxílio para Ensino Fundamental, Ensino Médio e graduação
- Cursos de pós-graduação em diversas áreas
- Programas de mestrado, doutorado e especialização,
- Cursos de idioma estrangeiro

36 A proporção é calculada dividindo-se o salário feminino pelo salário masculino.

37 Os estagiários recebem como benefícios o Auxílio Alimentação, o Vale Transporte e o Seguro de Acidentes Pessoais.

38 Na Eletrobras holding, as licitações incluem a obrigatoriedade de a empresa prestadora oferecer Auxílio Alimentação, Vale Transporte e Plano de Assistência Médica para os prestadores de serviços.

39 Os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

- Participação em eventos para compartilhamento de boas práticas
- Programas de capacitação.

(GRI LA3)

Licença maternidade e paternidade

Dos 480 empregados, entre homens e mulheres, que tiveram direito e gozaram de licença maternidade ou paternidade em 2014, 455 retornaram e 25 (sendo 24 mulheres e 1 homem) retornarão em 2015.

Empregados que retornaram ao trabalho após licença maternidade / paternidade (GRI LA15)

	2014**	%	2013*	%	2012	%
Feminino	129	84,30%	173	84%	150	81%
Masculino	326	99,70%	464	100%	430	100%

* Para este cálculo não foram incluídas 38 empregadas que saíram de licença em 2013 e retornariam somente em 2014.

**Em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, CGTEE, Eletronorte e Eletronuclear.

Liberdade de associação e negociação

A liberdade sindical é direito de todos os trabalhadores. Dessa forma, o Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2015 das empresas Eletrobras institui que as entidades sindicais se comprometem a realizar reuniões para acompanhamento dos acordos. Esses encontros

acontecem a cada três meses ou sempre que for solicitado por uma das partes e funciona como um canal aberto e contínuo de comunicação. 100% dos empregados das empresas Eletrobras estão abrangidos por acordos de negociação coletiva⁴⁰. (GRI LA4)

Treinamento e desenvolvimento

Em 2014, as empresas Eletrobras contabilizaram uma média de 53,24 horas de treinamento, um aumento de 27% em relação ao ano anterior. (GRI LA10)

40 O dado abrange todas as empresas Eletrobras.

Número médio de horas de treinamento total por categoria funcional e gênero* (GRI LA10)

	Gênero	2014		2013	
		Média por gênero e cargo	Média do cargo	Média por gênero e cargo	Média do cargo
Cargos gerenciais	Feminino	68,6	61,4	77,1	74,2
	Masculino	59,3		73,4	
Cargos com nível superior	Feminino	52,7	52,9	48,9	49,3
	Masculino	52,9		49,5	
Cargos sem nível superior	Feminino	45,4	51,5	31,7	35,0
	Masculino	52,7		35,6	

* Os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

Número médio de horas de treinamento por gênero* (GRI LA10)

	2014	2013
Feminino	52,0	42,1
Masculino	53,6	41,9

* Os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

Análise de desempenho

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) é um modelo integrado e contínuo, baseado na avaliação de competências profissionais e de metas alinhadas à estratégia da empresa. Nesse sentido e por ser anual, o processo de avaliação é uma oportunidade de contribuir diretamente para alavancar os resultados empresariais e promover o desenvolvimento / crescimento na carreira dos empregados e, conseqüentemente, o crescimento organizacional. Em 2014, as avaliações de desempenho e os Planos de Desenvolvimento Individuais referentes ao 2º Ciclo do Sistema de Gestão do Desempenho (SGD) foram concluídos em fevereiro e março, respectivamente, e, em maio, foi iniciado o 3º ciclo. No período do relato, a meta era que entre 90% e 95% dos empregados concluíssem o processo de avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira. Atingimos o percentual de 96,5%, sendo 96,6% do sexo masculino e 96,4% do sexo feminino⁴¹. Para 2015, está mantida a meta de atingir entre 90% e 95%. (GRI LA12)

⁴¹ Os dados não abrangem as empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Chesf, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Eletronuclear, Eletropar, Furnas e Itaipu Binacional.

GESTÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL

O 2º Plano de Ação Empresarial, referente à 3ª Pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2013, foi elaborado em 2014 com a participação de empregados e gerentes, envolvendo várias unidades organizacionais da empresa. O plano foi apresentado para a Diretoria Executiva no final de 2014 e aguarda a aprovação para o início de 2015.

Clientes

As empresas Eletrobras buscam aperfeiçoar e implantar melhorias na gestão de relacionamento com clientes das empresas de Geração, Transmissão e Distribuição, com o objetivo de atender, cada vez mais, as necessidades e expectativas desses públicos. Neste sentido, em 2014 foi implantado um modelo único de pesquisa de satisfação de clientes, permitindo a troca de experiências na gestão de relacionamento e fortalecendo a busca constante pela melhoria dos serviços prestados por cada empresa. No caso das empresas de Distribuição o foco foi na transparência, acessibilidade e no aprimoramento da fatura como um instrumento de promoção de cidadania.

Responsabilidade sobre o produto

As empresas Eletrobras prezam pela transparência e acessibilidade à informação sobre seus serviços. Assim, em um modelo padronizado de fatura de energia, as distribuidoras informam seus clientes de maneira detalhada dados de consumo, tarifas com base na faixa de consumo e data de leitura (atual, anterior e futura), impostos, tributos, nível de tensão, tipo de ligação, medidor, indicadores de qualidade do fornecimento – como **DEC** (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e **FEC** (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) –, meios de contato, entre outros.

As empresas Eletrobras continuam evoluindo no aprimoramento do modelo da fatura de energia, que a partir de uma nova forma gráfica, traz no seu verso informações e imagens esclarecedoras sobre a forma e uso seguro da energia pela população. Informações complementares consideradas importantes são inseridas em 100% das faturas enviadas aos clientes. São divulgadas informações sobre os

riscos da energia elétrica, sobre o furto de energia e suas implicações legais, a tarifa social de baixa renda, informações regulatórias, direitos dos clientes sobre a apuração dos indicadores, no que concerne a duração e frequência das interrupções do fornecimento de energia elétrica, além de informações sobre a possibilidade de pagamento das faturas de energia por meio de débito automático, locais de pagamentos, bandeiras tarifárias, além de informativos de débitos pendentes e as opções de pagamento da fatura.



Os usuários possuem ainda outros canais para obter informações sobre a energia elétrica, entre eles os postos de atendimento das Distribuidoras e os sites das empresas. As empresas utilizam seus websites para colocar à disposição do cliente uma agência eletrônica com diversos serviços, tais como: impressão e solicitação de segunda via, consulta de débitos, informações relacionadas ao uso adequado do serviço, informações sobre direitos e deveres, combate às fraudes, incentivo à adimplência, uso racional de energia – combate ao desperdício e em relação à segurança no uso do serviço. (GRI EU24)

A Eletrobras também busca, por meio de projetos educativos e de promoção da cidadania, se aproximar das comunidades de baixa renda para difundir conhecimento sobre o uso adequado de energia, riscos e perigos da rede elétrica e dos direitos e deveres dos consumidores. (GRI PR3)

Projeto Eletrobras Amazonas Energia e comunidade terra nova: estamos ligados!

O projeto aproxima a empresa dos moradores do bairro Terra Nova, com a apresentação do assunto “perdas de energia” e seus impactos. Além da apresentação das ações em andamento para combater as perdas, são exploradas as oportunidades que estas ações apresentam, tais como palestras sobre a Tarifa Social e filmes ilustrativos sobre dicas de economia de energia, apresentações teatrais, demonstrativo do

simulador do consumo de energia, distribuição de pôsteres sobre segurança na rede elétrica e eficiência energética. O principal objetivo é minimizar as perdas, além de melhorar o relacionamento com a comunidade. São 2.500 beneficiários (alunos de escolas públicas e moradores do bairro de Terra Nova) e o valor investido é de R\$ 16 mil (valor referente às ações sociais).

Além disso, as empresas disponibilizam cartilhas com dicas de segurança, em linguagem bem acessível, sobre segurança na rede elétrica, serviços comerciais e dicas para uso eficiente de energia. Para facilitar o acesso, as Empresas de Distribuição disponibilizam um portal de acessibilidade contendo o Chat Offline para atendimento ao deficiente auditivo e de fala, adequado aos princípios internacionais de acessibilidade estabelecidos pelo Web Accessibility Initiative (WAI). (GRI EU24)

Luz do Saber

O Projeto Educacional Luz do Saber busca capacitar os profissionais da educação, diretores, professores e orientadores das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio como multiplicadores, para desenvolver comportamentos que levem ao combate do desperdício, ao uso seguro da energia elétrica e que elucidem direitos e deveres aos alunos e suas famílias.

O Projeto Luz do Saber visita escolas públicas espalhadas entre as cidades de Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco,

Delmiro Gouveia, Maceió, Marechal Deodoro, Paripueira, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Satuba e Santa Luzia do Norte (AL). Os resultados até dezembro de 2014 foram:

- Cerca de 27 mil alunos atendidos
- 784 educadores capacitados na metodologia Procel nas Escolas
- 122 escolas participantes
- R\$ 1.235.000 investidos
- Duração de 24 meses
- Aproximadamente 1.300 professores e 206 escolas beneficiadas no total.

(GRI EU24)

Inclusão social na Eletrobras Distribuição Rondônia

A Eletrobras Distribuição Rondônia também disponibilizou em seu site (www.eletobrasrondonia.com) vídeos sobre o uso consciente de energia elétrica na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e desenvolveu um material específico para deficientes auditivos, dando oportunidade também aos demais públicos de conhecer um pouco mais sobre essa linguagem.

A ação faz parte dos cuidados com a inclusão social incorporada pela empresa, que tem como prática adaptar materiais audiovisuais, com o objetivo de produzir mudanças de atitude na vida das pessoas. Com esse material, a empresa participou da I Mostra Cultural Bilíngue, organizada pela Comunidade Surda de Porto Velho, em Rondônia. (GRI EU 24)

Desligamentos residenciais

Para melhoria no índice de suspensões do serviço de energia elétrica, as empresas Eletrobras do segmento de distribuição atuaram no contato com os clientes para averiguar as causas das dívidas, na tentativa de saná-las.

A tabela demonstra um comparativo entre a quantidade de unidades consumidoras e o tempo para o religamento da energia elétrica, no período entre o desligamento e pagamento das contas em atraso.

Número de unidades consumidoras X Tempo entre o corte e a religamento da energia elétrica (GRI EU27)

	2014	2013	2012	2011
Menor que 48 horas	131.274	115.808	86.414	113.264
Entre 48 horas e uma semana	41.812	47.529	35.337	36.120
Entre uma semana e um mês	57.712	77.218	49.529	57.544
Entre um mês e um ano	57.712	237.458	151.660	293.264
Acima de um ano	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	288.510	478.013	322.940	500.192

N/A: Não Aplicável.

As empresas Eletrobras também consolidam as informações sobre o tempo de religamento após o pagamento do parcelamento da dívida.

Número de unidades consumidoras X Tempo entre o pagamento do parcelamento e a religação da energia elétrica (GRI EU27)

	2014	2013	2012	2011
Menos de 24 horas	8.063	19.324	18.008	36.557
Entre 24 horas e 48 horas	5.045	5.281	2.905	2.179
De 49 horas a 72 horas	1.880	1.496	913	1.967
Acima de 7 dias	1.707	4.029	2.257	9.114
Total	16.695	30.130	24.083	49.817

Desde 2011, a Eletrobras vem diminuindo consideravelmente o tempo para religamento após inadimplência, demonstrando a importância da manutenção da disponibilidade do seu serviço aos consumidores. (GRI EU27)

Satisfação de clientes

No primeiro semestre de 2014, as empresas Eletrobras CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas realizaram a 1ª Pesquisa Integrada de Satisfação Eletrobras. O estudo abrangeu clientes do negócio geração (consumidores livres, potencialmente livres, comercializadoras e distribuidoras) e clientes do negócio transmissão (usuários dos serviços de transmissão conectados: distribuidoras, consumidores livres, potencialmente livres, geradoras e importadores). A pesquisa será aplicada bianualmente. Foram avaliadas pela metodologia da pesquisa as dimensões: atendimento, comercial, gestão dos contratos de comercialização de energia, medição para faturamento, gestão dos contratos de transmissão e imagem. (GRI PR5)

Pesquisa de satisfação de clientes - Geração e Transmissão (GRI PR5)

Cliente / Negócio	Satisfação (%)
Comercializadoras / Geração	84,00%
Consumidores Livres e Potencialmente Livres / Geração	92,10%
Distribuidoras / Geração	82,23%
Usuários dos Serviços de Transmissão – Conectados / Transmissão	86,95%
Satisfação Global	86,32%

Pesquisa de satisfação das empresas de Distribuição

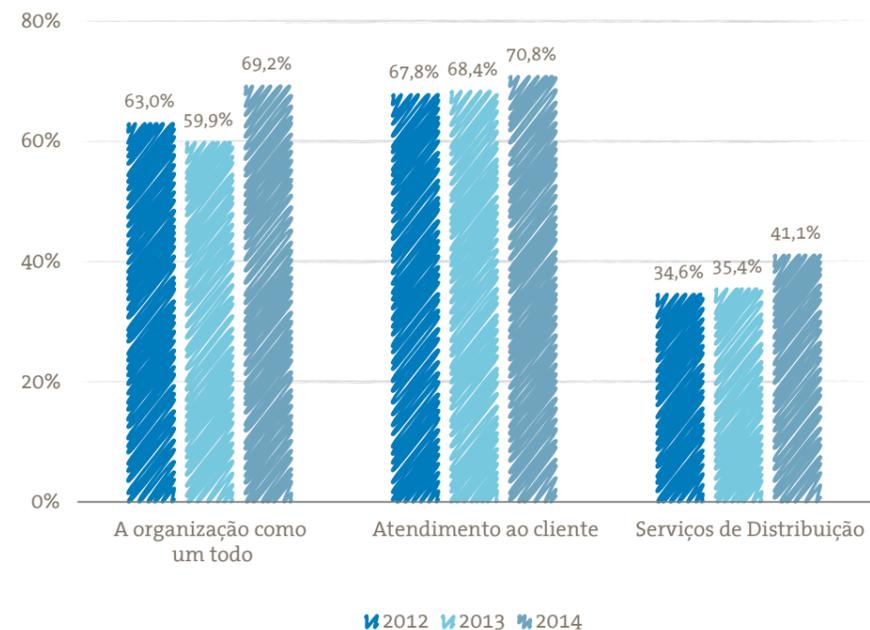
As seis empresas de Distribuição da Eletrobras avaliam a satisfação de seus clientes/consumidores por meio da pesquisa conduzida pela **Aneel**, com base no Índice **Aneel** de Satisfação do Consumidor (IASC) e da Pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (**ABRADEE**), por meio do Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP). Entre os principais objetivos desta pesquisa estava a necessidade de conhecer o grau de satisfação dos consumidores residenciais com a qualidade do produto e com os serviços fornecidos pelas empresas de distribuição, a geração de índices comparativos de desempenho entre as empresas e a oferta de incentivos e instrumentos de trabalho para as empresas de distribuição.

Em 2014, as empresas de distribuição da Eletrobras melhoraram seus índices nos três principais temas, resultado de esforços visando a melhoria no atendimento aos clientes em geral.

Resultados da pesquisa de satisfação – Distribuição (%) (GRI PR5)

	2014	2013	2012
Organização como um todo	69,2	59,9	63,0
Atendimento ao Cliente	70,8	68,4	67,8
Serviços de Distribuição	41,4	35,4	34,6

Satisfação de Clientes (%) - Distribuição (GRI PR5)



A Eletrobras Amazonas Energia conquistou o Prêmio Índice **Aneel** de Satisfação do Consumidor (IASC) 2014 na categoria Região Norte, obtendo uma pontuação de 62,59, enquanto a Eletrobras

Distribuição Acre conquistou o Prêmio IASC 2014 como a concessionária que apresentou o maior crescimento em relação ao índice do ano anterior. A empresa apresentou crescimento de 41,05%.

Fornecedores

A Eletrobras se preocupa em manter um relacionamento próximo com os seus fornecedores, acompanhando o desenvolvimento de suas atividades e mantendo diálogo constante e relações transparentes, baseadas em princípios éticos e na atualização periódica sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos.

Fornecedores e prestadores de serviço das empresas Eletrobras têm em seus contratos cláusulas relativas a direitos para que estes não empreguem menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 anos para qualquer trabalho⁴² ou pessoas executando trabalho degradante ou forçado em sua cadeia produtiva. Ao se cadastrar ou participar de licitações, todo fornecedor deve anexar aos documentos um compromisso formal de que não realiza essas práticas.

Em 2014, foram apontados 132 casos de operações e **fornecedores significativos** identificados como de risco na ocorrência de trabalho infantil, um aumento de 450% nos casos devido a ampliação da abrangência do relato⁴³. (GRI HR6)

Todos os fornecedores também devem, obrigatoriamente, apresentar uma declaração sobre a não admissão de trabalho escravo, análogo ao escravo ou condições degradantes de trabalho, como compromisso formal assumido com a Eletrobras. Hoje, 100% dos contratos estão de acordo com o Código de Ética das Empresas Eletrobras.

Em 2014, a Eletrobras identificou 134 **fornecedores significativos** com risco de ocorrência de trabalho escravo ou análogo a escravo⁴⁴. O não cumprimento das cláusulas contratuais implica a aplicação das sanções cabíveis, estabelecidas em contrato, podendo chegar à suspensão do direito de licitar com a Eletrobras, possibilidade de processo administrativo e denúncia formal ao Ministério Público. (GRI HR7)

⁴² Exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

⁴³ A abrangência do relato deste indicador neste ano é maior, uma vez que em 2013 Eletrobras Amazonas Energia, Cepel, CGTEE e Distribuição Piauí não relataram este indicador em 2013. Em 2014, apenas a Eletrobras Distribuição Alagoas não está contemplada no relato. O número de casos é maior devido ao melhor conhecimento do conceito proporcionado pela capacitação oferecida pelo Ministério do Planejamento, Grupos de Trabalho e reuniões de alinhamento.

⁴⁴ O dado abrange todas as empresas Eletrobras, com exceção à Eletrobras Distribuição Alagoas.

BOAS PRÁTICAS

A Eletrobras Eletronorte realizou, em outubro de 2014, o Seminário de Promoção do Trabalho Decente e a Erradicação do Trabalho Escravo, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com a Caixa Econômica Federal, incluído no projeto do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do qual é signatária. Ao final do Seminário, os representantes dos fornecedores convidados aderiram simbolicamente ao Pacto Nacional.

Na Eletrobras Distribuição Acre, foi realizado o I Encontro de Fornecedores com a finalidade de ampliar o relacionamento com a cadeia de suprimentos, disseminar as boas práticas da gestão sustentável. O evento contou com apresentações sobre os conceitos do desenvolvimento sustentável, o embasamento legal para as compras sustentáveis, as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas Eletrobras e a ampliação das cláusulas contratuais.



Seminário de Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo

Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos (CELSE)

Todas as ações das empresas Eletrobras, voltadas para sua cadeia de suprimentos, seguem as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Logística de Suprimentos (CELSE) que é o responsável pela gestão da Política de Logística de Suprimento das Empresas Eletrobras. O CELSE tem, entre os seus objetivos, promover o aumento da eficiência e da competitividade das empresas Eletrobras e, e como uma das suas atribuições, o engajamento dos fornecedores para ações de cidadania corporativa e responsabilidade socioambiental.

O CELSE realiza suas atividades integrando todas as empresas Eletrobras por meio de grupos de trabalho com a participação de representantes das áreas de suprimentos das mesmas.

O GT Compras Sustentáveis, um subgrupo do CELSE, está atuando na estruturação de um instrumento e metodologia para monitorar fornecedores nos aspectos sustentáveis que serão adotados por todas as empresas Eletrobras no acompanhamento dos seus fornecedores críticos.

O relacionamento com os fornecedores está devidamente contemplado no Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, cujo objetivo é identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, além da inserção de cláusulas contratuais que proíbem tais práticas, sujeitando-os às penalidades previstas nos contratos em casos de irregularidade comprovada.

Compras sustentáveis

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizou um treinamento exclusivo para cerca de 40 colaboradores das áreas de suprimentos das empresas Eletrobras sobre contratações públicas sustentáveis. O treinamento teve como foco principal, a sensibilização dos participantes para que o desempenho das suas atividades esteja comprometido com a implantação de critérios e requisitos de sustentabilidade.

Fóruns – Compras sustentáveis

Além da atuação interna em prol da sustentabilidade, a Eletrobras também vem atuando em diversos fóruns que promovem a gestão sustentável em todos os meios produtivos, dos quais destacamos a participação da Eletrobras no grupo de trabalho da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativo à elaboração de uma ISO para normatização das compras sustentáveis que visa estruturar e estabelecer uma metodologia para aplicação de boas práticas nas compras organizacionais e promover uma mudança significativa na gestão das relações com fornecedores.

Políticas e processos de compra⁴⁵

De acordo com a Lei 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos, a Eletrobras não pode adotar nos processos de licitação uma política que favoreça a contratação de fornecedores em razão de sua proximidade geográfica com as operações da empresa. Mas a Eletrobras leva em conta a localização e o custo da contratação nas suas compras diretas, favorecendo, nesta modalidade, os fornecedores locais⁴⁶.

Em 2014, as compras diretas⁴⁷ totalizaram cerca de R\$ 31 milhões. Desse total, 68% (R\$ 21 milhões) foram gastos com fornecedores locais. Já as compras não diretas, com valores acima de R\$ 16 mil, sujeitas a licitações, fecharam o ano com um total de aproximadamente R\$ 3 bilhões, sendo que cerca R\$ 1 bilhão, ou 34%, foram de fornecedores locais.

Compras diretas provenientes de fornecedores locais em 2014 (R\$ mil)* (GRI EC6)

Valor total de compras diretas	31.256,5
Valor de compras diretas com fornecedores locais	21.247,3
Percentual das compras diretas provenientes de fornecedores locais	68,0%

* Em 2014, os dados não abrangem as informações das empresas: Eletrobras Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas.

⁴⁵ Esses dados não incluem as informações das empresas: Eletrobras Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas.

⁴⁶ Fornecedores locais são aqueles localizados na mesma região brasileira da unidade de compra da Empresa Eletrobras.

⁴⁷ Compras diretas são aquelas com valores até R\$ 16 mil. Para a Itaipu Binacional, o valor das compras diretas é até US\$100 mil.

Liberdade de associação e negociação coletiva

Como signatária do **Pacto Global**, a Eletrobras apoia os princípios ali estabelecidos, entre eles a liberdade de associação. Esse compromisso está refletido em seu Código de Ética, válido para todos os fornecedores e entregue anexado aos contratos. Em 2014, foram identificadas 77 operações e **fornecedores significativos** em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva poderiam estar ou estavam em risco de ser violados⁴⁸.

Por imposição legal, a Eletrobras não pode interferir no processo de negociação das empresas terceirizadas e seus empregados, mesmo que estejam locados em suas dependências, contudo todas as medidas cabíveis são tomadas para garantir que seja observado o que está estabelecido nos acordos e convenções firmadas. *(GRI HR5)*

Engajamento com as comunidades

As operações das empresas Eletrobras – usinas hidrelétricas e termelétricas e sistemas de transmissão e de distribuição – podem produzir maior ou menor impacto social dependendo das características da região onde são implantadas.

A preocupação com os impactos – positivos e negativos – gerados por suas operações é uma constante nos projetos desenvolvidos pela Eletrobras. Durante as avaliações de viabilidade, as empresas elaboram os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) com escopo definido pelos órgãos ambientais licenciadores. A análise dos impactos socioambientais do projeto é feita por meio da identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando os impactos positivos e negativos, benéficos e adversos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas e a distribuição dos ônus e benefícios sociais. *(GRI 1.2, GRI EC8, GRI EC9, GRI SO1)*

A interação e as decisões que abrangem as comunidades do entorno, por se tratarem de situações complexas e de múltiplos interesses, são tomadas com base em diálogos de diversos formatos, mas principalmente por meio de participação das pessoas afetadas em audiências públicas, reuniões e outros encontros, nos quais são elaborados acordos que definem como as empresas Eletrobras desenvolverão as iniciativas, seja de forma voluntária ou compulsórias por serem condicionantes de processos de licenciamento. *(GRI SO1)*

48 Os dados do indicador HR5 abrangem todas as empresas Eletrobras, exceto Eletrobras Distribuição Rondônia.

Identificação prévia dos impactos e das comunidades atingidas

A identificação dos grupos sociais atingidos acontece desde o início do planejamento das operações. À medida que as etapas avançam, são realizados estudos específicos para se conhecer as expectativas da população, seus modos de vida, sua base econômica e como se organizam. Questões como o aumento de população migrante, mudanças no uso da terra, impactos na infraestrutura, alterações da paisagem, mudanças nas estruturas sociais e na cultura local, dentre outros, fazem parte do escopo dos levantamentos a serem realizados nos estudos ambientais visando à proposição de medidas que minimizem os impactos negativos e potencializem os positivos. *(GRI EC8)*

Nas fases de construção e implantação, um dos primeiros impactos é a geração de expectativa de oferta de novos empregos, o que aumenta significativamente o fluxo migratório para a região. Esse grande aporte de trabalhadores sobrecarrega a infraestrutura local, principalmente nas áreas de saúde, educação e saneamento básico. Além disso, a construção dos empreendimentos gera aumento do tráfego rodoviário, mudanças nos convívios sociais cotidianos e aumento nos níveis de poluição e ruído. Já durante a operação dos empreendimentos de geração, os impactos potenciais envolvem o incremento no uso de água, risco de vazamento e contaminação do solo, aumento do risco de acidentes e potencial emissão de gases do efeito estufa. *(GRI EC8, GRI EC9, GRI SO9)*

A implantação de um empreendimento avança na medida em que as etapas do processo de licenciamento ambiental são autorizadas. Para a obtenção da Licença de Operação de um empreendimento e suas renovações, os programas socioambientais devem estar com suas atividades em andamento.

Impactos positivos e negativos e ações mitigadoras e compensatórias

Os programas socioambientais dos empreendimentos são propostos de modo a atender as exigências legais e regulamentos, buscando seu contínuo aprimoramento e não se atendo apenas ao legalmente recomendado, mas também atendendo a negociações sociais. Para os empreendimentos anteriores à institucionalização do licenciamento ambiental, são adotados procedimentos específicos acordados com os órgãos ambientais licenciadores (licenciamento corretivo). A Eletrobras acompanha a legislação ambiental e os marcos regulatórios por meio de um grupo de trabalho do Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras. *(GRI SO10)*

Ao longo de suas experiências, a Eletrobras tem confirmado ser necessária a realização de reuniões de esclarecimento e a construção de canais de comunicação com os diversos grupos sociais afetados

desde as fases iniciais de planejamento. Tanto nos EIA quanto na elaboração dos programas ambientais na fase de Projeto Básico, as comunidades são convidadas e estimuladas a participar dos fóruns de discussão sobre o projeto, seus impactos e expor suas expectativas. Informações sobre os estudos sob responsabilidade da Eletrobras são disponibilizadas nos sites da empresa na internet e dúvidas podem ser apresentadas por meio do “Fale Conosco”.

Os impactos sociais causados por um empreendimento do setor elétrico estão relacionados à alteração das condições de moradia e emprego e condições ambientais locais, especialmente para a população habitante do entorno. Durante a vida útil do empreendimento são desenvolvidos programas para mitigar os impactos causados por eles e, em muitos casos, melhorar a condição de vida da população. (GRI 1.2)

Ações de desenvolvimento para produtores agropecuários e pescadores do território do entorno da barragem de Sobradinho (BA)

O projeto da Eletrobras Chesf tem como objetivo capacitar pescadores e seus filhos para que possam melhorar sua qualidade de vida e ter uma melhor remuneração pelo seu trabalho. São realizados cursos de capacitação em Beneficiamento de Pescado, Cuidados e Manutenção de Motores de Poupa e Motores Marítimos a Diesel e de Iniciação à Computação. O projeto está inserido na região do baixo São Francisco, a **jusante** da UHE Xingó e possui 2 mil atendidos com um investimento de R\$ 800 mil em 2014. (GRI EC9)

Planos de Inserção Regional

Os Planos de Inserção Regional da Eletrobras Eletronorte – PIRTUC e PIRJUS⁴⁹ – incentivam o desenvolvimento regional dos municípios da área de influência da UHE Tucuruí com a realização de obras nos diversos eixos do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região, tais como educação, saúde, saneamento básico, urbanização das sedes municipais, infraestrutura, gestão pública e fortalecimento institucional, geração de trabalho e renda, esporte e lazer e desenvolvimento econômico. O volume de recurso investido no PIRTUC até 2014 foi da ordem de R\$ 184 milhões, sendo R\$ 4.764.317,00 em 2014. Em relação ao PIRJUS até 2014 foram investidos cerca de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 5.721.769,00 em 2014. O projeto IPIRÁ é um exemplo na compensação de impactos aos pescadores: surgiu de uma reivindicação realizada por pescadores diretamente atingidos pelas obras de construção das eclusas da UHE Tucuruí. Hoje, duas cooperativas (COOPAT e COOPAB) realizam a criação de peixes em tanques. Em 2014, foram 38.500 kg de pescado que renderam à cooperativa cerca de R\$ 160 mil. (GRI EC8, GRI EC9)

49 PIRTUC: Plano de Inserção Regional dos Municípios à montante da UHE Tucuruí e PIRJUS: Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí.

Centros Comunitários de Produção (CCPs)

Entre os projetos de Geração de Renda e Emprego da Eletrobras **holding**, destacam-se os Centros Comunitários de Produção (CCPs), pequenas agroindústrias que promovem o uso produtivo da energia elétrica em processos de beneficiamento que trazem valor para a atividade produtiva de base familiar. Como exemplo, no ano de 2014, foi realizado convênio com a Cooperativa Leiteira Transamazônica (Coopetra) para a implantação de três CCPs para o beneficiamento da produção de leite em Rurópolis (PA), na região da bacia do rio Tapajós. O projeto beneficiou 210 pessoas e foram investidos cerca de R\$143 mil. Até o final de 2014 foram implantados 23 Centros Comunitários de Produção. (GRI EC9)



CCP Santo Antônio do Rio Preto

Projeto Linha Verde

Tem como objetivo promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte (MA), por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de Mandalas produtivas. São 150 beneficiários e o valor investido pela Eletrobras Eletronorte é de R\$ 117.560,00. (GRI EC9)

Projeto Quintais

Com foco na saúde e segurança alimentar, o projeto Quintais é desenvolvido desde 2004 pela parceria Eletrobras CGTEE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Tem como objetivo contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental de públicos em situação de vulnerabilidade social, principalmente agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e alunos de escolas rurais e urbanas. Ele aborda questões culturais (resgate da tradição de ter-se um pomar caseiro no quintal), étnicas (envolve negros,



Projeto Quintais

brancos e índios), ambientais (auxilia na preservação de espécies frutíferas nativas e animais silvestres), alimentares (fornecimento de frutas e seus subprodutos para os beneficiários durante os 12 meses do ano), econômicas (frutas excedentes são transformadas em sucos concentrados, geleias, doces ou vendidas in natura, possibilitando a geração de renda) e medicinais (frutas, suas partes ou das plantas podem ser utilizadas na prevenção ou combate a algumas enfermidades). Cada quintal possui cinco plantas de 18 espécies de frutas escolhidas em função de suas características nutricionais e medicinais, como também a adaptabilidade ao solo local e ao clima da região de clima temperado. Entre 2013 e 2014 foram implantados 274 quintais, totalizando 24.660 mudas ou 1.370 mudas de cada espécie. O valor investido em 2014 neste projeto foi de R\$ 400 mil. (GRI EC9)

Centros de Empreendedorismo Comunitário

Projetos de geração de trabalho e renda com o desenvolvimento de produtos em *patchwork*, voltados para o público feminino e realizado com diversas parcerias nos municípios em que a Eletrobras Eletrosul possui atuação. Em 2014, as cidades beneficiadas foram Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Candiota e Nova Santa Rita (RS) e Lages, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul (SC). Em 2014, foram beneficiados 74 empreendedores e o investimento chegou a R\$ 172 mil. (GRI EC9)



Arquivo Eletrobras Chesf

Ações de educomunicação ambiental contribuem para a redução de custos da companhia

As ações promovidas pela Eletrobras Chesf têm como objetivo conscientizar as comunidades no entorno dos empreendimentos sobre o uso sustentável dos recursos naturais e as consequências das ações de vandalismo em linhas de transmissão e queimadas sob as faixas de servidão. Em 2014, as ações de Controle da Queima de Cana de Açúcar contemplaram três linhas de transmissão: LT 230 kV Rio Largo II/Arapiraca III, LT 230 kV Arapiraca III/Penedo e LT 230 kV Rio Largo/Braskem. Em relação às campanhas para preservação de isoladores foram realizadas ações nas seguintes linhas: LT 230 kV Banabuiu/Fortaleza, LT 230 kV Milagres/

Banabuiu, LT 230 kV Angelim/Tacaimbó e LT 230 kV Tacaimbó/Campina Grande. As ações de preservação de isoladores conseguiram reduzir o número de falhas transitórias e permanentes no sistema de transmissão, aumentando a sua disponibilidade, reduzindo os valores da parcela variável por indisponibilidade e evitando o gasto de aproximadamente R\$ 835 mil em sanções monetárias. (GRI 1.2, GRI EC9, GRI EU21)

Programa Hortas Comunitárias

Desenvolvido nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul pela Eletrobras Eletrosul, o programa oferece alternativas de renda às comunidades vizinhas às linhas de transmissão e proporciona o uso adequado e a preservação das faixas de servidão, evitando ocupações irregulares. A integração entre comunidade, poder público e iniciativa privada tem sido a base para

o sucesso das ações. Atualmente estão 39 hortas ativas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com aproximadamente 300 mil m² de área plantada. Os beneficiados, num total de 1.110 famílias, além da orientação e assistência para a atividade, receberam também capacitações em diversos temas relacionados à agricultura. O investimento em 2014 foi de R\$ 59.906,87. (GRI EC9)

Programa Cultivando Água Boa (CAB)

Desde a década de 1980, a Itaipu Binacional realizava obras de infraestrutura com ações que se limitavam aos 16 municípios às margens do seu reservatório. A partir de 2003, com a definição de uma nova e ampliada missão, iniciou o Programa Cultivando Água Boa, expandindo suas ações para 29 municípios da Bacia do Paraná parte 3, com maior enfoque no desenvolvimento regional sustentável. Suas ações atingem mais de 1 milhão de pessoas. O Cultivando Água Boa (CAB), programa socioambiental da Itaipu Binacional, possui subprogramas com ações voltadas aos mais variados públicos, como agricultores, indígenas, jovens, pescadores, catadores de materiais recicláveis, quilombolas etc. A demanda pelas obras de infraestrutura e por serviços parte desses subprogramas, por meio de seus comitês gestores e possui pré-avaliações das necessidades das comunidades envolvidas.

Em 2014, comemorando 11 anos do programa Cultivando Água Boa e os 40 anos da empresa, foi colocado em prática o projeto Encontros e Caminhos, com microexpedições nos 29 municípios da Bacia do Paraná 3 (BP3). A atividade promoveu o fortalecimento da participação comunitária na preservação do meio ambiente, com uma programação de 53 dias e um público de quase 80 mil pessoas. Foram realizadas

mais de 400 atividades, como apresentações culturais para a sensibilização do público quanto à necessidade urgente de cuidado com o meio ambiente, acampamento em meio à natureza, Pactos das Águas, recolhimento de lixo eletrônico e conversas com pioneiros, além de visitas técnicas às ações do programa desenvolvidas nos municípios da BP3.

- Em 25 de setembro de 2014, representantes de 13 nações ibero-americanas se reuniram para conhecer mais as ações do CAB. O encontro foi um avanço para tornar o CAB em um programa da Secretaria Geral dos Países Ibero-Americanos (Segib), voltado ao intercâmbio de boas práticas socioambientais. Atualmente, ele está sendo replicado em cinco países: Guatemala, República Dominicana, Uruguai, Argentina e Paraguai.
- Por meio de um convênio com o BNDES, foi realizado o repasse de quase R\$ 400 mil a uma cooperativa agrofamiliar de apicultores do Paraná, permitindo melhorias no processo produtivo e incremento de renda. Ainda foram celebrados convênios com três cidades para elaboração de Planos de Saneamento, contemplando a inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. (GRI EC8, GRI EC9, GRI EN14, GRI EN26)



Alexandre Marchetti (Itaipu Binacional)

Veja mais informações sobre o Programa Cultivando Água Boa em:
<http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa>

Projeto Tornar a Esperança Visível

Tem como objetivo recuperar e reinserir socialmente internos da Fazenda da Esperança, localizada em Roraima, por meio da construção de uma panificadora, na qual os dependentes químicos e alcoólatras serão capacitados para que, após o término do tratamento, possam ser inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho. A ação se dá em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Hoje são 108 beneficiários e o valor investido pela Eletrobras Eletronorte é de R\$ 161.960,26. (GRI EC9)

Projeto social Caminhos

O projeto Caminhos, da Eletrobras Furnas, tem com o objetivo promover o esporte como ferramenta para construção da educação e a inclusão de adolescentes no mercado de trabalho. Atualmente, ele beneficia 200 crianças, adolescentes e jovens entre 7 e 17 anos, residentes nos Bairros Cidade Nova I e II. Por meio da integração com a empresa Cáritas e a comunidade dos bairros, vêm sendo feito um trabalho de conscientização disciplinar e respeito mútuo, além de fortalecer os sentimentos de unidade, responsabilidade e a preservação do meio ambiente. Além disso, o projeto também insere os jovens no mercado de trabalho, com o Programa de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego. O investimento em 2014 foi de R\$ 201.426,00. (GRI EC9)

Fabiana Peçanha (Eletrobras Furnas)



Engajamento com comunidades indígenas

Seguindo seu compromisso com o diálogo com as comunidades, nos últimos anos a Eletrobras tem se envolvido no desenvolvimento de estudos de viabilidade de grandes projetos hidrelétricos que têm interferência com comunidades indígenas e vem realizando esforços para reforçar e construir seu relacionamento tanto com a Fundação Nacional do Índio (Funai), quanto com as comunidades indígenas.

Na prática, isso significa um conjunto de ações, como reuniões

sobre os projetos e o desenvolvimento de programas de compensação que não se restringem ao exigido no processo de licenciamento. Um exemplo são os programas de compensação de impactos de hidrelétricas em operação da Eletrobras Eletronorte com os grupos Waimiri-Atroari e Parakanã. Com mais de duas décadas de existência, eles são reconhecidos nacional e internacionalmente pela recomposição e estabilidade cultural e alimentar. (GRI 4.16)

DIÁLOGO TAPAJÓS

Com o objetivo de construir uma relação transparente com as comunidades que podem ser afetadas pelas futuras hidrelétricas, foi desenvolvido o projeto de comunicação e interação social chamado Diálogo Tapajós. Ao longo dos estudos, o projeto promove um processo de comunicação com as populações – inclusive indígenas – e instituições da região, com foco na troca contínua de informações entre os responsáveis e a sociedade. Suas maiores responsabilidades são:

- Contribuir para que pessoas e instituições possam tomar decisões bem fundamentadas a respeito de suas atividades no presente e no futuro próximo, diante da possibilidade de serem construídos os aproveitamentos hidrelétricos na região.
- Criar condições para que as informações cheguem ao conhecimento dos responsáveis pelos estudos. As ações são voltadas para a construção de relacionamentos e para o estabelecimento de um canal eficaz de comunicação entre as empresas e seu público externo, em particular com as comunidades afetadas.

Divulgação Diálogo Tapajós



Em 2014, a equipe do Diálogo Tapajós, responsável pela comunicação social dos projetos das usinas hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá, promoveu a primeira oficina de tradução de vídeos sobre os projetos para a língua munduruku, realizada por lideranças e professores dessa etnia. A metodologia para a tradução dos vídeos foi construída com os participantes, possibilitando a garantia da integridade dos conteúdos traduzidos. O processo de tradução, além de permitir a chegada de informações básicas para os indígenas, com a entrega aos interessados de cerca de 100 DVDs com o vídeo falado em língua munduruku, levou a uma interação que aumentou o conhecimento mútuo e a troca de informações. (GRI 4.16)

Desde setembro de 2012 são realizadas diversas ações de comunicação e interação relacionadas aos estudos do aproveitamento hidrelétrico São Luiz do Tapajós (PA). A partir de 2013, essas ações se estenderam às partes interessadas relacionadas também ao aproveitamento hidrelétrico Jatobá. Em 2014, foram realizadas cerca de 250 interações junto a partes interessadas com a participação de 4.311 pessoas. Também foram atendidas 472 pessoas nos escritórios do projeto. Em 2014, foram elaboradas sete cartilhas para os dois projetos, com distribuição cerca de 20.200 exemplares distribuídos. (GRI 4.16, GRI SO1)

Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena do AHE São Luiz do Tapajós

Com o objetivo de apresentar o Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena do AHE São Luiz do Tapajós, a Eletrobras realizou uma reunião com os índios da etnia Munduruku na Terra Indígena Praia do Mangue em Itaituba (PA), em abril de 2014. Em setembro do mesmo ano, a Eletrobras também participou da reunião realizada pela Secretaria Geral da Presidência da República para discutir o Plano das Oitavas com os indígenas.

Kayapó

Em 2014, a empresa deu continuidade à gestão do termo de cooperação celebrado com o Instituto Kabu, a Norte Energia e a Funai para a execução de projeto de apoio à autonomia das comunidades indígenas Kayapó, que vivem na margem oeste do rio Xingu (PA), região de impacto indireto da UHE Belo Monte e de interesse estratégico para o desenvolvimento dos negócios da Eletrobras. O projeto foi estabelecido em 2013, tendo a Eletrobras assumido a função de gestora, com vigência de três anos e orçamento total de R\$ 4,5 milhões. Com desembolso previsto de R\$ 1,5 milhão para os anos de 2015 e 2016, respectivamente, o projeto beneficia 1.500 pessoas de nove aldeias da região. Por meio da realização do projeto e de visitas de campo às aldeias contempladas para acompanhar *in loco* o andamento do projeto e interagir diretamente com a população, a Eletrobras promoveu uma qualificação no relacionamento com o povo indígena Kayapó, que habita a bacia do médio rio Xingu.

No caso dos Kayapó do Leste, foi adotado o mesmo processo para a elaboração de um projeto que contemplasse os índios dessa margem. Dessa forma, foi organizada uma Oficina Participativa de Planejamento na cidade de Tucumã (PA), com a participação de 90 lideranças, da Funai local e de uma equipe da Eletrobras, onde foram discutidos e validados o conteúdo e a forma do projeto, com previsão orçamentária adicional de R\$ 4,5 milhões em três anos.

Essa forma de gestão de projetos qualifica o relacionamento com comunidades sujeitas a impactos diretos ou indiretos de atividades da Eletrobras, proporcionando resultados estratégicos para a consecução de seus empreendimentos, seja pela chamada "licença social para operar", mitigando, portanto, os riscos do projeto, seja pelo interesse em apoiar o fortalecimento de comunidades que preservam recursos naturais fundamentais para os aproveitamentos energéticos da empresa, a exemplo dos Kayapó, cujo modo tradicional de vida fortalece a conservação

das bacias hidrográficas que alimentarão os empreendimentos hidrelétricos da empresa na região do rio Xingu. Sendo assim, essa forma de gestão desenvolvida no projeto com os índios da etnia Kayapó capacita ainda mais a Eletrobras para próximos empreendimentos que venham a ser realizados em outras regiões próximas a terras indígenas. A meta para 2015 é iniciar a implantação do projeto para atendimento dos índios da margem Leste do rio Xingu. (GRI 4.16)

Deslocamentos populacionais

Desde o início do planejamento, as empresas Eletrobras olham para seus projetos com foco na minimização dos deslocamentos, procurando alternativas locais que evitem interferências em comunidades. Quando não é possível evitar, de todo, este impacto, as decisões relacionadas à compensação e minimização são tomadas com base em diálogos com a população local e seus representantes. As parcerias são feitas de acordo com a realidade da comunidade atingida. Normalmente participam prefeituras, representantes da comunidade, movimentos sociais, organizações não governamentais e universidades. Já questões que envolvem assentamentos de reforma agrária, populações indígenas e quilombolas são negociadas por meio de seus representantes legais, ou seja: Incra, Funai e Fundação Palmares.

Na área dos reservatórios de usinas hidrelétricas, em que o deslocamento populacional ocorre com mais frequência, desde 2010, o Brasil conta com normativas específicas relacionadas à identificação, qualificação e registro público da população atingida. O Cadastro Socioeconômico, realizado na fase de estudos – anterior ao leilão de concessão dos empreendimentos –, reforça o comprometimento com os direitos dos atingidos e avalia a possibilidade do morador continuar residindo ou utilizando uma área remanescente do reservatório.

Nas demais situações, como usinas termelétricas e eólicas, o deslocamento físico e econômico é reduzido e as empresas realizam a identificação da população atingida de acordo com a orientação dos órgãos ambientais. Para linhas de transmissão e distribuição, avaliam-se sempre alternativas de desvios no projeto, tentando evitar o deslocamento de pessoas. Na inviabilidade dessa alteração, há um registro da faixa para restrições de uso, mediante indenização correspondente e quando necessário, a desapropriação mediante aquisição do imóvel.

Se houver necessidade de mudança involuntária e deslocamento consensual físico e econômico, os reassentamentos e indenizações

ocorrem com base no ordenamento jurídico vigente, nas normas técnicas de avaliações da ABNT e nos programas e condicionantes ambientais aprovadas pelos respectivos órgãos ambientais. A avaliação dos impactos sociais e psicológicos dos indivíduos e comunidades afetadas é realizada por meio de pesquisa e monitoramento junto à população reassentada e os resultados são enviados para o órgão ambiental responsável pelo licenciamento. (GRI 1.2, GRI EU20)

Em 2014, 451 pessoas foram deslocadas economicamente. Os deslocamentos ocorreram devido a implantação de quatro linhas de transmissão e construção da UHE Batalha da Eletrobras. No período, além das pessoas deslocadas, foram indenizadas outras em que não houve a necessidade de deslocamento, a saber, 147 pessoas da Eletrobras Eletrosul devido a abertura de acessos, restrição de uso de faixa de servidão e aquisição de parte das propriedades e de 51 pessoas pela Eletrobras **holding** na Interligação Brasil-Uruguai, totalizando 676 pessoas. O valor total aproximado das indenizações foi de R\$ 14,0 milhões. A Eletrobras Amazonas Energia adquiriu ainda 75 propriedades a um custo de R\$ 2.969.027,3 para a construção de cinco linhas de transmissão e uma subestação. (GRI EU22)

Número de pessoas deslocadas* (GRI EU22)

	2014		2013	
	Deslocamento Físico	Deslocamento Econômico	Deslocamento Físico	Deslocamento Econômico
Expansão de Plantas	0	0	0	0
Novas Linhas de Transmissão	0	451	16	325
Novas Plantas	0	27	12	0
Total de pessoas deslocadas	0	478	28	325
Número total de pessoas deslocadas		478		353
Número total de pessoas indenizadas		676		1238
Valor financeiro desembolsado a título de indenização para as pessoas deslocadas (R\$ mil)		13.993.960,5		13.814.994,5

*Os dados não abrangem:
Em 2014: Eletrobras CGTEE, Distribuição Acre, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Distribuição Piauí, Distribuição Alagoas, Chesf, Eletronuclear e Eletronorte.
Em 2013: Eletrobras CGTEE, Distribuição Acre, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Distribuição Piauí, Distribuição Alagoas, Chesf e Eletronuclear.

Investimento social privado

As empresas Eletrobras reconhecem a responsabilidade em manter um relacionamento qualificado com as comunidades, promovendo um diálogo ético e transparente que proporciona o desenvolvimento de projetos que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Um avanço nessa gestão do relacionamento com as comunidades foi o desenvolvimento da Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras. Fruto de um processo de construção conjunta entre todas as empresas Eletrobras, a nova política ajuda a priorizar os investimentos voluntários realizados pelas empresas no apoio a projetos sociais, culturais e doações que contribuem para o desenvolvimento sustentável da comunidade com a qual as empresas se relacionam. Além disso, desde 2005 a Eletrobras está alinhada com os Objetivos do Milênio (ODM) e os utiliza como critério para seleção de projetos sociais que recebem apoio da empresa. Em 2014, esses investimentos totalizaram um valor de R\$ 244.283.228,68⁵⁰.

Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (Anab)

Em 2014 deu-se continuidade ao convênio assinado entre a Eletrobras **holding** e a Anab no ano de 2012 cuja finalidade é contribuir para a melhoria de vida de populações atingidas por barragens por meio de tecnologias sociais e acesso a políticas públicas que favoreçam o aumento da oferta de alimentos saudáveis, energia alternativa e renda. Foram beneficiadas cerca de 300 pessoas atingidas por barragens.

Programa voluntariado corporativo



Hermínio Nunes (Eletrobras Eletrosul)

Incentivados pela Eletrobras Eletrosul, os empregados têm a oportunidade de doar parte de seu tempo, trabalho e talento em prol de uma causa comunitária. Associados a entidades sociais dos estados de atuação da empresa, eles podem se cadastrar no Programa de Voluntariado Corporativo da Eletrosul. As atividades acontecem de tal forma que não interfiram na execução de suas atividades profissionais e contribuem para a transformação da realidade social das comunidades, como o Projeto Leãozinho da Cidadania, que busca informar, mobilizar e sensibilizar empregados sobre o uso de imposto de renda retido na fonte em benefício de projetos sociais.

50 Os valores referentes à Itaipu Binacional foram informados em Dólar e convertidos em Real com base na cotação de 31/12/2014 (1 USD = R\$ 2,62) (GRI 3.9)



Nilson Rolin (Itaipu Binacional)

Projeto Jovens Atletas – Correndo para o Futuro

Com foco nas Olimpíadas de 2016, os adolescentes do projeto Jovens Atletas – Correndo para o Futuro, mantido pela prefeitura de Foz do Iguaçu e pelo Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA) da Itaipu Binacional, ganharam mais uma força para a busca da conquista olímpica. Cinco atletas do projeto foram contemplados pelo Programa Talento Olímpico do Paraná (TOP 2016), iniciativa que oferece incentivo financeiro aos melhores atletas do estado. Até o final do ano de 2014, eles receberam uma ajuda de R\$ 500 mensais. Esse valor

ajudará na formação dos atletas e no reforço à renda familiar. A empresa oferece os equipamentos para treino, uniformes e suplemento alimentar, e ainda custeia viagens e o transporte e treina diariamente 70 adolescentes nas 27 modalidades de atletismo.

Saiba mais sobre as políticas da Eletrobras em www.eletrobras.com > Sustentabilidade > Governança Corporativa > Instrumentos de Gestão e Políticas

Governo e Políticas Públicas

As empresas Eletrobras apoiam importantes iniciativas do governo federal gerenciando programas e fundos sociais, alguns deles direcionados ao acesso à energia elétrica e a eficiência energética.

Dessa forma, a Eletrobras opera de acordo com as políticas públicas que promovem o desenvolvimento sustentável do país e de sua população.

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

Iniciativa do governo brasileiro para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater ao seu desperdício, cabe à Eletrobras, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia, a execução das atividades do Procel, provendo os suportes técnicos e financeiros necessários. Desde 1985, ano de sua implantação, os resultados energéticos obtidos possibilitam a postergação de investimentos no setor elétrico, a redução nas emissões de gás carbônico equivalente (CO₂e), o incentivo ao desenvolvimento tecnológico de equipamentos consumidores de energia elétrica.

Em 2014, a Eletrobras Procel contribuiu para uma economia de mais de 10,5 mil GWh, o equivalente ao consumo anual de 5,25 milhões de residências. Além disso, evitou-se a emissão de 1,4 milhões de tCO₂eq, que corresponde à emissão de 489 mil veículos em um ano. Os custos evitados no setor elétrico em função dos resultados do Procel em 2014 foram de R\$ 1,17 bilhão. (GRI EU7, GRI EC9)

O Procel atua em todo Brasil por meio de programas setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria. As principais realizações desses programas setoriais em 2014 foram:

Selo Procel

O Selo Procel de Economia de Energia tem por objetivo ser uma ferramenta simples e eficaz, que permite ao consumidor identificar os equipamentos e eletrodomésticos mais eficientes à disposição no mercado, além de induzir ao desenvolvimento e ao aprimoramento tecnológico de tais produtos.

Nesse sentido, o Selo Procel atua na capacitação de laboratórios e centros de pesquisa, auxilia no estabelecimento de índices máximos de consumo de energia elétrica em equipamentos, relativos à Lei de Eficiência Energética (10.295/2001), bem como fornece subsídios ao Inmetro para elaboração de normas técnicas para ensaios de eficiência energética. A rede de laboratórios de ensaios para concessão do Selo Procel é formada por mais de 20 laboratórios em centros de

pesquisa e universidades, envolvendo mais de 280 profissionais.

Em 2014, iniciou-se a concessão do Selo Procel para fornos de micro-ondas e lâmpadas LED dos tipos bulbo e tubular, aumentando o portfólio do subprograma para 39 categorias de produtos. *(GRI EU7, GRI EC9)*

Procel Edifica

O Procel Edifica incentiva a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais (água, luz, ventilação etc.) nas edificações, reduzindo os desperdícios e os impactos sobre o meio ambiente e desenvolve suas atividades segundo seis vertentes: capacitação humana; tecnologias; disseminação; subsídios à regulamentação; habitação e eficiência energética; e o apoio, por meio de convênios, protocolos e patrocínios com instituições acadêmicas, à associações de fabricantes e de classe e órgãos de fomento. Em 2014, destacam-se as seguintes ações:

- - Lançamento do Selo Procel de Economia de Energia para Edificações, uma alternativa de conformidade para comprovação de pré-requisito de desempenho energético mínimo ao Leadership in Energy and Environmental Design (LEED). Em 2014, foram concedidas nove certificações para edificações construídas e sete certificações na etapa de projeto;
- - Apoio técnico ao Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações (PBE Edifica), em parceria com o Inmetro. Em 2014 foram concedidas 121 Etiquetas Nacionais de Conservação de Energia (ENCE) para edificações comerciais, de serviços e públicas e 2.120 etiquetas ENCE para edificações residenciais.
- - Elaboração e início das atividades do projeto Applying UK Expertise to Develop a Smarter Grid in Brazil, financiado pela embaixada Britânica, por meio do Prosperity Fund.

(GRI EU7, GRI EC9)

Procel Reluz

O Procel Reluz atua na implantação de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública e sinalização semafórica por meio da substituição de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes. Além disso, promove a capacitação laboratorial em universidades brasileiras e centros de pesquisa, com foco no uso eficiente de sistemas de iluminação pública e sinalização semafórica. Em 2014, foram implantados cerca de 33 mil pontos de iluminação pública em três municípios nos estados de São Paulo, Piauí e Goiás. A economia de energia elétrica e redução de demanda no horário de ponta, em 2014, foram de 150.557 MWh e 34.338 kW, respectivamente. *(GRI EU7, GRI EC9)*

Procel Indústria

O Procel Indústria desenvolve atividades de incentivo à eficiência energética por meio de parcerias com federações estaduais de indústrias, Confederação Nacional da Indústria (CNI), universidades, SEBRAE e associações de classe. Os trabalhos desenvolvidos com as federações das indústrias ajudam a identificar os maiores potenciais de economia de energia elétrica em sistemas motrizes, capacitar multiplicadores e agentes industriais em eficiência energética, elaborar e implantar ações economicamente viáveis propostas nos diagnósticos energéticos e divulgar os resultados. Nas universidades, as ações são desenvolvidas com foco na implantação de laboratórios para otimizar sistemas motrizes para fins didáticos (Lamotriz), além de financiar bolsas de estudos para o desenvolvimento de trabalhos de graduação e pós-graduação no tema.

Em 2014, o Procel Indústria avaliou o potencial de economia de energia de 1.200 MWh/ano, por meio de diagnóstico energético no sistema da unidade de Barcarena da Hydro Alunorte, em parceria com a Rhodia-Solvay.

Além disso, o Programa vem participando de reuniões nacionais para a elaboração de subnormas relacionadas à norma técnica NBR ISO 50001 - Sistemas de Gestão de Energia, publicada em 2011. *(GRI EU7, GRI EC9)*

Procel Educação

O Procel Educação tem desenvolvido trabalhos em todos os níveis do ensino formal do país. Graças à parceria com concessionárias distribuidoras de energia elétrica, por meio do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com instituições de ensino públicas e privadas da educação básica, por meio das metodologias “Energia que transforma” e “A natureza da paisagem – Energia: recurso da vida”, o Procel Educação tem alcançando crianças e jovens da educação básica. De acordo com a Aneel, os projetos educacionais iniciados em 2014, no âmbito do PEE, beneficiaram cerca de 1.270 escolas 4.678 professores e 477.305 alunos, graças ao Procel nas Escolas.

O Programa tem contribuído, também, para a formação profissional, em parceria com escolas técnicas e instituições de ensino superior. Em 2014, foram formadas duas turmas do curso ENERGE, na modalidade de ensino a distância, que é oferecido em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), contando com a participação de 272 alunos de 91 instituições de ensino superior do país.

Em 2014, foi inaugurado o Centro de Inovação em Eficiência Energética (InovEE), na Universidade Estadual Paulista (Unesp), que atua em duas linhas estratégicas: educação para eficiência energética e armazenamento de energia. *(GRI EU7, GRI EC9)*

Procel Sanear

O Procel Sanear atua, por meio de parcerias estratégicas, nas seguintes áreas: promoção de ações de capacitação em eficiência energética dos profissionais do setor saneamento ambiental; incentivo ao desenvolvimento de projetos que promovam a eficiência energética e o combate ao desperdício de água e de energia nos sistemas de saneamento e apoio às ações de Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação – P&D+I, por meio da atuação da Rede Lenhs – Laboratórios de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento – e da revisão e edição de publicações técnicas voltadas para a eficiência energética, o controle e a redução de perdas de água no saneamento e na irrigação.

Em 2014 foram lançadas sete publicações técnicas, por meio do Convênio de Cooperação Técnico-Financeira entre a Eletrobras e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e realizada a capacitação de 58 profissionais de saneamento com um curso sobre diagnósticos hidroenergéticos. Com base nesses diagnósticos, realizados para três companhias de abastecimento e saneamento (SAAE – Itapira/SP, CAGEPA – João Pessoa/PB e COSANPA – Belém/PA), avaliou-se que há potencial de economia de energia de 1.557 MW/ano, de redução de demanda na ponta de 500 kW/ano, e de redução de perdas reais de água de 2.118 mil m³/ano. (GRI EU7, GRI EC9)

Procel GEM

O Procel GEM atua por meio de três vertentes principais: i) Treinamento Economizando Energia Elétrica nas Prefeituras; ii) Formação de Agentes Municipais de Economia de Energia, por meio do Projeto Comunidades de Aprendizado em Gestão Energética Municipal; e iii) Elaboração de Plamges (Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica). O Plamge é um instrumento de apoio à administração pública municipal que possibilita conhecimento, gerenciamento, planejamento e controle do uso da energia elétrica, por meio da otimização do consumo, identificando as oportunidades de economia.

Em 2014, foram concluídos dois Plamges em dois municípios do Pará, que, juntos, apresentam um potencial de economia de energia elétrica de aproximadamente de 790,0 MWh/ano. Além disso, em 2014 o programa foi responsável pela economia de recursos de R\$ 3.129,89, por meio de suas ações nas prefeituras. (GRI EU7, GRI EC9)

Procel EPP

O Procel Eficiência Energética nos Prédios Públicos objetiva promover ações de conservação de energia elétrica em prédios públicos nos níveis federal, estadual e municipal, além de disseminar técnicas e metodologias para replicação de projetos nas seguintes áreas: sistemas de iluminação; sistemas de climatização; e outro sistema que promova a redução do consumo de energia elétrica e a

inovação tecnológica em instalações prediais e laboratoriais.

Em 2014, o Procel EPP apoiou a publicação e a aplicação da Instrução Normativa nº. 02, de 4 de junho de 2014, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam **retrofit**. (GRI EU7, GRI EC9)

Procel Info

O Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética foi criado em 2006 com o objetivo de ser referência nacional na disseminação de informação qualificada sobre o uso eficiente da energia elétrica e de produtos e ações do Procel. Os conteúdos disponibilizados no Portal são apresentados de forma organizada e estruturada, com uma base de dados dinâmica e atualizada permanentemente. A equipe do Centro também se dedica à produção e análise de pesquisas, estudos e ferramentas de interesse do público. Os próprios usuários podem enviar seus trabalhos técnicos para serem divulgados no Portal, sendo também estimulados a colaborar com sugestões e dicas de conteúdo para enriquecer a base de dados do Portal. Em 2014, houve mais de 591 mil acessos ao Portal Procel Info, correspondente a uma média de mais de 49 mil acessos mensais e o cadastro de 6.056 novos usuários, totalizando 33.955 desde a sua criação. (GRI EU7, GRI EC9)

Eficiência Energética em Edificações

O tema eficiência energética trouxe grandes novidades em 2014. O Mundial de Futebol, realizado no Brasil contou com a participação do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). O estádio Arena das Dunas, em Natal (RN), palco de quatro partidas do campeonato, foi o primeiro estádio do Brasil a receber a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia PBE Edifica. A certificação faz parte da parceria entre o Inmetro e a Eletrobras, por meio do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), executado pelo Inmetro, que cuida da eficiência energética de edificações.

Coube à Eletrobras os investimentos pioneiros que viabilizaram a estruturação desse processo no país. A Classificação Geral A, alcançada pelo estádio Arena das Dunas, teve os níveis de eficiência analisados por especialistas do LabCon, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que integra a Rede de Eficiência Energética

Jobson Galdino (Portal da Copa/NE - Foto Pública em 17/03/2014)



Arena das Dunas

em Edificações (R3E). A auditoria foi feita por inspetores da Fundação CERTI (SC), que emitiu a etiqueta. (GRI EU7, GRI EC9)



Selo Procel Edificações

A Eletrobras lançou no fim de novembro de 2014 o Selo Procel Edificações, para indicar as construções que apresentarem os mais altos níveis de eficiência energética. As edificações equivalem hoje a 48% do consumo nacional de energia. O lançamento ocorreu junto com a cerimônia em homenagem aos 20 anos do Selo Procel.

O Procel também foi homenageado internacionalmente. A Eletrobras recebeu o Prêmio de Reconhecimento pelos 30 anos de execução do programa durante o World Summit of Regions for Climate, em Paris. O evento foi organizado pela Regions of Climate Action (R20), entidade parceira da Eletrobras em projetos como energias renováveis e LED para a iluminação pública. (GRI 2.10, GRI EU7, GRI EC9)

Programa Luz Para Todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – **Programa Luz Para Todos** (LPT), institucionalizado em 2003, tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público, até o ano de 2018.

Considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos maiores programas sociais do mundo, promovendo o acesso universal à energia elétrica e um exemplo a ser seguido pelas demais nações. O Programa tem como objetivo principal o atendimento à população de extremo isolamento em áreas remotas, de forma sustentável, priorizando a utilização de fontes renováveis de energia.

Além de levar energia à população rural, o Programa oferece soluções para sua utilização como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como os programas sociais do Governo Federal. O Programa prevê ainda a instalação gratuita nas residências de até três pontos de luz (um por cômodo), duas tomadas, condutores, lâmpadas e demais materiais necessários.

O LPT favorece a permanência das famílias no campo, melhorando a qualidade de vida. Com a chegada da energia elétrica, as famílias adquirem eletrodomésticos e equipamentos rurais elétricos, permitindo aumentar sua renda, a melhoria do saneamento básico, da saúde e da educação, fortalecendo o capital social dessas comunidades.

São priorizadas obras para o atendimento de comunidades inseridas no Programa Territórios da Cidadania ou no Plano Brasil Sem Miséria, assim como daquelas provenientes de assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário, além de escolas, postos de saúde e poços d'água comunitários. (GRI EU23)

O **Luz para Todos** é coordenado pelo MME e operacionalizado pela Eletrobras, que realiza a gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural associadas a este programa.

Ainda no âmbito do LPT, foram identificadas diversas situações em que o atendimento está condicionado à execução de projetos com características especiais, uma vez que as localidades a serem atendidas encontram-se distantes das redes de distribuição de energia elétrica existentes, de difícil acesso, e geralmente com baixa densidade populacional. Estimativas preliminares apontaram para uma elevada demanda de atendimentos nestas condições. Assim, em complementação aos Programas de Obras que utilizam predominantemente redes de distribuição tradicionais, foram criados os chamados Projetos Especiais, instituídos em 2009, com o objetivo de atender a população de extremo isolamento em áreas remotas, de forma sustentável, priorizando a utilização de Fontes Renováveis de Energia.

No ano de 2014 as empresas de distribuição da Eletrobras, no âmbito do Programa **Luz para Todos**, realizaram mais de 377 mil novas ligações, que proporcionaram uma receita adicional de R\$ 783,7 mil.

Luz para Todos: números em destaque

- Investimentos previstos para a implantação do Programa **Luz para Todos**, ao final do ano de 2014: **R\$ 22,23 bilhões**, sendo **R\$ 16,09 bilhões** (72%) referentes aos recursos setoriais administrados pela Eletrobras (Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão).
- Só em 2014, foram liberados **R\$ 0,63 bilhão** originados de recursos da CDE.
- Desde 2004 já foi liberado um montante de **R\$ 13,24 bilhões** (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de **R\$ 16,09 bilhões**, ou seja, **82%** do total de recursos contratados.
- Em 2014, foram realizadas **90.568 ligações**, acumulando um montante de **3.200.410 ligações** efetuadas desde 2004.
- Mais de **15,4 milhões** de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro desde o início do programa, em 2004.
- **95%** da meta global de **3.370.475 ligações** atingida, considerados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa **Luz para Todos**, (Sistema LPT) **16.621** projetos no ano de 2014, totalizando **506.989** projetos desde 2004 (considerando apenas os compromissos dos Agentes Executores⁵¹ com a Eletrobras). Este total de obras resultou no atendimento de **2.690.303** ligações, o que corresponde a **91%** do total de ligações contratadas entre os agentes executores e a Eletrobras, assim como:

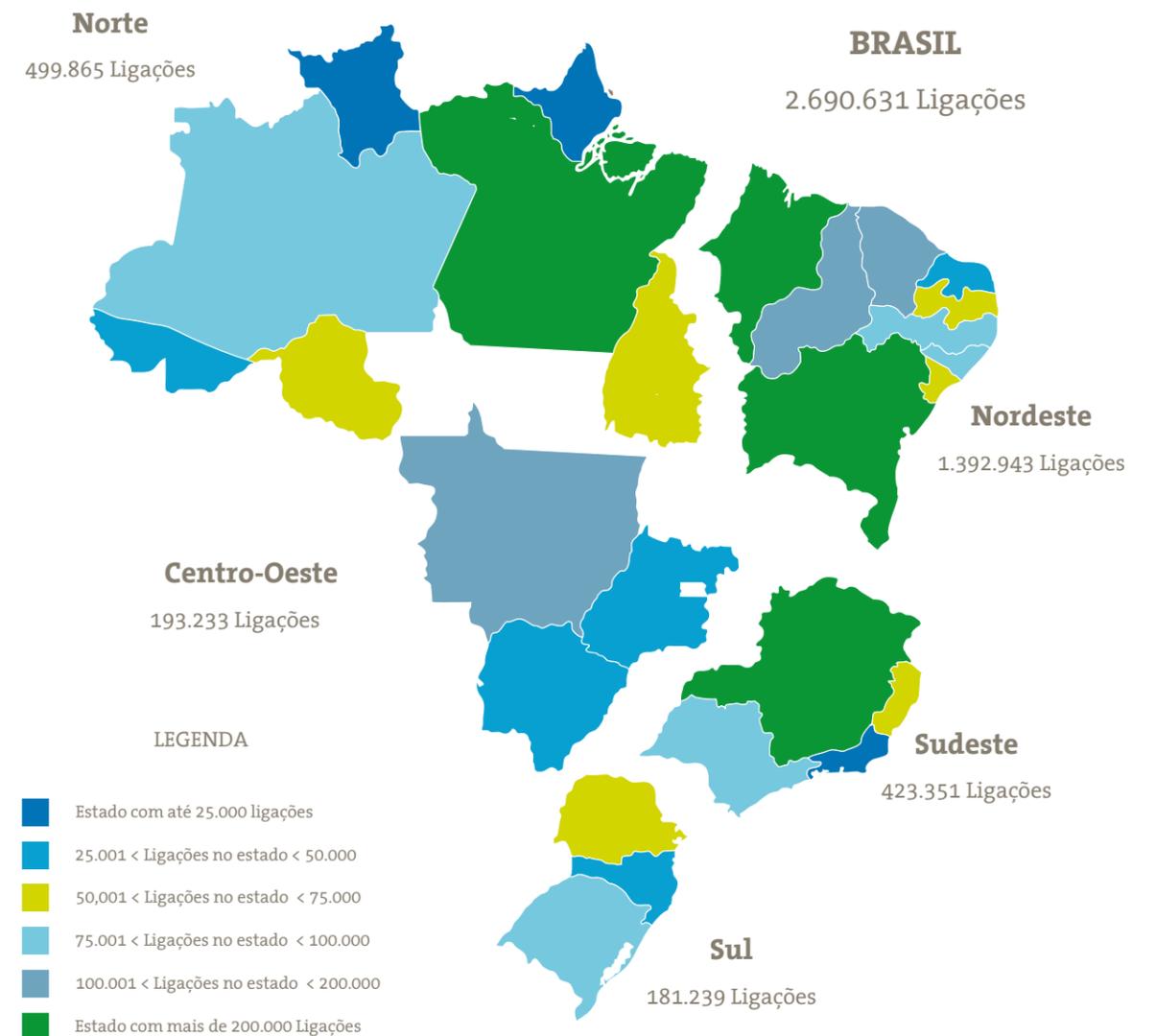
- Ligação de unidades consumidoras em **5.431** municípios no meio rural brasileiro.
- Construção de **690.034 km** de redes elétricas de alta e baixa tensão.
- Implantação de **7,17 milhões** de postes.
- Instalação de **1.025.883 transformadores**.
- Implantação de **2.258 sistemas fotovoltaicos**.

51 Concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural.

Número de ligações até 31.12.2014

Contratos Eletrobras

(Cadastro Sistema LPT + Projetos Especiais Inspeccionados)



Impactos indiretos do LPT

Estimativas do Ministério de Minas e Energia (MME) indicam que mais de 480 mil empregos diretos e indiretos foram gerados em consequência da implantação do programa, uma vez que é dada prioridade ao uso da mão de obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais, fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas. Cabe destacar ainda os benefícios gerados na economia, com o aumento na demanda por eletrodomésticos e equipamentos eletorrurais. (GRI EC9, GRI EU23)

Acordo Internacional de Cooperação Técnica para atendimento a regiões remotas

Com o intuito de apoiar as empresas de distribuição no atendimento a regiões remotas com sistemas baseados em fontes renováveis de energia e promover a inclusão social da população rural brasileira, a Eletrobras mantém projeto de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

O Projeto de Cooperação Técnica firmado em 2009 entre a Eletrobras, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Ministério de Relações Exteriores tem por finalidade desenvolver ações e atividades de gestão de soluções alternativas para o acesso e incentivo ao uso eficiente e produtivo de energia elétrica no meio rural brasileiro. Denominada Acesso e Uso da Energia Elétrica como Fator de Desenvolvimento de Comunidades do Meio Rural Brasileiro, em 2014 essa cooperação trabalhou no desenvolvimento de ferramentas para a gestão de projetos de eletrificação rural e realizou estudos sobre o modelo de gestão de contratos de serviço para o suprimento de energia elétrica e sobre o marco regulatório de sistemas isolados e atendimentos à regiões remotas. Os resultados foram apresentados à **Aneel** e ao MME com o objetivo de formular resoluções e integrar ações para planejar, desenvolver e avaliar projetos de sistemas de geração descentralizada para a universalização do serviço de energia elétrica.

Já foram desenvolvidos projetos nos estados do Pará e do Amazonas, sendo esses últimos em parceria com a Eletrobras Amazonas Energia, para atendimento de 12 comunidades (222 famílias) com sistemas de geração descentralizados puramente fotovoltaicos. Esse apoio abrange desde a concepção dos projetos executivos até o monitoramento, avaliação dos dados operativos e aprimoramento da gestão dos projetos.

Buscando fomentar o uso de fontes renováveis de energia no atendimento em regiões remotas, no âmbito do Protocolo de Intenções assinado entre a Eletrobras e a Secretaria do Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), do Governo do Estado do Acre, a Eletrobras desenvolveu um projeto para a implantação de um Centro Comunitário de Produção utilizando sistema de geração com energia fotovoltaica para produção

avícola, cujo objetivo principal é a busca da segurança alimentar da comunidade indígena Kaxinawa, localizado em Tarauacá (AC). No ano de 2014, este projeto foi submetido pela Eletrobras Distribuição Acre à apreciação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), conforme legislação pertinente, sendo habilitado para licitação.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

O Proinfa foi criado com o objetivo de promover a diversificação da matriz elétrica brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e biomassa. À Eletrobras, foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do Proinfa pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

Até dezembro de 2014, um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), foi adicionado à matriz elétrica brasileira pelo Proinfa, totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW.

Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em 2006 até o final de 2014, a contribuição do Proinfa para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 67 milhões MWh.

Direitos Humanos

PACTOGLOBAL



A Eletrobras e todas as suas empresas buscam a garantia dos direitos humanos em todos os aspectos de seu negócio. Para a companhia, seja nos estudos de implantação para novos empreendimentos ou na adoção de medidas juntos a seus fornecedores, o cumprimento desse compromisso faz parte da sua responsabilidade com o crescimento sustentável.

Para disseminar esse valor entre seus empregados, as empresas Eletrobras⁵² realizam treinamentos, palestras e eventos.

Devido a uma mudança no modo de contabilização do tempo de treinamento em políticas relacionadas à direitos humanos, o número de horas diminuiu em relação a 2013, totalizando 10.944 horas em 2014⁵³. Entretanto, o número de empregados treinados em políticas de direitos humanos aumentou, chegando a 16,7% (3.644) do quadro. (GRI HR3)

Os empregados das empresas prestadoras de serviços (vigilantes)⁵⁴ recebem obrigatoriamente um treinamento em Direitos Humanos

52 A informação não abrange as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Piauí, Eletropar e Furnas não realizaram treinamento relacionado a Direitos Humanos, em 2014.

53 Os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Rondônia, Chef e Eletronorte. O número total de horas equivale ao somatório das cargas horárias dos eventos educacionais.

54 A maior parte do quadro de seguradoras das empresas Eletrobras é terceirizada.

em sua formação profissional e cursos de reciclagem a cada dois anos. A Eletrobras prevê nos contratos o treinamento periódico deste público pela empresa contratada e exige, na gestão, a comprovação deste treinamento assim como a avaliação e adaptação quanto aos procedimentos da sua função. Dentre os 227 vigilantes empregados diretamente, 96 tiveram esse treinamento (42,3%). (GRI HR8)

Contratação de fornecedores

Fornecedores e prestadores de serviço das empresas Eletrobras têm em seus contratos cláusulas relativas a direitos humanos que estão sujeitos a sanções como a suspensão do direito de licitar com a Eletrobras e a possibilidade de denúncia formal ao Ministério Público.

Os fornecedores são monitorados mensalmente no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e sociais para com seus empregados prestadores de serviços locados nas empresas Eletrobras por meio de documentação exigida em cláusulas contratuais que definem as expectativas mínimas de desempenho com relação aos direitos humanos dos empregados (pagamento justo, alimentação, saúde, limitação de horas trabalhadas além da jornada etc). Os casos de não conformidade sofrerão as consequências estabelecidas em contrato nas cláusulas de penalidades. Denúncias poderão ser levadas a Ouvidoria ou diretamente à Comissão de Ética.

Em 2014, 98,5%⁵⁵ dos contratos de investimento⁵⁶ e 100% dos contratos de **fornecedores críticos (significativos)** incluíram cláusulas de direitos humanos ou foram submetidos a avaliações referentes ao assunto. A Eletrobras não possui um mecanismo formal de monitoramento dessas cláusulas, mas em caso de denúncia a comissão de ética poderá fazer verificações aplicar as sanções cabíveis.

Na Eletrobras **holding**, todos os fornecedores críticos de terceirização de mão de obra são monitorados mensalmente para verificar o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e sociais em relação a seus empregados. (GRI HR1, GRI HR2)

⁵⁵ Os dados não abrangem as empresas Eletrobras Amazonas Energia, Chesf, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia. O indicador não é aplicável à Eletropar.

⁵⁶ Contratos de investimentos significativos: gastos vinculados ao objeto social das empresas e que ao final o ativo será incorporado ao patrimônio de forma integral. Devem passar pela aprovação da Diretoria Executiva e/ou do Conselho de Administração, dependendo do seu valor.

Contratos com fornecedores/empresas contratadas e parceiros de negócios que possuem cláusulas de direitos humanos (GRI HR2)

	2014 *	2013 **	2012 ***
Número de contratos com fornecedores significativos , empresas contratadas e outros parceiros de negócios que incluíram cláusulas de Direitos Humanos	5.002	3.015	1.048
Número total de contratos com empresas contratadas e fornecedores significativos	5.002	3.015	6.026
Percentual de contratos com empresas contratadas e fornecedores significativos que incluíram cláusulas ou critérios de avaliação de direitos humanos	100%	100%	17,4%

* Os dados abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Roraima, Eletrobras Cepel, Eletrobras CGTEE, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Furnas, holding e Itaipu Binacional.

** Os dados abrangem todas as empresas, exceto Eletropar, por não ser aplicável.

*** Os dados abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Acre, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Eletrobras Chesf, Eletrobras CGTEE, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Furnas.

Conformidade em relação aos direitos humanos

Em 2014, foram registradas 12 queixas (10 referentes a 2014 e duas a 2013). Desse total, cinco estavam relacionadas a direitos humanos e sete a **discriminação**, sendo três delas de **stakeholders** externos e nove de **stakeholders** internos. Entre as 11 queixas resolvidas, apenas uma foi considerada procedente e categorizada por **discriminação**⁵⁷. (GRI HR11)

Em 2014, foi registrada uma queda de 85% no número total de casos de **discriminação** em comparação ao período anterior. Apenas dois casos considerados procedentes foram registrados: um na Eletrobras Eletronorte, encaminhado à Secretaria Executiva do Comitê de Gênero e Diversidade e o segundo na Eletrobras Furnas. Essa segunda ocorrência estava relacionada a um mal-entendido interno sobre o acesso e a permissão de uso de um dos banheiros femininos e se encontra solucionada⁵⁸. (GRI HR4)

⁵⁷ Para o indicador HR11, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, CGTEE e Distribuição Alagoas.

⁵⁸ Para o indicador HR4, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras CGTEE e Distribuição Roraima.



Desempenho Ambiental

PACTO GLOBAL



Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental da Eletrobras realiza o monitoramento de todas as ações relacionadas ao meio ambiente das empresas. Ele se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente (SCMA) e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (**Sistema IGS**).

Política Ambiental: orienta o tratamento das questões socioambientais associadas aos empreendimentos de energia elétrica das empresas Eletrobras por meio de um documento que reforça o compromisso da empresa com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do país. Em maio de 2013 foi aprovada uma nova versão da política, que incorporou cinco diretrizes temáticas que se referem à biodiversidade, comunicação ambiental, gestão socioambiental e patrimonial dos reservatórios, educação ambiental e mudanças climáticas. Em 2014 foi aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras a resolução que implementa nas empresas Eletrobras o Plano de Ação para Divulgação e Internalização da Política Ambiental, reforçando ações anteriores desenvolvidas por cada empresa.

Comitê de Meio Ambiente (SCMA): espaço para discussão de práticas e diretrizes para as questões socioambientais das empresas. Ele é composto por gestores da área de meio ambiente das empresas, que se reúnem pelo menos três vezes ao ano. O SCMA possui atualmente 11 grupos de trabalho e três comissões temáticas.

Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS): desde 2010, o **Sistema IGS** monitora os indicadores ambientais de todas as empresas Eletrobras. Ferramenta estratégica para a companhia, hoje o sistema já possui 181 indicadores e 274 variáveis que envolvem temas como água, energia, resíduos, biodiversidade, ações voluntárias e conformidade. Em 2014, o **Sistema IGS** possuía 565 usuários cadastrados em todas as empresas Eletrobras. Sua ampliação para as dimensões social, econômico-financeira, eficiência energética e governança está em desenvolvimento.

Para conhecer na íntegra a Política Ambiental das Empresas Eletrobras, acesse www.eletrobras.com > Sustentabilidade > Meio Ambiente

Água

A utilização racional dos recursos hídricos é fundamental para a manutenção no atendimento ao mercado de energia e para o desenvolvimento das atividades executadas pelas empresas Eletrobras.

O ano de 2014 ficou marcado por uma crise hídrica sem precedentes, que além de afetar o abastecimento, prejudicou também a geração de energia nas hidrelétricas. Por isso, é fundamental que a Eletrobras oriente e coloque em prática as melhores formas de gestão dos recursos hídricos, visando a manutenção do negócio, a prevenção de efeitos decorrentes de eventos hidrológicos críticos, os usos múltiplos da água e a redução dos impactos à população e ao meio ambiente.

A água utilizada pelas hidrelétricas na geração de energia não se caracteriza como consumo, uma vez que retorna integralmente aos cursos d'água de onde é retirada e por isso não integra o volume total consumido. O mesmo vale para a água do mar utilizada pela Eletrobras Eletronuclear (cerca de 3.199 milhões de m³) como fonte fria do sistema secundário das usinas nucleares Angra 1 e 2, que retorna integralmente ao mar do Saco Piraquara de Fora com um pequeno aumento de temperatura – fato monitorado constantemente para atender aos padrões estabelecidos pela legislação ambiental e não afetar a fauna aquática.

Em 2014, foram utilizados 4.374.542,7 m³ de água para fins administrativos e 36.086.925,7 m³ para a geração térmica. (*GRI EN8*)

Volume de água utilizada para consumo administrativo, por fonte, em m3 (*GRI EN8*)

	2014	2013	2012
Superficial*	3.609.999,7	3.621.391,5	4.166.361,7
Subterrânea**	182.669,7	199.109,3	129.779,1
Rede de abastecimento***	579.748,4	581.610,1	517.274,3
Total	4.374.542,7	4.402.110,9	4.813.415,1

Os dados não abrangem as empresas:

*Em 2014: empresas de Distribuição, Eletrobras Chesf, Cepel, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronuclear, Itaipu Binacional e holding. Em 2013: Eletrobras Amazonas Energia, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional.

** Em 2014: empresas de Distribuição, Eletrobras Chesf, Cepel, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronuclear e holding. Em 2013: Eletrobras Amazonas Energia, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional.

*** Em 2014: Eletrobras Distribuição Roraima, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional. Em 2012: Eletrobras Amazonas Energia e Distribuição Roraima.

Volume de água utilizada para produção termelétrica, por fonte, em m3 (GRI EN8)

	2014	2013	2012
Superficial*	37.269.256,4	9.495.785,2	9.048.822,0
Subterrânea**	0,0	4.176,0	N/D
Rede de abastecimento***	0,0	0,0	2.293,0
Total	36.086.925,7	9.499.961,2	9.051.115,0

Observação: Por não possuírem atividades de geração por meio de termelétricas, esta categoria do indicador não é aplicável às empresas de Distribuição da Eletrobras, à Itaipu Binacional, à Eletrobras Eletrosul, ao Cepel e à holding.

Em 2014, os dados não incluem as empresas:

* Eletrobras Chesf.

** Eletrobras Chesf, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronorte, Furnas e Eletronuclear.

*** Eletrobras Chesf, CGTEE, Amazonas Energia, Eletronorte, Furnas e Eletronuclear.

O volume de água utilizado pelas termelétricas sofreu um aumento em 2014 devido a inserção dos dados da Eletrobras Amazonas Energia no **Sistema IGS** evidenciando assim a melhoria da gestão ambiental na empresa. A água é captada pelo Complexo Termelétrico de Mauá e devolvida integralmente ao Rio Negro. Sua qualidade é monitorada e os laudos são encaminhados para o órgão ambiental local.

Em 2014, a Eletrobras Eletronuclear reduziu seu consumo de água na geração térmica em cerca de 60.000 m³ (7,8%) em relação a 2013. A esse desempenho atribui-se a participação em um treinamento técnico sobre perdas de água em tubulações de distribuição, a aquisição de equipamento para detecção de vazamentos, a reparação de vazamentos fora da Usina de Angra 1 e a substituição de selagens e resfriamento dos mancais das bombas de água de circulação por água do mar. (GRI EN8)

Reúso

Em 2014, foram reutilizados 2.052.031,6 m³ de água, representando 4,9% do volume total de água utilizado pelas empresas Eletrobras, um aumento de 287,2% em relação a 2013. Desse total, 77% foi reutilizado no processo produtivo e 23% no processo administrativo, em atividades que envolvem jardinagem e lavagem de veículos, além da limpeza de áreas, calçadas, peças e máquinas. Grande parte da água reutilizada é proveniente da captação de água das chuvas. (GRI EN10)

Volume e percentual de água reciclada (GRI EN10)

	2014	2013
Volume total de água reciclada (m3)*	2.052.031,6	529.915,0
Porcentagem de água reciclada do total**	4,9%	3,8%

* Os dados não abrangem as empresas:

Em 2014: empresas de Distribuição da Eletrobras, Eletrobras Amazonas Energia, Chesf, holding e Cepel.

Em 2013: empresas de Distribuição da Eletrobras, Eletrobras Amazonas Energia, Chesf, holding, Cepel e CGTEE.

**Em relação ao total consumido (indicador EN8).

O destaque de 2014 é a entrada de dados da Eletrobras CGTEE, que teve o maior volume de água reutilizada no processo administrativo em termos absolutos, acumulando 1.541.131,8 m³. Já a Eletrobras Eletrosul teve uma melhoria de 545%, passando de 114 m³ em 2013, para 735 m³ em 2014. A subestação Ibiúna da Eletrobras Furnas possui reúso direto e indireto de água por meio do tratamento de **efluentes**. O reúso direto é destinado a usos que requeiram padrões menos exigentes de qualidade, como lavagem de veículos e jardinagem. Já o reúso indireto permite que o **efluente** lançado da captação seja reaproveitado no processo produtivo⁵⁹. O total reutilizado em 2014 foi 36.192 m³.

Aproveitamento de água da chuva

A Eletrobras Eletronorte realiza a captação e armazenamento de água da chuva na UHE Tucuruí para uso na limpeza, conservação e jardinagem do prédio da Administração da Vila de Tucuruí. Além disso, parte do **efluente** tratado é reutilizado para aguçagem de jardim e árvores frutíferas do entorno da Estação de Tratamento de Esgoto. Na UHE Samuel, a água captada da chuva é utilizada na limpeza do refeitório e pátio, assim como na lavagem peças

e irrigação de jardins e viveiros. Em 2014, o total atingiu 764 m³. Já na Itaipu Binacional, foi verificado maior volume de água reutilizada no processo administrativo em termos absolutos (462.696 m³). A água da chuva captada é utilizada para lavagem dos carros e jardinagem e a água dos recintos de animais do Refúgio Biológico é recirculada em um sistema fechado e, após passar por tratamento, retorna aos recintos. (GRI EN10)

Gestão de águas pluviais

Desde 2012, a Eletrobras Eletrosul utiliza as águas pluviais nas unidades Divisão Regional do Oeste (DROE) e Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Campos Novos (CRCNO). Em 2014, o consumo de águas pluviais na DROE foi de 675 m³ para usos externos e irrigação da horta comunitária. Na CRCNO esse uso foi de 60,42 m³, para os banheiros, lavagem de calçadas e pisos e rega do jardim, representando uma economia de quase 60% da necessidade total de água para o prédio. A unidade CRCNO,

desde outubro de 2012, conta com uma torre sustentável que agrupa em um único elemento o sistema de aquecimento solar de água e o sistema de aproveitamento de água da chuva com capacidade de 10 mil litros para fins não potáveis. Na torre, ainda está inserida a caixa d'água fornecida pela concessionária pública. O sistema da torre é autônomo, quando falta água da chuva, os pontos de consumo de água não potável são supridos com água do sistema de abastecimento público. (GRI EN10, GRI EN26)

59 O efluente pode ser reaproveitado para geração de energia e/ou para a refrigeração de equipamentos.

Efluentes

Os **efluentes** líquidos das empresas Eletrobras são monitorados e tratados conforme parâmetros de qualidade exigidos pela legislação antes de serem descartados nos corpos receptores. Em 2014, a Eletrobras totalizou 7.644.228,1 m³, sendo 54,2% decorrentes do processo produtivo das empresas nas usinas térmicas e o restante resultado do processo administrativo. Nenhum **efluente** da Eletrobras é utilizado por outra organização. (GRI EN21, GRI EN26)

Descarte total planejado de água no processo produtivo (Usinas Térmicas) ⁶⁰ (GRI EN21)		
Por qualidade e destinação (m3)	2014*	2013
Rios	3.916.714,1	2.211.257,0
Lagos	400,0	2.500,0
Mar	229.179,9	257.756,0
Total	4.146.294,0	2.471.513,0
* Em 2014, os dados não incluem as empresas: Eletrobras Chesf e Amazonas Energia.		
Por método de tratamento (m3)	2014	2013
Efluentes sem necessidade de tratamento	153.720,0	202.428,0
Efluentes Tratados	3.992.574,0	2.269.085,0
Total	4.146.294,0	2.471.513,0
* Em 2014, os dados não incluem as empresas: Eletrobras Chesf e Amazonas Energia.		

Descarte total planejado de água no processo administrativo ⁶¹ (GRI EN21)		
	2014	2013
TOTAL	3.497.934,2	3.521.688,7
* Em 2014, os dados não abrangem a Eletrobras Distribuição Roraima.		

60 O indicador não é aplicável às empresas de Distribuição da Eletrobras, ao Eletrobras Cepel, à Eletrobras Eletrosul, à holding e à Itaipu Binacional, por não possuírem atividades de geração térmica.
61 Cálculo realizado com base na norma NBR 7.229/93, que considera que 80% da água destinada ao consumo humano é descartada (EN8) (GRI 3.9).

Energia

Por ser uma empresa comprometida com a manutenção do meio ambiente e a sustentabilidade do negócio, a Eletrobras desenvolve ações e projetos de melhorias em conservação e eficiência e também nas comunidades onde atua.

O consumo de energia direta renovável (etanol e biodiesel) e não renovável (gasolina, gás natural, gás liquefeito de petróleo, óleo diesel etc.) acontece pela utilização de equipamentos e maquinários, na operação de termelétricas, na frota de veículos e em outras operações. Esse consumo é monitorado pelo **Sistema IGS** e permite identificar variações e estabelecer ações de controle. Em 2014, as empresas Eletrobras registraram um consumo aproximado 62,0 bilhões de GJ em energia direta, sendo 99,5% para geração térmica de energia. (GRI EN3)

Consumo de combustível em GJ (GRI EN3)

Tipo de combustível	Atividades administrativas		Geração térmica		
	2014***	2013	2014	2013	
Renovável	Etanol veicular	28.534,47	27.478,2	ND	N/A
	Etanol adicionado a gasolina*	16.388,22	N/D	N/D	N/D
	Biodiesel**	14.524,24	N/D	2.848.552,67	N/D
	Gás natural	374,07	305,4	38.346.209,32	58.761.920,0
	Carvão	N/A	N/A	53.704.713,7	35.499.283,1
	Gasolina*	70.876.306,2	69.673,3	N/A	N/A
	Gasolina de aviação	N/A	1,9	N/A	N/A
	GLP	580.915,3	5.491,3	98.262,9	314,6
	GNV	N/A	21,4	N/A	N/A
Não-renovável	Óleo 2 tempos	75.695,6	134,9	N/A	N/A
	Óleo combustível	N/A	N/A	12.507.857.739,1	8.532.257,6
	Óleo diesel**	249.008.017,0	239.803,9	49.019.001.834,6	38.193.016,3
	Querosene de aviação	7.097.738,2	7.059,9	N/A	N/A
	Total	327.698.493,4	377.315,0	61.621.857.312,25	249.734.084,7

* No Brasil, em 2014, o percentual de etanol adicionado à gasolina foi de 25%.

** Na Geração Hidroelétrica (4.454,8 GJ), Transmissão (2.337,3 GJ) e Distribuição (728,5 GJ), o óleo diesel é utilizado em grupos geradores. No Brasil, em 2014, o percentual de biodiesel adicionado ao óleo diesel variou de 5 a 7%.

*** Em 2014, os dados abrangem todas as empresas Eletrobras.

N/A: Não Aplicável.

N/D: Não Disponível.

A energia indireta refere-se ao consumo por meio de fontes intermediárias, ou seja, a energia consumida em forma de eletricidade. Em 2014, foram consumidos cerca de 3,9 milhões de MWh de energia elétrica (13,9 milhões de GJ) nos processos administrativos e produtivos das empresas Eletrobras. (GRI EN4)

Consumo de energia elétrica* (GRI EN4)

	Atividades administrativas			Geração hidrelétrica			Geração termelétrica				Subestações			Total		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012		2014	2013	2012	2014	2013	2012
MWh	2.461.352,3	672.355,6	151.110,7	51.298,4	257.039,0	279.444,6	1.224.946,9	1.210.476,6	1.351.748,3		121.396,6	61.770,3	N/D	3.858.994,1	2.201.641,5	1.782.303,5
GJ	8.860.868,2	2.420.480,2	543.998,4	184.674,1	925.340,4	1.017.144,2	4.409.808,7	4.357.715,7	4.488.621,4		437.027,9	222.373,2	N/D	13.892.378,9	7.925.909,5	6.049.764,0

* Para a categoria "Geração hidrelétrica", em 2013 os dados não abrangem a Eletrobras Eletrosul. Em 2014, os dados abrangem apenas a Itaipu Binacional.
 Para a categoria "Atividades administrativas", em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, Distribuição Rondônia e Distribuição Roraima.
 Para a categoria "Subestações", em 2014, os dados não abrangem as seguintes empresas: Eletrobras CGTEE e Eletrobras Eletronuclear.
 Para a categoria "Geração termelétrica", em 2014, os dados abrangem todas as empresas da Eletrobras que geram energia com base em fontes térmicas.
 N/D: Não disponível.

Mudanças Climáticas

A Eletrobras tem como meta contribuir na transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado numa economia de baixo carbono. Com esse foco, em 2012, a alta administração da Eletrobras assinou uma declaração em relação às mudanças climáticas, na qual assume compromissos que orientam as ações da Eletrobras e suas empresas com relação ao tratamento do tema das mudanças climáticas. Entre esses objetivos está assegurar a implantação de ações de gestão das emissões de gases de efeito estufa, dar prioridade a projetos de energia renovável e atuar no fomento a estudos relativos às mudanças climáticas.

O compromisso que é ratificado com os **stakeholders** da empresa possui nove objetivos específicos:

1. Buscar uma estratégia unificada para as empresas Eletrobras no sentido de adotarem práticas que minimizem ou compensem suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).
2. Priorizar em sua carteira de projetos a participação de fontes de energia renováveis.
3. Identificar os principais riscos e oportunidades das alterações climáticas para o negócio da Eletrobras.
4. Assegurar a implementação de ações de gestão das emissões de GEE, mantendo um processo sistemático e contínuo e a busca de melhores práticas.
5. Assegurar aos públicos externo e interno o acesso à informação, em especial com a publicação anual do "Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa das Empresas Eletrobras".

6. Atuar no fomento aos estudos relativos às mudanças climáticas, no esforço de identificar e compreender seus impactos no setor elétrico brasileiro, e de buscar novas tecnologias para minimizar seus efeitos.

7. Atuar junto à cadeia produtiva, buscando a redução de emissões de gases de efeito estufa junto a fornecedores e clientes.

8. Apoiar e atuar na normatização das questões relativas à mudança do clima no âmbito governamental e da sociedade civil.

9. Interligação do Sistema SIN.

Com o objetivo de buscar padrões de excelência em seu ramo de atuação, em 2013 foram estabelecidas metas de Redução de Emissão de Gases do efeito Estufa, a serem cumpridas até 2015 (tendo como linha de base o ano de 2012). Definidas pelas próprias empresas, as metas são monitoradas por meio de dois indicadores sugeridos pela Eletrobras **holding**, são eles: o percentual de redução do uso de combustíveis fósseis da frota veicular própria (escopo 1) e o percentual de redução do consumo próprio de energia elétrica (escopo 2). Procura-se alcançar a redução de 6,6% de emissões de fontes móveis (Escopo 1) e de 3,6% de emissões relativas ao consumo de energia elétrica (Escopo 2).

A definição dessas metas de redução das emissões de GEE consolida uma trajetória de amadurecimento das empresas Eletrobras com relação ao tratamento das mudanças climáticas, demonstrando seu esforço no intuito de identificar, tratar e monitorar os riscos a ele associados. (GRI EC2)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em 2014, a Eletrobras **holding** realizou novamente uma análise de sensibilidade a respeito dos impactos financeiros de uma possível taxa de emissões de CO₂ sobre o faturamento de usinas termelétricas UTE Candiota III e UTE Presidente Médici (ambas pertencentes à Eletrobras CGTEE) e UTE Santa Cruz (Eletrobras Furnas). Desta análise resultou uma nota técnica que mostrou que, caso seja concretizada a regulamentação, haverá uma elevação substancial dos custos e despesas destas usinas. É intuito da empresa que este tipo de estudo faça parte dos processos relacionados ao seu planejamento estratégico, buscando incorporar os riscos regulatórios à tomada de decisão. (GRI EC2)

MITIGAÇÃO DE EMISSÕES E GERAÇÃO DE RECEITA

A Eletrobras Eletrosul substituiu todo o consumo de energia elétrica em seu edifício sede por energia gerada pela Pequena Central Hidrelétrica (PCH) João Borges de sua propriedade. Antes esta energia era proveniente do Sistema Interligado Nacional, mais cara por incluir fontes não renováveis em seu mix de geração. Além de contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, essa iniciativa resultou em uma economia de R\$13 mil. A empresa também inovou ao desenvolver um projeto de geração de energia solar em seu edifício sede, o primeiro prédio público do Brasil a ter um complexo de geração fotovoltaica integrado a um edifício. A Usina Megawatt Solar produziu cerca de 600 MWh, gerando receitas da ordem de R\$ 400 mil reais por meio da venda desta energia no ambiente de contratação livre. (GRI 1.2, GRI EN7, GRI EN18, GRI EC2)

Emissões

Desde 2009, a Eletrobras elabora anualmente o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e do **GHG Protocol**. O inventário abrange todas as empresas Eletrobras⁶².

Com um total aproximado de 13,9 milhões de tCO₂e, as emissões de GEE de 2014 praticamente mantiveram o nível de 2013, com um aumento de 0,1% se considerado os Escopos 1, 2 e 3 e de apenas 0,4% para os Escopos 1 e 2.

A redução das emissões do escopo 1 se deveu, em grande parte, a redução do consumo de combustível nas UTEs da Eletrobras Amazonas Energia, em função da desativação de cinco Usinas Termelétricas que foram interligadas a outras unidades mais próximas dos municípios (Mocambo, Manacapuru, Itapeaçu, Cameta e Atalaia do Norte, no estado de Amazonas), além da substituição da matriz energética de quatro usinas a óleo diesel por gás natural (Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, também no estado de Amazonas), aliado ao fato da desativação na capital do bloco 7 da UTE Mauá em função da energia demandada pelo SIN.

62 Exceto a Eletrobras Eletropar, empresa do grupo que se localiza dentro das dependências da holding.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em tCO₂e (GRI EN16, GRI EN17)

	2014	2013	2012
Escopo 1	9.358.352,2	10.270.406,6	8.169.468,0
Escopo 2	2.632.734,0	1.771.779,4	1.654.495,0
Escopo 3	1.897.528,3	1.828.086,1	1.948.184,0
Total	13.888.614,5	13.870.272,1	11.772.147,0

A intensidade de emissões das empresas Eletrobras no ano base 2014 foi de 0,0533 tCO₂e/MWh quando considerado o Escopo 1 (emissões diretas) e de 0,0682 tCO₂e/MWh considerando o Escopos 1 e o Escopo 2 (emissões indiretas). Essa intensidade é baixa se comparada a outras organizações do setor elétrico de porte equivalente no mundo. Isto se deve à participação majoritária de fontes não intensivas em carbono na matriz de geração das empresas Eletrobras, alcançando a marca de 91% da sua geração própria total líquida. (GRI EN16, GRI EN17)

Para a redução de emissão de gases do efeito estufa do Escopo 1, destacam-se a gradativa substituição de veículos movidos a gasolina ou diesel por veículos flex, ampliação do uso de veículos elétricos e racionalização de viagens terrestres para a mesma localidade. A Eletrobras Eletronorte vem investindo em equipamentos que evitam a fuga do gás SF6 para atmosfera.

A Eletrobras Amazonas Energia construiu em 2013 quatro usinas termelétricas movidas a gás que já estão em operação nos municípios de Anamã, Anori, Caapiranga e Codaja, no estado do Amazonas. Atualmente encontra-se em implantação uma nova usina a gás natural (Mauá III), em Manaus. As miniusinas fotovoltaicas, implantadas em comunidades distantes no interior do estado do Amazonas, apresentam-se como alternativa para geração de energia elétrica limpa, nas quais se aproveita a energia solar como fonte de energia, retirando de operação geradores movidos a óleo diesel. (GRI EN18, GRI EN26)

Já nas reduções de gases do efeito estufa do Escopo 2, destacam-se as iniciativas de **retrofit** nos sistemas de climatização e iluminação, instalação de aquecedores solares, estabelecimento de horários de funcionamento para iluminação e ar-condicionado, e programas de consumo consciente para motivar os colaboradores quanto à redução do consumo de energia elétrica. Nas iniciativas relativas ao Escopo 3, destacam-se o controle do número de viagens e uso de videoconferências, resultando em uma redução dessas emissões em 11,7% ou 1.386,3 tCO₂e, em relação a 2013. (GRI EN18)

As emissões de NO_x (óxidos de nitrogênio) e SO_x (óxidos de enxofre) decorrentes das atividades das empresas Eletrobras estão relacionadas aos processos de geração de energia elétrica por usinas térmicas. Em 2014, o total de emissões de NO_x foi de 23.510,4

toneladas, representando uma redução de 7,2% de emissões em relação a 2013. Já as emissões de SOx totalizaram 52.364,8 toneladas, um aumento de 1,0% em relação à 2013. (GRI EN20)

A Eletrobras Eletronorte realiza o monitoramento constante das emissões atmosféricas das chaminés da UTE Santana. Já a Eletrobras CGTEE possui sistema de dessulfurização e abatimento de material particulado, que diminui em até 80% a concentração de dióxido de enxofre (SO₂) e do material particulado na atmosfera, oriundos da queima do carvão mineral, e possui uma rede de monitoramento da qualidade do ar composta por cinco estações, distribuídas na área de influência de seus empreendimentos e informa frequentemente a população local sobre a concentração de poluentes no ar por meio de Boletins Ambientais. (GRI EN20, GRI EN26)

Biodiversidade

Considerando que as questões ambientais estão diretamente relacionadas à natureza dos nossos negócios, a gestão e a minimização dos impactos ambientais é uma diretriz estratégica para as empresas Eletrobras, sendo considerada desde o planejamento até a operação dos empreendimentos. Dessa forma, a gestão da biodiversidade no negócio das empresas é uma das preocupações da Eletrobras que possui em sua Política Ambiental diretrizes específicas para o tema.

Com foco na melhoria contínua de sua gestão, o **Sistema IGS** possui indicadores específicos para a biodiversidade que vem sendo ampliados continuamente, como apoio a áreas protegidas, atividades de recuperação e restauração de *habitats*, plantios de mudas e sementes, programas de monitoramento de fauna, entre outros. Além disso, a Eletrobras possui um grupo de trabalho específico para tratar das questões de biodiversidade relevantes para as empresas. Baseadas no indicador “ações voluntárias voltadas à proteção da biodiversidade” (**Sistema IGS**), as empresas Eletrobras fazem a gestão do tema, visando o aumento das ações de proteção à biodiversidade. A Eletrobras definiu 2019 como o ano de verificação dos resultados das ações que vem sendo desenvolvidas pelas suas empresas.

Apoio a áreas protegidas

O apoio às unidades de conservação tem se mostrado uma medida eficaz para contribuir com a proteção da biodiversidade. Parques, reservas biológicas e estações ecológicas, entre outros, abrigam diversas espécies, formando uma rede de proteção nos diversos biomas do país. Em 2014, 66 áreas protegidas receberam apoio das empresas Eletrobras – sendo 53 unidades de conservação e sítios

arqueológicos e 13 terras indígenas – todas localizadas nos principais biomas brasileiros (Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Pampa). Isso representa um total de 74.938,1 km² e um investimento de R\$ 80,1 milhões, realizado pelas empresas Eletrobras.

Apoio a áreas protegidas (GRI EN13)

	Cerrado	Mata Atlântica	Amazônia	Caatinga	Pampa	Total
Áreas Protegidas	18	29	4	1	1	53
Terras Indígenas	1	9	3	0	0	13
Total de Áreas Protegidas	19	38	7	1	1	66
Área Total (km ²)	15.607,6	10.448,2	48.255,8	622,9	3,5	74.938,1

Unidades operacionais da Eletrobras e o apoio a áreas protegidas

As unidades operacionais das empresas Eletrobras estão localizadas de forma adjacente, inseridas parcialmente ou totalmente em áreas de proteção ambiental. Algumas dessas áreas foram criadas em período anterior ao da instalação dos empreendimentos, como é o caso da UHE Itaipu Binacional e da usina de Angra 1, operada pela Eletrobras Eletronuclear. As demais unidades citadas na tabela a seguir são anteriores às áreas protegidas, que, em sua maioria foram criadas e são mantidas com o apoio das empresas Eletrobras. (GRI EN11)

A localização de empreendimentos próximos a áreas protegidas, muitas vezes, possibilita o apoio das empresas a estas áreas, como é o caso das ações de conservação da biodiversidade, de pesquisa, educação ambiental e turismo no Parque Nacional do Iguaçu realizadas pela Itaipu Binacional e das ações de demarcação e de sinalização do Parque Nacional Serra da Bocaina pela Eletrobras Eletronuclear. (GRI EN13)

As iniciativas de apoio às áreas protegidas das empresas Eletrobras são feitas em parceria com diversos órgãos como **Ibama**, ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, governos e secretarias estaduais, prefeituras, Ministério Público, Polícia Federal, Concessionárias Rodoviárias, Funai, associações indígenas, proprietários rurais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, empresas, entre outros. (GRI EN13)

Unidades totalmente, parcialmente inseridas ou adjacentes às áreas protegidas (GRI EN11)				
Unidade	Posição da unidade em relação a área protegida	Tipo de operação	Tamanho da unidade operacional (km ²)	Área Protegida
UHE Itaipu*	ADJACENTE	Geração Hidrelétrica	1.350,00	Parque Nacional do Iguaçu
				Parque Nacional de Ilha Grande
				Parque Estadual Cabeça de Cachorro
				Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Maria
Angra 1*	ADJACENTE	Geração de energia elétrica a partir de fonte nuclear	1,40	Parque Nacional Serra da Bocaina
Angra 2				Área de Proteção Ambiental Tamoios
Angra 3 (em construção)				Estação Ecológica Tamoios
UHE Tucuruí	TOTALMENTE INSERIDA	Geração Hidrelétrica	3.008,14	Área de Proteção Ambiental Tucuruí
UHE Samuel	PARCIALMENTE INSERIDA	Geração Hidrelétrica	585,00	Estação Ecológica Samuel
UHE Balbina	TOTALMENTE INSERIDA	Geração e elevação de energia elétrica	2560,00	Reserva Biológica Uatamã
Unidade Adrianópolis	TOTALMENTE INSERIDA	Ensaio em equipamentos elétricos	0,30	Área de Proteção Ambiental Rio D'Ouro
	PARCIALMENTE INSERIDA			Reserva Biológica de Tinguá

* A UHE Itaipu foi construída entre 1975 e 1982, e está localizada adjacente ao Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939. Já a construção da unidade Angra I foi iniciada em 1972, um ano após a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Impactos e ações preventivas

Um dos principais instrumentos de gestão de impactos utilizado pelas empresas Eletrobras são os Estudos de Impacto Ambiental que são realizados com o intuito de caracterizar as áreas onde os projetos estão sendo planejados, identificar os possíveis impactos advindos da instalação e operação dos empreendimentos e propor ações de mitigação e compensação.

Para cada impacto são identificadas as respectivas medidas de mitigação, controle ou compensação que ofereçam a aplicação de melhores técnicas de controle e monitoramento ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente e com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Após a implantação dos empreendimentos as ações de monitoramento visam assegurar a gestão eficiente dos impactos, podendo indicar a necessidade de alteração nas medidas propostas.

Os impactos mais relevantes sobre a biodiversidade que podem ocorrer durante a implantação e a operação dos empreendimentos

estão relacionados na tabela abaixo. Para cada impacto são propostas medidas de mitigação, controle ou compensação, desenvolvidas de forma a garantir a melhor gestão ambiental para a área impactada.

Impactos potenciais por atividade e ações mitigadoras (GRI 1.2, GRI EN12, GRI EN14)					
Impactos Diretos Potenciais	Impactos Indiretos Potenciais	Atividade	Tipo de Empreendimento	Exemplos de programas	Exemplos de práticas
Alteração da qualidade da água	Proliferação de Macrófitas	Geração	Usinas Hidrelétricas	Programas de Monitoramento da qualidade da água	Programa de monitoramento limnológico e da qualidade da água (Furnas)
Perda de cobertura vegetal	Fragmentação Florestal	Geração Transmissão	Usinas Hidrelétricas Parques Eólicos Linhas de Transmissão e de Distribuição	Programas de Reflorestamento	Programa de Recomposição de Matas Ciliares na região do baixo São Francisco (Chesf)
Alteração dos ecossistemas/habitats	Diminuição da diversidade da flora e da fauna	Geração Transmissão	Usinas Hidrelétricas Usinas Termelétricas Linhas de Transmissão	Apoio à criação ou manutenção de Unidades de Conservação	Corredor de Biodiversidade (Itaipu Binacional)
Interferência na fauna e flora	Alteração nas comunidades	Geração Transmissão	Usinas Hidrelétricas Usinas Termelétricas Parques Eólicos Linhas de Transmissão	Programas de Reflorestamento, de Resgate e Monitoramento da Fauna	Projeto de monitoramento de tartarugas marinhas- PROMONTAR (Eletrobras)
Interferência nas rotas migratórias da fauna aquática	Isolamento de populações	Geração	Usinas Hidrelétricas	Mecanismo de transposição de peixes	Canal da Piracema (Itaipu Binacional)
Interferência em rotas migratórias e colisão com aves	Redução de populações de aves migradoras	Geração Transmissão Distribuição	Linhas de Transmissão e de Distribuição Parques Eólicos	Instalação de equipamentos de sinalização para evitar colisão	Elevação das torres de transmissão

As espécies afetadas, a extensão, a duração e a reversibilidade do impacto são definidas por diversos fatores, variando de acordo com a área de implantação do empreendimento, a tipologia do empreendimento (geração, transmissão ou distribuição), o bioma, o tipo de impacto, entre outros aspectos.

Nosso Patrimônio

A Itaipu Binacional desenvolve o Programa Biodiversidade – Nosso Patrimônio, que envolve sete projetos de preservação, conservação e recuperação da flora e fauna regionais, valorizando a biodiversidade. Os resultados obtidos pelas diversas ações que hoje compõem o projeto Biodiversidade, Nosso Patrimônio

somam mais de 100 mil hectares de reflorestamento, 44 milhões de árvores plantadas, 10 refúgios e reservas criados, entre outros. Os Abrigos Biológicos, Canal da Piracema, Corredor de Biodiversidade e a conservação e recuperação de áreas protegidas são exemplos de iniciativas bem-sucedidas. *(GRI EN14)*

Identificação de espécies ameaçadas

A identificação de espécies ameaçadas de extinção na área de influência dos empreendimentos é realizada nos Estudos de Impacto ambiental dos projetos, conforme orientação dos órgãos ambientais.

Nos estudos as espécies ameaçadas são identificadas com base em listas de espécies ameaçadas estaduais, nas listas de espécies nacionais, como o Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e a Lista Nacional das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, disponibilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, na lista internacional da International Union for Conservation of Nature (IUCN), além da Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna (CITES). *(GRI EN15)*

As espécies ameaçadas identificadas são alvo de programas específicos de proteção. As listas de espécies ameaçadas de extinção, bem como sua classificação de ameaça, são apresentadas nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) elaborados pelas empresas Eletrobras e podem ser consultadas no site dos órgãos ambientais. O número de espécies afetadas por nível de risco apresentadas na tabela a seguir se referem aos empreendimentos UHE Itaipu, UHE Samuel, UHE Tucuruí (que representam 62,3% da capacidade instalada das UHEs da Eletrobras).

Número de espécies ameaçadas *(GRI EN15)*

	Criticamente ameaçado	Ameaçado	Vulnerável	Quase ameaçado	Mínimo de preocupação
Total de espécies	4	20	26	7	0

Vale destacar que a existência de espécies ameaçadas de extinção na área de implantação dos projetos não indica que as mesmas estejam sendo impactadas pela operação de um empreendimento. As espécies afetadas e o tipo de impacto estão relacionados não apenas com a localização, mas também com a tipologia do empreendimento (geração, transmissão ou distribuição) entre outros fatores. Sempre que necessário, são adotadas medidas de conservação para prevenir ou mitigar impactos a essas espécies. *(GRI EN15)*

Cuidado com as espécies

A Itaipu Binacional realiza estudos de reprodução no criadouro de animais silvestres, com foco em espécies ameaçadas de extinção, assim como as espécies raras encontradas na região do empreendimento. A reprodução em cativeiro dos pequenos felinos é um dos trabalhos que mais se destacam. Os pesquisadores estão obtendo grande sucesso na reprodução de espécies seriamente ameaçadas de extinção como o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), gato-maracajá (*Leopardus wiedii*) e da jaguatirica (*Leopardus pardalis*), na margem brasileira e do cachorro-do-mato-vinagre (*Speothos venaticus*) e do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), na margem paraguaia. *(GRI EN15)*

A Eletrobras Amazonas Energia possui o Centro de Preservação e Pesquisas de Mamíferos Aquáticos (CPPMA), que possui iniciativas de proteção do Peixe-Boi da Amazônia. Neste centro, são realizadas atividades de acompanhamento do crescimento, comportamento e reabilitação de indivíduos da espécie. Atualmente estão em cativeiro, sob monitoramento clínico, biométrico e nutricional, 53 peixes-boi, sendo que 14 deles



encontram-se em viveiro experimental já em fase de adaptação prévia à soltura. Para minimizar a contínua chegada de animais selvagens ao cativeiro, iniciou-se um trabalho de sensibilização ambiental das comunidades ribeirinhas do entorno do Rio Uatumã, em Balbina e no Centro de Visitantes do CPPMA. *(GRI EN15)*

Nas empresas Eletrobras, os resíduos sólidos são tratados de acordo a legislação vigente. Aqueles definidos como perigosos são coletados e armazenados seletivamente nas fontes, de acordo com sua característica principal (resíduos oleosos, contaminados com solventes etc.) e encaminhados para empresas especializadas em transporte, tratamento e disposição. O acondicionamento e disposição final dos resíduos de saúde, feitos por todas as empresas Eletrobras atendem às normas da Anvisa. Em 2014, as empresas geraram cerca de 1.800.000 toneladas de resíduos. Esse valor é superior a 2013, pois foi gerado um volume maior de cinzas na operação das usinas termelétricas a carvão. Parte dessas cinzas é comumente reutilizada pela indústria cimenteira, porém em 2014 não houve demanda suficiente para essa reutilização.

Na Eletrobras Eletronuclear, foram gerados 71,46 m³ de rejeitos sólidos de baixa e média radioatividade. A escolha do método de disposição desses rejeitos foi feita de acordo com a norma ABNT NBR 10004:2004. Em relação a transformadores que utilizam óleo isolante com Bifenila Policlorada – PCB (Ascarel), a Eletronuclear ainda possui oito equipamentos que utilizam esse óleo na usina Angra 1. A previsão inicial é que todos os transformadores sejam substituídos até o final de 2016.

Em 2014, a Eletrobras Chesf descartou 130 toneladas de resíduos contendo ascarel. Os equipamentos e resíduos contaminados com esse óleo foram armazenados no local e incinerados, conforme estabelecido pela NBR 8371/2005. Na Eletrobras Furnas, foram descartados da mesma forma 17 toneladas desse resíduo. Atualmente na empresa utiliza-se o óleo isolante mineral, totalmente desprovido de poluentes orgânicos persistentes.

Em 2014, as empresas Eletrobras destinaram mais de 1.500 toneladas de materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis por meio do programa da Coleta Seletiva Solidária, que promove a geração de emprego e renda desses trabalhadores, bem como reduz a destinação de resíduos sólidos aos aterros e lixões. (GRI EN22, GRI EN26)

Programa Reciclanorte

Desenvolvido e coordenado pela Eletrobras Eletronorte, o programa tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da Amazônia Legal, integrando ações que promovam trabalho e renda, capacitação, saúde, elevação de escolaridade, inclusão digital, segurança alimentar, crédito, habitação e programas

assistenciais. Ao mesmo tempo em que proporciona a inclusão social e produtiva dos catadores, o Reciclanorte cria condições para que os catadores não só sejam beneficiados, mas também auxiliem no descarte do lixo industrial produzido pela empresa e acumulado nas dependências de suas regionais, além de ajudar na conscientização da população. A Eletrobras Eletronorte reafirma seu compromisso de empresa socialmente responsável, ao inserir-se no Plano Brasil sem Miséria, que prevê a inclusão social de 280 mil catadores. O Reciclanorte é um Programa de longa duração, sem prazo estabelecido, tendo em vista a complexidade da problemática que envolve os catadores. (GRI EC9, GRI EN26)

Coleta Seletiva Solidária

Desenvolvido desde 2008 na Eletrobras Furnas, o Programa da Coleta Seletiva Solidária vem sendo implantado em todas as unidades da empresa, entre usinas, subestações e escritórios. Esse trabalho vem sendo feito pela Comissão da Coleta Seletiva Solidária, reestruturada em 2012, ampliando a sua atuação e acompanhando as mudanças internas. Atualmente 31 cooperativas são beneficiadas, com um total de 2.850 catadores. Em 2014, essas cooperativas receberam mais de 215 toneladas de recicláveis, entre papel, plástico, metal e vidro. (GRI EN26)

Redução de rejeitos

Como principais exemplos de práticas para a redução no volume de rejeitos, Eletrobras Eletronuclear modificou o arranjo das linhas de drenagem com redirecionamento de água de condensação por se tratar de um dreno limpo, sem contaminação, realizou o gerenciamento das drenagens de sistemas e componentes na área controlada da Usina durante as paradas para reabastecimento, permitindo a segregação e coleta dos drenos limpos e sua reciclagem, resultando na redução da produção de rejeitos radioativos líquidos e utilizou os sistemas de Angra 2 para o processamento e descontaminação dos rejeitos gerados em Angra 1. Além disso, a empresa substituiu materiais plásticos por materiais laváveis e/ou descontamináveis, restringiu a entrada de materiais a serem utilizados na área controlada, realizou um trabalho de conscientização dos empregados sobre a geração de rejeitos e finalizou o programa para o gerenciamento dos rejeitos gerados (Sistema de Gerenciamento de Rejeito). (GRI EN26)

Derramamentos

As empresas Eletrobras possuem planos de contingência local e promovem exercícios simulados que possibilitam às empresas se prevenirem de acidentes relacionados aos derramamentos e outros tipos de ocorrências que demandem evacuação do local de trabalho. Além disso, as empresas contam com a construção de diques de tancagem e têm à disposição materiais como serragem, mantas absorventes e bacias de contenção. Auditorias ambientais também são realizadas para a verificação da eficácia dos métodos de contenção utilizados, para prevenção desse tipo de acidente.

Em caso de incidentes, os processos são revistos imediatamente e os erros assimilados para que não mais se repitam. Em 2014 foram identificadas nove ocorrências de derramamentos com um volume total mensurado de 15,1 m³. (GRI EN23)

Gerando receitas com a venda de resíduos

O que seria resíduo para o meio ambiente se transforma em matéria-prima para outras indústrias. No âmbito do Projeto Energia +, a venda de medidores de energia elétrica obsoletos pela Eletrobras Distribuição Alagoas deverá gerar uma receita de cerca de R\$ 70 mil. A venda do primeiro lote arrecadou R\$ 6 mil em 2014. A Eletrobras Furnas também arrecadou cerca de R\$ 1,5 milhão com a venda de sucata ferrosa e outros resíduos.

Investimentos e gastos ambientais

Em 2014, as empresas Eletrobras investiram aproximadamente R\$ 296 milhões em ações ambientais. Boa parte dos investimentos – cerca de R\$ 180 milhões – foram relacionados a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e em manutenção nos processos operacionais para a melhoria das condições ambientais.

Investimentos e gastos em meio ambiente* (GRI EN30)

	2014	2013
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	83.530	196.891
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	97.132	75.642
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	1.466	16.743
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.467	3.134
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	101.389	107.879
Passivos e contingências ambientais	10.092	11.790
Total de interação com o meio ambiente	296.076	412.079

* Em 2014, a categorização dos investimentos e gastos ambientais tem como base os dados coletados pela tabela Ibase. (GRI 3.9, GRI 3.10, GRI 3.11)



TABELA IBASE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2014	2013	2014	2013
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	214.077	163.781	4.230.476	5.196.963
- Empregados	207.029	148.375	4.198.301	5.161.050
- Administradores	3.982	3.268	29.108	23.775
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,09	13,49		
- Administradores	1,15	1,05		
b. Benefícios Concedidos	2014	2013	2014	2013
Encargos sociais	64.541	68.335	1.206.869	1.352.261
Alimentação	15.570	16.817	342.359	314.417
Transporte	685	757	23.106	28.740
Previdência privada	34.423	38.188	295.409	304.737
Saúde	18.944	23.058	438.377	445.486
Segurança e medicina do trabalho	4.310	5.482	28.769	34.436
Educação ou auxílio-creche	2.385	2.349	87.782	79.793
Cultura	0	0	2.540	963
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.460	2.768	55.089	50.767
Outros	0	0	545.476	467.228
Participação nos lucros ou resultados	37.687	42.000	232.462	268.592
Total	181.005	199.754	3.258.239	3.347.420
c. Composição do Corpo Funcional	2014	2013	2014	2013
Nº de empregados no final do exercício	990	988	24.089	22.498
Nº de admissões	20	13	455	342
Nº de demissões	21	206	870	4.287
Nº de estagiários no final do exercício	222	211	2.442	1.688
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	5	407	321
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	693	680	14.432	10.127
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	658	653	19.592	18.222
- Feminino	332	335	4.497	4.276
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	111	0
- De 18 a 35 anos	255	304	5.312	5.482
- De 36 a 60 anos	655	617	16.835	15.469
- Acima de 60 anos	80	67	1.831	1.547
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	1
- Com Ensino Fundamental	48	42	1.950	2.221
- Com Ensino Médio	136	139	5.114	4.662
- Com Ensino Técnico	0	0	6.340	5.629
- Com Ensino Superior	439	438	7.859	7.319
- Pós-graduados	367	369	2.826	2.666
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,75	0,76		
- Feminino	0,25	0,24		

d. Contingências e passivos trabalhistas	2014	2013	2014	2013
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	702	137	12.582	6.121
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	3	2	1.857	932
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	145	34	1.814	1.095
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	2.258.980	20.980	8.959.208	118.404
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1 Relacionamento com a comunidade	2014	2013	2014	2013
Totais dos investimentos em:				
Educação	20	1.204	8.691	41.404
Cultura	8.942	15.514	24.521	32.901
Saúde e infraestrutura	0	0	111.332	75.882
Esporte e lazer	988	8.509	4.064	18.474
Alimentação	0	0	891	2.506
Geração de trabalho e renda	143	0	3.934	34.384
Reassentamento de famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	82.361	109.545
Total dos investimentos	10.094	25.227	235.793	315.096
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	30.988	7.556.422	2.853.593
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	0	386.824	405.809
Total de Relacionamento com a Comunidade	10.094	56.215	8.179.039	3.574.498
2.2 Interação com os fornecedores	2014	2013	2014	2013

Crerios de responsabilidade social utilizados para a seleo de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitao, as empresas proponentes apresentam as seguintes declaraes:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, no emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e no emprega menor de 16 anos, salvo na condio de aprendiz, a partir de 14 anos;

1.2. No possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituio da Repblica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. No est sob os efeitos de sano restritiva de direito decorrente de infrao administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Codigo de tica das Empresas ELETROBRAS. No permitindo principalmente, a prtica ou a manuteno de discriminao limitativa ao acesso na relao de emprego, ou negativa com relao a sexo, origem, raa, cor, condio fsica, religio, estado civil, idade, situao familiar ou estado gravdico;

Quando da apresentao da proposta, o proponente dever apresentar tambm: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Servio (CRF) e com a Justia do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta e desclassificada.

O fornecedor e fiscalizado quanto ao cumprimento da legislao trabalhista e previdenciaria, tendo de demonstrar situao regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituodos por lei, por meio da apresentao das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas a Seguridade Social, Justia do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Servio (FGTS), nos atos da habilitao, da adjudicao e durante a vigencia do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos clausulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentavel do pais.

III. Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	840	189	83.530	196.891
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0	0	97.132	75.642
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	3	0	1.466	16.743
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0	0	2.467	3.134
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	0	885	101.389	107.879
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0	3	15
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0	0	565	10.995
Passivos e contingências ambientais	0	0	10.092	11.790
Total de Interação com o Meio Ambiente	843	1.074	296.641	423.074
IV. Outras Informações				
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.815.950	2.840.238	30.244.854	23.835.644
Resultado Operacional (RO)	-2.794.990	-4.873.827	-1.261.984	-4.824.982





Índice Remissivo GRI 3.1



Índice Remissivo GRI 3.1

Indicador	Descrição	Páginas / PDF online	Observações
1. Estratégia e análise			
1.1	Mensagem do Presidente.	11 a 13 15	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	6, 7, 11 a 13, 15, 28, 29, 34,, 46, 47, 49, 74, 76, 113, 126, 150, 152, 154, 160, 186, 191	
2. Perfil da organização			
2.1	Nome da organização.	33	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	33 e 34	
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint-ventures.	33, 34 e 36	
2.4	Localização da sede da organização.	33 e 230	
2.5	Países em que a organização opera e em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	18, 33 e 34	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	33, 34	
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	33, 34, 92, 98, 104, 105	
2.8	Porte da organização.	33 a 36, 38, 84, 93, 94, 104, 122 a 125, 131	
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	11 a 13, 15, 18, 33, 38, 54	
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	42, 43, 104, 168	
3. Parâmetros para o relatório			
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.	18	
3.2	Data do relatório anterior mais recente.	18	
3.3	Ciclo de emissão de relatórios.	18	

3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	230	
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório.	18, 19, 22, 23, 24	
3.6	Limite do relatório.	18	
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	18	
3.8	Base para a elaboração do relatório.	18	
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos.	106, 109, 115, 117, 161, 182, 197	
3.10	Explicações das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e suas razões.	13, 18, 197	
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores, quanto ao escopo, limitações ou métodos de medição aplicados no relatório.	18, 197	
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	205	Este índice remissivo.
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.	18	
4. Governança e compromissos e engajamento			
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança.	52 a 54 56	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo.	54	
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.	54	
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança: Canais de comunicação com o Conselho	54, 55, 56, 59	
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização.	57	
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	66	

4.7	Processo para determinação de composição, qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança e de seus comitês, inclusive com consideração de gênero e outros indicadores de diversidade.	52, 57	
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	24, 47, 48	
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	53, 67	
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.	56	
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	67, 71	
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	18, 39	
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/ internacionais de defesa.	41, 115	
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	19	
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engaja. Processo da organização para a definição de seus stakeholders e para a determinação dos grupos com os quais se engaja ou não.	19	
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupo de stakeholders.	19, 22 a 24, 61, 62, 157, 159	
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los.	23, 24	

DESEMPENHO ECONÔMICO			
DMA	Desempenho Econômico	121 a 127	
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	123 a 125	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	71, 74, 113, 185, 186	
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Presença de Mercado	137, 138, 149	
EC5	Varição da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	137, 138	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	149	
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência e trabalhadores recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Impactos Econômicos Indiretos	76 150 a 156 163 a 172	
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	76, 150 a 152, 155	
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	150 a 156 163 a 168 172, 195	

DESEMPENHO AMBIENTAL			
DMA	Materiais		Indicadores considerados não materiais pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EN1	Materiais usados por peso ou volume	-	
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	-	
DMA	Energia	114 a 119 163 a 168 183	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	183	
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	183/184	
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	117 a 119	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	115	
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	119, 186	
DMA	Água	179 a 182	
EN8	Total de retirada de água por fonte.	179, 180, 182	
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	180, 181	
DMA	Biodiversidade	188 a 193	
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	189, 190	
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	191	
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	189	
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	155, 191, 192	

EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	192, 193	
DMA	Emissões, efluentes e resíduos	71, 119, 182 186 a 188 194 a 196	
EN16	Total de emissões diretas de gases de efeito estufa, por peso.	187	
EN17	Emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	187	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	71, 119, 186, 187	
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	188	
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	182	
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	194	
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	196	
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	-	O transporte de resíduos perigosos é realizado por empresas especializadas mediante a apresentação de todos os requisitos legais para esse tipo de movimentação, como o Manifesto de Resíduos Perigosos e Certificados de Destinação. Em 2014, as empresas Eletrobras não realizaram importação de resíduos perigosos. A Eletrobras Furnas realizou a exportação de 17 toneladas de resíduos contendo ascarel para incineração.
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.

DMA	Produtos e Serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	70, 155, 181, 182, 187, 188, 194, 195	
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Conformidade	45 a 49 62, 63 67 a 76	
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.	127	
DMA	Transporte		
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte dos trabalhadores.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Geral	197	
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	197	

DESEMPENHO SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS

DMA	Emprego		
		131 a 133 138, 139	
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero.	131, 132	
LA2	Número total e taxa de novos empregados contratados e rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	133	
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações em locais significativos.	138, 139	
LA15	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.	139	

DMA	Relações Trabalhistas		
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	139	
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Saúde e Segurança no Trabalho	135, 136	
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	135	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por gênero.	136	
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	135	
LA9	Temas relativos a saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	135	
DMA	Treinamento e Educação	139, 140	
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por gênero e por categoria funcional.	139, 140	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	-	Indicador não relatado.
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminados por gênero.	140	

DMA	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	56, 131, 137, 138	
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	56, 131	
DMA	Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens	137, 138	
LA14	Proporção de salário base e remuneração entre mulheres e homens, discriminados por categoria funcional e por operações em locais significativos.	137, 138	
DESEMPENHO SOCIAL - DIREITOS HUMANOS			
DMA	Práticas de Investimento e de Processos de Compra	173, 174	
HR1	Percentual e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a preocupações com direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	174	
HR2	Percentual de empresas contratadas, fornecedores e outros parceiros de negócio significativos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos, e as medidas tomadas	174	
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	173	
DMA	Não - Discriminação	175	
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas corretivas tomadas.	175	
DMA	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	150	
HR5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar sendo violado ou estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	150	

DMA	Trabalho Infantil	150	
HR6	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	147	
DMA	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	150	
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	147	
DMA	Práticas de Segurança	173	
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	173	
DMA	Direitos Indígenas	156 a 159	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	-	As empresas Eletrobras não registraram incidentes envolvendo violação dos direitos dos povos indígenas em 2014.
DMA	Avaliação		
HR10	Percentual e número total de operações que foram submetidas a análises e/ou avaliações de impactos relacionados a direitos humanos.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Reparação	173 a 175	
HR11	Número de queixas relacionadas a direitos humanos protocoladas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismo formal de queixas.	175	
DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE			
DMA	Comunidades locais	62, 150 a 157	
SO1	Percentual de operações que implementaram programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impacto e de desenvolvimento.	62, 150, 151 a 157	
SO9	Operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais.	151	

SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas em operações com impactos negativos significativos potenciais ou reais em comunidades locais.	151	
DMA	Corrupção	46 a 50 62, 63 67 a 76	
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	64, 65	Em 2014, não foram identificadas unidades de negócio submetidas a avaliação de riscos relacionados a corrupção.
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	64, 65	A empresa de auditoria coletou as evidências para as informações referentes ao indicador, porém não foi possível a completa asseguarção do mesmo. A Eletrobras está se adaptando às solicitações de aprimoramento na forma de consolidação das evidências sugeridas pela empresa de auditoria
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	64, 65	
DMA	Políticas Públicas	39 a 41 114 a 119	
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	40	
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	-	Em cumprimento à legislação, as empresas Eletrobras não apoiam ou contribuem com partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos. Essa diretriz está ratificada no Código de Ética das empresas Eletrobras.
DMA	Concorrência desleal	127	
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	127	
DMA	Conformidade	46 a 50 62, 63 67 a 76	

SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.	127	
DESEMPENHO SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
DMA	Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	-	Indicadores considerados não materiais pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	-	
DMA	Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	143	
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	145, 146	
DMA	Comunicações de Marketing		
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	61	
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	-	Não houve nenhum caso de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
DMA	Privacidade do Cliente	127	

PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	127	
DMA	Conformidade	46 a 50 62, 63 67 a 76	
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	127	
SETORIAL – ELÉTRICO			
EU1	Capacidade instalada, separada por fonte de energia primária e regime regulatório.	33, 90, 93, 94	
EU2	Energia enviada para a rede, detalhada por fonte primária de energia e regime regulatório.	95	
EU3	Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais.	108,109	
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição superficial e subterrânea, por regime regulatório.	34, 97, 104	
EU5	Alocação de permissões (allowances) de emissões de equivalentes de CO2, discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Confiabilidade e Disponibilidade		
EU6	Modelo de gestão para garantir a confiabilidade e disponibilidade de eletricidade de curto e longo prazo.	71, 93, 104	
DMA	Gerenciamento de demanda		
EU7	Programas de gerenciamento de demanda (DSM), incluindo programas residenciais, comerciais, institucionais e industriais.	114, 115 163 a 168	
DMA	Eficiência do Sistema / Pesquisa e Desenvolvimento		
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e gastos com o objetivo de prover eletricidade de modo confiável e promover o desenvolvimento sustentável.	110 a 114	
DMA	Descomissionamento de usinas	-	Indicador considerado não material, visto que as usinas nucleares de propriedade da Eletrobras estão em pleno funcionamento.
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares.	-	

EU10	Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório.	89	
EU11	Eficiência média de geração das termelétricas por fonte de energia e sistema regulatório.	96	
EU12	Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia.	103, 107	
EU13	Biodiversidade de habitats de substituição em comparação à biodiversidade das áreas afetadas.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido para este relatório.
DMA	Emprego		
EU14	Programas e processos que assegurem a disponibilidade de mão de obra especializada.	136, 137	
EU15	Porcentagem de funcionários que podem se aposentar nos próximos cinco a dez anos, discriminados por categoria ocupacional e região.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EU16	Políticas e condições relacionadas à saúde e segurança de funcionários, contratados e subcontratados.	134	
EU17	Dias trabalhados por trabalhadores terceirizados e sub-contratados envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
EU18	Porcentagem de trabalhadores terceirizados e sub-contratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança.	-	Indicador considerado não material pelo estudo de materialidade desenvolvido pela Eletrobras.
DMA	Comunidades Locais	86, 160	
EU19	Participação dos stakeholders em processos decisórios relacionados ao planejamento energético e ao desenvolvimento de infraestruturas.	86	
EU20	Abordagem da gestão dos impactos do deslocamento	160	
DMA	Calamidade / Plano de Gestão de Emergência	71 76 a 80	
EU21	Planejamento de medidas de contingência, calamidade/ plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração.	134, 154	

DMA	Comunidades Locais		
EU22	Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e compensadas, discriminadas por tipo de projeto.	160	
DMA	Acesso		
EU23	Programas, incluindo aqueles realizados em parceria com o governo, para melhorar ou manter o acesso à energia elétrica e o serviço de suporte ao cliente.	169, 172	
DMA	Prestação de informações		
EU24	Práticas para lidar com barreiras relacionadas a idioma, cultura, baixa escolaridade e necessidades especiais que se interpõem ao acesso à eletricidade e ao serviço de assistência ao consumidor, assim como ao seu uso seguro.	143	
DMA	Saúde e segurança do cliente		
EU25	Número de mortes e lesões ao público envolvendo os ativos da empresa, incluindo decisões judiciais, acordos e processos judiciais pendentes sobre doenças.	78 a 80	
DMA	Acesso	96, 106, 109, 144, 145	
EU26	Percentual da população não atendida em áreas com distribuição e serviços regulamentados.	109	
EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento, discriminados por duração do desligamento e por sistema regulatório.	144, 145	
EU28	Frequência de interrupção de energia.	106	
EU29	Duração média de interrupções de energia	106	
EU30	Fator de disponibilidade média por fonte de energia e regime regulatório.	96	

Foto original: Ruy Salaverry
(Arquivo Eletrobras)



Relatório de Asseguração



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br



RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Companhia") com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 da Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Responsabilidades da administração da Eletrobras

A administração da Eletrobras é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1)*, com o suplemento setorial "*Electric Utilities Sector Supplement - RG Version 3.0/EUSS Final Version*", e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Eletrobras e outros profissionais da Companhia envolvidos na elaboração das informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014, onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade dos aspectos e tópicos para as atividades da Eletrobras, a relevância das informações divulgadas, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 da Eletrobras;
- (b) entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) entendimento do processo de reporte e forma de gestão dos aspectos materiais e dos indicadores de desempenho;
- (d) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014;
- (e) análise de evidências que suportam as informações quantitativas e qualitativas divulgadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014;
- (f) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e
- (g) análise da razoabilidade das justificativas das omissões dos indicadores de desempenho associados aos aspectos e tópicos materiais apontados no processo de definição de materialidade realizado pela Companhia.

Acreditamos que as informações, as evidências e os resultados obtidos em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguarção razoável. Conseqüentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguarção razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguarção razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2014 da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative - GRI (GRI-G3.1), com o suplemento setorial "Electric Utilities Sector Supplement - RG Version 3.0/EUSS Final Version" e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

São Paulo, 28 de maio de 2015

KPMG Risk Advisory Services Ltda.
CRC SP-023233/O-4

Eduardo V. Cipullo
Contador CRC 1SP135597/O-6



Glossário, Fale conosco,
Informações Corporativas

Glossário

A

ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica): sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro. A ABRADEE reúne 42 concessionárias de distribuição de energia elétrica – estatais e privadas – que operam em todas as regiões do país e que juntas são responsáveis pelo atendimento de 98% dos consumidores brasileiros.

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica): criada pela Lei 9.427/96, a Aneel é uma autarquia sob regime especial (Agência Reguladora), vinculada ao Ministério de Minas e Energia com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal.

Asseguração: ação ou efeito de assegurar, garantia, segurança. Processo que demonstra a legitimidade dos dados e informações apresentados em um relatório corporativo.

C

CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear): autarquia federal criada em 10 de outubro de 1956 e vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Como órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, estabelece normas e regulamentos em radioproteção e licença, fiscaliza e controla a atividade nuclear no Brasil. Além disso, desenvolve pesquisas na utilização de técnicas nucleares em benefício da sociedade.

Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária): organização da sociedade civil que estabelece e aplica as normas do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, aprovado em 1978 pelo III Congresso Brasileiro de Propaganda.

COSO ERM: metodologia de gestão de riscos corporativos.

D

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.

Discriminação: tratamento não equânime que resulta em tratar uma pessoa de forma desigual em relação aos seus iguais (pares), impondo-lhe encargos excessivos ou negando-lhe benefícios, ao invés de tratar a pessoa de maneira justa, de acordo com sua formação

profissional e com base em seu mérito individual. A discriminação também pode incluir humilhação, constrangimento, intimidação, coação, violência verbal, gestual ou física, além de assédio moral, político, religioso e sexual, definidos genericamente como uma série de atos, comentários ou ações indesejadas, ou que se sabe que serão indesejados, pela pessoa a quem são direcionados. Especificamente para a caracterização do assédio moral requer-se ainda, genericamente, sejam reiterados no tempo e tendam a promover o isolamento do assediado no ambiente do trabalho.

E

Efluente(s): produtos líquidos ou gasosos produzidos por indústrias ou resultante dos esgotos domésticos urbanos, que são lançados no meio ambiente. Podem ser tratados ou não tratados.

F

FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.

Fornecedores significativos: é todo aquele que fornece insumos ou serviços essenciais para a atividade da empresa (Geração, Transmissão, Distribuição e Pesquisa, no caso do Cepel), que causam impacto direto na qualidade final dos nossos serviços, bem como ao meio ambiente, a saúde e segurança dos colaboradores e cujas atividades possam provocar riscos sociais significativos, nesta definição estão incluídos todos os fornecedores de contratos de mão de obra intensiva. São considerados fornecedores críticos ainda aquele que tem acesso às informações confidenciais da organização por fazerem parte dos processos de negócios críticos e essenciais da empresa. São classificados em Nível 01, fornecedores diretos e Nível 02, os indiretos (subcontratados, fabricantes entre outros envolvidos).

Fragmentação Florestal: áreas de vegetação natural interrompidas por barreiras antrópicas (criadas por ação humana) ou naturais, capazes de diminuir significativamente o fluxo de animais, pólen ou sementes.

G

GHG Protocol (Greenhouse Gases Protocol): metodologia mais utilizada para a realização de inventário de gases do efeito estufa.

GRI (Global Reporting Initiative): organização não governamental internacional, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo.

H

Holding: forma da sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas (conglomerado). A *holding* administra e possui a maioria das ações ou cotas das empresas componentes de um determinado grupo. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes empresas e normalmente visa melhorar a estrutura de capital, ou é usada como parte de uma parceria com outras empresas ou mercado de trabalho.

I

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis): criado pela Lei 7.735/89, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). É o órgão executivo responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela lei 6.938/81, e desenvolve diversas atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo etc.). Também cabe a ele conceder licenças ambientais para empreendimentos de sua competência.

Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas): instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária criada em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), para aprofundar a democracia e fortalecer a cidadania ativa, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade. O modelo de Balanço Social organizado pela entidade é pioneiro no Brasil para incentivar a divulgação voluntária do relato.

J

Jusante: lugar referencial de um rio pela visão de um observador. Lado para onde se dirige a corrente de água. Por isso se diz que a foz de um rio é o ponto mais a jusante deste rio.

L

Limnologia (limnológico): ciência que estuda as águas interiores, independentemente de suas origens, mas verificando as dimensões e concentração de sais, em relação aos fluxos de matéria e energia e as suas comunidades bióticas.

Luz Para Todos: programa do Governo Federal do Brasil que tem por objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita.

M

MOC (Mão de Obra Contratada): termo próprio às empresas Eletrobras que determina todos os profissionais que não prestaram concurso público.

P

Pacto Global: iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios.

PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia 2023): plano de expansão do Ministério de Minas e Energia que prioriza a participação de fontes renováveis no atendimento ao crescimento do consumo de energia e mantém o compromisso brasileiro de promover seu crescimento econômico apoiado em uma matriz energética limpa.

Público de Interesse ou Stakeholder: qualquer organização ou indivíduo que possa ser afetado pelas atividades da empresa e cujas ações possam afetar a capacidade da empresa de implantar suas estratégias e atingir seus objetivos. (fonte: aa 1000)

R

Retrofit: termo utilizado principalmente em engenharia para designar o processo de modernização de algum equipamento já considerado ultrapassado ou fora de norma.

RobecoSAM: empresa internacional sediada em Zurique, na Suíça. Seu foco específico é a análise de investimentos em sustentabilidade e considera critérios econômicos, ambientais e sociais nas suas estratégias.

S

Sistema IGS: Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial de propriedade da Eletrobras.

SPE (Sociedade de Propósito Específico): sociedade empresarial cuja atividade é bastante restrita e pode, em alguns, casos ter prazo de existência determinado, normalmente utilizada para isolar o risco financeiro da atividade desenvolvida. Tradicionalmente, as SPE são utilizadas para grandes projetos de engenharia, com ou sem a participação do Estado, como, por exemplo, na construção de usinas hidrelétricas, redes de transmissão ou nos projetos de Parceria Público Privadas (PPP) ainda recentes no Brasil.

Fale Conosco

A Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. oferece diversos canais de contato com os públicos de relacionamento.

Escritório Central

Av. Presidente Vargas, 409 – 13º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
Tel.: (21) 2514-5151
(GRI 2.4)

Fale conosco – Site da Eletrobras > Fale Conosco

Website – www.eletrobras.com

Facebook – www.facebook.com/Eletrobras

YouTube – www.youtube.com/user/SistemaEletrobras

Twitter – @Eletrobras

Ouvidoria⁶³

Av. Presidente Vargas, 409 – 15º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
Tel.: (21) 2514-4526
Fax: (21) 2514-6447
ouvidoria@eletrobras.com

Canal Denúncia⁶⁴

www.eletrobras.com/canaldenuncia/denuncia@eletrobras.com

Sucursais

A Eletrobras mantém escritórios multinacionais:

- **América Central e Caribe (Cidade do Panamá – Panamá)**
Edifício Torres de las Américas, piso 5
Torre B, oficina 506 – Punta Pacífica
- **Cone Sul (Montevideu – Uruguai)**
Av. Luis Alberto de Herrera 1.248
Torre 2, oficina 311, CP – 11.300
- **Andina (Lima – Peru)**
Calle Basadre 310 Oficina 601 B – San Isidro

Relações com Investidores (RI)

Tel.: (21) 2514-6331 ou (21) 2514-6333

Fax: (21) 2514-5964

Website – www.eletrobras.com.br/elb/ri

Fale com o RI – invest@eletrobras.com

Instituição Depositária e Administradora da Carteira de Ações Eletrobras

Banco Bradesco S.A.⁶⁵

Departamento de Ações e Custódia

Tel.: (11) 3684-9441

Fax: (11)3684-3811

Críticas, sugestões e informações sobre este relatório

sustentabilidade@eletrobras.com

(GRI 3.4)

⁶³ Atendimento por carta, telefone, fax, e-mail ou pessoalmente.

⁶⁴ Canal de recebimento de denúncias e informações sobre possíveis irregularidades ou impropriedades nos registros contábeis. Qualquer pessoa que identificar ou suspeitar da existência de irregularidade na Eletrobras ou nas empresas do Grupo Eletrobras deverá comunicar o fato diretamente à Ouvidoria da empresa.

⁶⁵ Atendimento em todas as agências do banco.

Informações Corporativas

Composição do Conselho de Administração em 2014

- Márcio Pereira Zimmermann (presidente)
- Jailson José Medeiros Alves (representante dos empregados)
- João Antônio Lian (representante dos minoritários)
- José Antônio Corrêa Coimbra
- José da Costa Carvalho Neto
- Lindemberg de Lima Bezerra
- Maurício Muniz Barretto de Carvalho
- Wagner Bittencourt de Oliveira

Composição do Conselho Fiscal em 2014 (titulares)

- Jarbas Raimundo de Aldano Matos (presidente)
- Bruno Nunes Sad (especialista financeiro)
- Manuel Jeremias Leite Caldas
- Ricardo de Paula Monteiro
- Robert Juenemann

Composição da Diretoria Executiva em 2014

- Presidente: José da Costa Carvalho Neto
- Diretor de Geração: Valter Luiz Cardeal de Souza
- Diretor de Transmissão: José Antônio Muniz Lopes
- Diretor de Distribuição: Marcos Aurélio Madureira da Silva
- Diretor de Regulação: Josias Matos de Araujo
- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Armando Casado de Araújo
- Diretor de Administração: Alexandre Aniz

Créditos

Este Relatório Anual e de Sustentabilidade é o resultado do esforço da equipe das empresas Eletrobras. Agradecemos a participação e o comprometimento de todos.

Coordenação Executiva

Superintendência de Planejamento, Gestão Estratégica e Sustentabilidade
Assessoria de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa

Edição e Coordenação Geral

Comissão Executiva de Gestão da Sustentabilidade das Empresas Eletrobras

Coordenação de Coleta de Indicadores GRI e Textos

Keyassociados

Projeto Gráfico, Diagramação e Infográficos

AbóboraX Design

Ilustrações:

Eletrobras / Teofilo Rodrigues da Silva

Fotos

Acervo Eletrobras

Plataformas

Este relatório está disponível para download em www.eletrobras.com

Foto original: Hermínio Nunes/Eletrobras/Eletrosul



Ministério de
Minas e Energia

